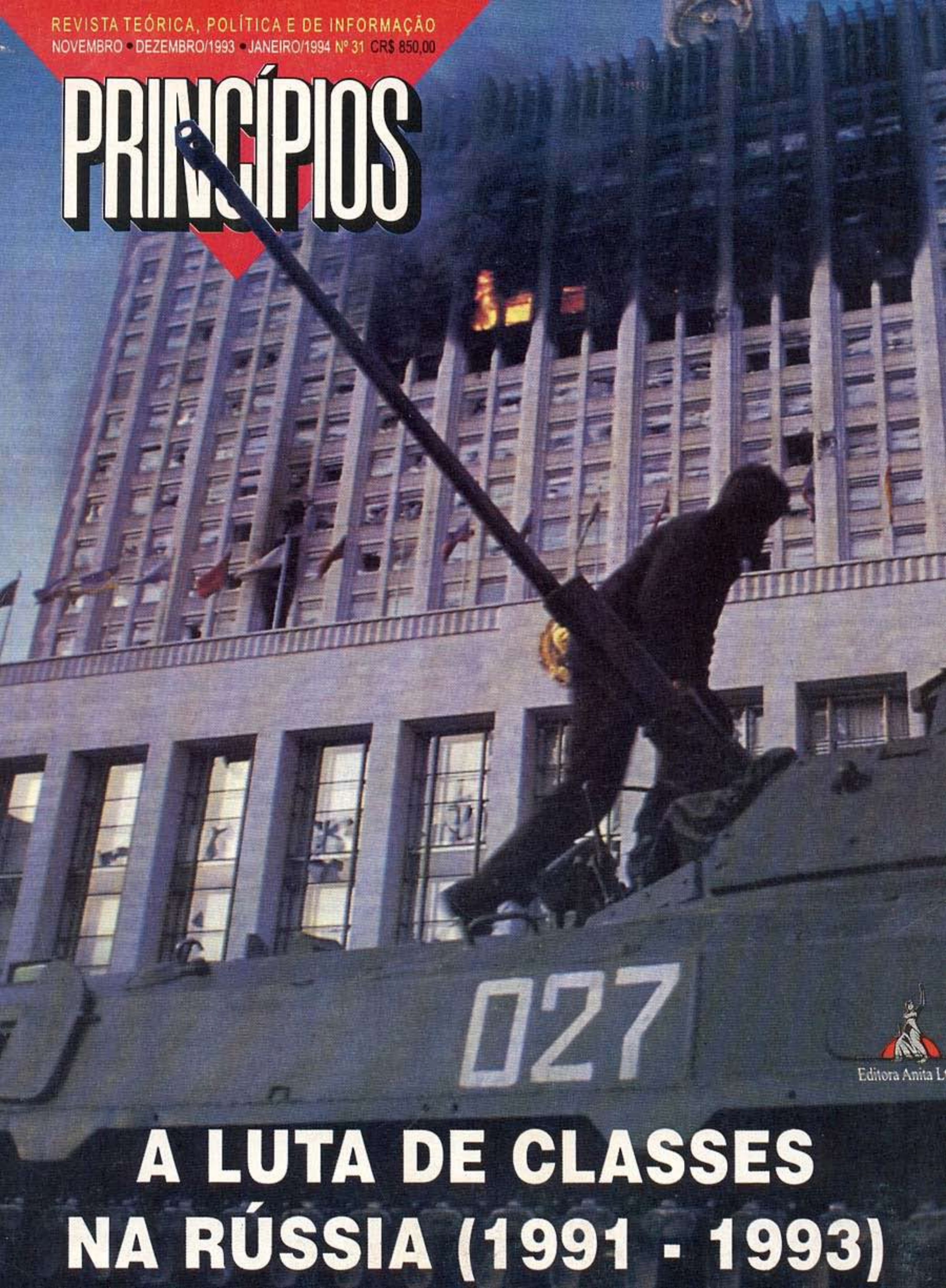


REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
NOVEMBRO • DEZEMBRO/1993 • JANEIRO/1994 Nº 31 CR\$ 850,00

PRINCÍPIOS



Editora Anita L.

A LUTA DE CLASSES NA RÚSSIA (1991 - 1993)

GOLPE E REVISÃO 3

REVISÃO CONSTITUCIONAL: IMPASSE EM CÂMARA LENTA
Aldo Rebelo 4

SEGUNDA CARTA AOS BRASILEIROS (MENSAGEM CONTRA A REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO)
Goffredo Telles Júnior 7

1935: ASSIM SE CONTA A HISTÓRIA (A VERDADE SOBRE 35)
João Amazonas 11

AS LUTAS DE CLASSE NA RÚSSIA DE 1991 A 1993
Luis Fernandes 14

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DA BURGUESIA BRASILEIRA
José Carlos Ruy 26

FEUDALISMO, CAPITALISMO E ESCRAVISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA
Romualdo Pessoa Campos Filho 32

LUIZ MEDEIROS E SEU "SINDICALISMO DE NEGÓCIOS"
Bernardo Joffily 42

A TEORIA DE KARL MARX E O PROCESSO DE RENOVAÇÃO SOCIALISTA NO VIETNÃ
Dang Xuan Ky 48

PROJETO VIÁVEL DE SOCIALISMO CIENTÍFICO PARA O BRASIL
Renato Rabelo 52

PROJETO DE PROGRAMA SOCIALISTA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL 54

A CLANDESTINIDADE, UMA OPÇÃO DE RESISTÊNCIA
Maria Auxiliadora Arantes 65

MÁRIO DE ANDRADE: "MARCHEM COM AS MULTIDÕES!" 70

CANUDOS: DO ELOGIO DOS VENCIDOS À DENÚNCIA DO GENOCÍDIO
Haroldo Lima 73

RESENHAS 79

CAPA: Foto do ataque do Exército ao Parlamento Russo

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.
Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Morais

José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Luis Marcos Gomes
Loreta Valadares

Edição de Arte
Pedro de Oliveira

Revisão
Maria Beatriz de Melo
Clodoaldo da Silva

Diagramação
Adélia Cukauskas

Administração, Distribuição
Divo Guisoni

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Compuart - (011) 251-1571

**Publicação da
Editora Anita Ltda.**

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar
CEP 01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 35-8150

Artigos, resenhas, notas e
cartas devem ser enviadas ao
editor, no endereço da
Editora Anita Ltda.

Golpe e revisão

Vivemos ainda o rescaldo do impacto dos acontecimentos políticos na antiga União Soviética. Relembremos a cronologia dos acontecimentos: Iéltsin dá verdadeiro golpe de estado dissolvendo o Parlamento, este reage destituindo Iéltsin por violação da Constituição e dá posse ao vice-presidente Ruskoi. Clinton e demais dirigentes das grandes potências capitalistas apoiam de imediato e irrestritamente a Iéltsin, esboça-se a resistência popular ao golpe, apoiado no Exército Iéltsin massacra a resistência popular, fuzila centenas de pessoas, bombardeia o Parlamento e prende os parlamentares e populares que resistiam.

Os acontecimentos que se seguem são ainda mais ilustrativos. Mais de uma dezena de jornais e partidos políticos cassados, corte constitucional suspensa, soviets dissolvidos e Iéltsin submete a plebiscito nova Constituição redigida por, ... ele próprio.

A melhor caracterização dos acontecimentos foi dada pelos chargistas Maringoni e Vasques que desenharam Hitler cumprimentando Iéltsin e afirmando "Muito bem! Eu também comecei incendiando o Parlamento!". Ao fundo um Parlamento em chamas.

Duas grandes conclusões saltam à vista. Os líderes ocidentais que em agosto de 1991 apoiaram Iéltsin alegadamente em nome da democracia agora, tão rapidamente quanto em 1991, prestam total apoio político à aventura fascista de Iéltsin. Para estes líderes o discurso *democrático* está rigorosamente subordinado a garantir a restauração capitalista na antiga URSS e manter a *nova ordem mundial* com a absoluta hegemonia militar dos Estados Unidos.

A resistência dos moscovitas mostra também que a restauração capitalista não está finalizada, e que a luta prossegue. Diferentemente dos primeiros momentos da derrocada dos regimes do Leste europeu, quando a restauração capitalista teve largo apoio popular e lideranças políti-

cas outrora revolucionárias simplesmente capitularam ou aderiram abertamente ao vendaval do liberalismo, hoje esta restauração já não tem este expressivo apoio, parcela do povo soviético opta pela resistência e luta aberta e, neste processo, vai constituindo novas referências políticas, tanto em termos de personalidades quanto de partidos políticos.

*
* *

Esta conjuntura internacional abertamente conservadora influencia negativamente o quadro político nacional. O governo Itamar - Fernando Henrique apressou-se a apoiar o novo czar russo. E o bloco parlamentar conservador, sob a liderança do PFL, mas com apoio do PMDB e PSDB, não hesita em violar a constituição, sob o manto de *revisão*. O objetivo da *revisão* em curso é adequar o País aos ditames do neoliberalismo, especialmente desmontando o Estado brasileiro. Mas aqui também se resiste a estes planos e o País vive momentos de grande tensão com a batalha em curso. A tensão é agravada e se transforma em crise institucional com as denúncias de corrupção atingindo a alta cúpula das lideranças conservadoras. As

denúncias de corrupção atingem também diversos governos estaduais. Fica cada vez mais claro não só a inconstitucionalidade mas também a ilegitimidade deste congresso para realizar a pretendida *revisão*. Mas a luta contra a *revisão* depende de ganhar as ruas para obter êxitos.

*
* *

Há exatamente um ano Rogério Lustosa editava, pela última vez, a Revista PRINCÍPIOS. O seu súbito desaparecimento representou grande perda não só para a Revista mas para todo o movimento democrático e revolucionário brasileiro.



Revisão Constitucional: impasse em câmara lenta

ALDO REBELO

A direita não mede esforços para colocar em prática o projeto neoliberal. Mas para isto precisa garantir a revisão constitucional de qualquer forma, custe o que custar

"O capitalismo e a livre iniciativa contêm em si os germes de calamidades recorrentes"
(John Kenneth Galbraith, economista)

• 4 • **A**o que tudo indicava a batalha da Revisão Constitucional estava inapelavelmente perdida e as forças conservadoras não conseguiriam iniciá-la em 1993. A resistência interposta pelos partidos progressistas e a ampla denúncia formulada pela OAB, CNBB, CUT, UNE, CGTs e SBPC parecia ter contido a ofensiva pró-revisão.

Imobilizado pela pressão da sociedade e de suas bases, o centro (PMDB e PSDB) dividia-se. A bancada federal do PMDB de São Paulo chegou a votar uma posição anti-revisão e era tida como verdadeira a informação de que entre os deputados tucanos a maioria era contrária as teses revisionistas.

Perdida a batalha na sociedade e nas ruas, com a Igreja, os sindicatos, os advogados, os estudantes, a esquerda e boa parte do centro contra, os revisionistas chegaram a dar a disputa como encerrada.

Depois da fatídica sessão de 22 de setembro, quando o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena pulou de regimento em regimento para forçar a leitura do Projeto de Resolução que marcava a data do início da Revisão, numa sessão sem quorum, tudo fazia crer que a direita ia bater em retirada.

Proceres do empresariado anunciaram a desarticulação dos poderosos e caríssimos *lobbies* e o mascote sindical da revisão, o arqui-pelego Luiz Antônio de Medeiros chegou a confessar numa reunião com metalúrgicos, que apesar de seus esforços, a revisão que *modernizaria* o País estava definitivamente comprometida.

A batalha parecia perdida para a direita, mas não estava. A impressão que se tem, confirmada por vários acontecimentos, é que aos primeiros sinais de fraqueza e desânimo em suas fileiras, entrou em operação um centro de comando capaz de reorganizar, unificar e por novamente em combate as forças revisionistas.

O presidente do PSDB, empresário Tasso Jereissati chega do exterior diretamente para Brasília e chantageia com ameaças de renúncia por parte do ministro Fernando Henrique Cardoso. Os dissidentes do PSDB silenciam e a bancada marcha em ordem unida a favor da Revisão.

No PMDB o ex-presidente José Sarney esmurra a mesa e encara o próprio líder do governo na câmara alta, senador Pedro Símon, destaque entre os céticos da Revisão. De São Paulo o governador Fleury lança seus mísseis e faz cessar a resistência dos anti-revisionistas do partido.

Ao mesmo tempo, o deputado Luis Eduardo Magalhães, líder do PFL, renuncia a relatoria da Revisão, para a qual tinha sido ungido em acordo prévio e aceita para a tarefa o nome do deputado Nelson Jobim, do PMDB do Rio Grande do Sul, festejado nas hostes conservadoras por um suposto talento do qual a direita lança mão já que não conta no momento com nenhum Rui Barbosa.

De Brasília a Rede Globo derrama sobre o País uma tempestade de mentiras e desinformações. Seus correspondentes atacam covardemente a OAB, ao dizer que seu presidente invadiu o plenário da Câmara para agredir de dedo em riste o presidente dos trabalhos, senador Humberto Lucena, na sessão do dia 22, quando na verdade a ele se dirigiu, convidado

pelo próprio, para intermediar a insatisfação das galerias.

Dos Estados Unidos o ministro Fernando Henrique acompanhava tudo. Fosse um dos nossos, a melhor imagem seria a de um refém. Mas não era. Estava nos Estados Unidos para defender as mesmas mudanças na Constituição apregoadas por aquele diretor do FMI, José Fajgenbaum, que Collor mandara sair do País por tanto atrevimento.

Para completar o clima de vale-tudo e intimidação, o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, ordena o fechamento das galerias e orienta a segurança para retirar qualquer manifestante das dependências da casa, usando a força, inclusive contra deputados que tentem impedir a retirada dos populares.

Regimento apresentado por Jobim praticamente exclui entidades e partidos de esquerda

NÃO À REVISÃO!

Era a chegada da cavalaria prussiana. Foi assim também em Waterloo. Napoleão já divisava a vitória nos campos encharcados nas cercanias de Bruxelas quando surge a cavalaria do marechal Blucher e define a batalha em favor do Duque de Wellington. Finalmente o Projeto de Resolução é aprovado na noite do dia 29. Os revisionistas ganham o primeiro *round* de uma luta que se anuncia cruenta e prolongada.

Aprovado o início da Revisão, os revisionistas apresentam seu projeto de Regimento Interno para os trabalhos. E surge da pena do deputado Nelson Jobim uma pérola de regimento fascista, autoritário e centralizador, capaz de fazer inveja aos juristas do Terceiro Reich.

Pela proposta de Regimento as minorias são praticamente excluídas do processo de decisão. Para se ter uma idéia do que isso representa, basta dizer que, juntos, PT, PDT, e PCdoB não somam votos exigidos - 117 - para pedir uma singela verificação nominal de votação.

No período destinado ao debate em torno dos temas da Revisão - 20 dias corridos - cada congressista terá direito de usar da palavra uma única vez pelo prazo de quinze minutos. Descontados os sábados e domingos, teremos no máximo 15 sessões de quatro horas. Isto significa que no máximo 240 parlamentares terão direito de dizer alguma coisa durante os debates da Revisão.

Tais idéias são da lavra de um advogado gaúcho, Nelson Jobim, projetado pela direita como seu jurista de plantão. Contra ele circularam informações dando conta de que advoga contra a União, o que é proibido pelo estatuto da Ordem dos Advogados para quem exerce a função de deputado federal.

O escritório que Jobim mantém em Brasília, junto com dois sócios, tem como clientes, entre

outros, a Confederação Nacional da Indústria. Ao ler notícias sobre suas atividades privadas publicadas pelo Jornal do Brasil, Jobim enviou cartas a OAB e ao escritório se licenciando das funções de advogado e sócio. Mas há quem julgue que sua atividade como relator já estaria contaminada pelas relações perigosas de sua banca de advocacia.

Para melhor entender a Revisão e mais decididamente lutar contra ela, as forças progressistas precisam compreender as razões mais profundas que movem as correntes revisionistas, e os seus objetivos estratégicos em escala internacional e nacional.

Em feliz comparação, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, José Roberto Batocchio, apontou a semelhança entre a Revisão e um *pé-de-cabra* com o qual se pretende arrombar a Constituição.

A escalada revisionista constitui a terceira onda de ofensiva conservadora no sentido de remover os obstáculos para que aqui floresça o neoliberalismo, uma planta cultivada no terceiro mundo para dar frutos no primeiro.

A primeira tentativa começou com a ascensão de Collor ao poder e fracassou quando o presidente corrupto foi definitivamente afastado do comando do País e da política pelo Congresso e pela pressão popular.

A segunda arremetida ocorre sob a capa de um parlamentarismo com voto distrital e hegemonia conservadora amplamente derrotado no plebiscito de abril.

As duas derrotas seguidas levaram os neoliberais e seus aliados a enxergar na Revisão da Constituição a terceira chance de emplacar seu projeto e liquidar as resistências contra a demolição do Estado e o assalto aos direitos sociais assegurados pela Constituição.

NÃO À REVISÃO!

A Constituição não serve para o projeto que as elites pretendem implantar no Brasil

E essa história não é recente no Brasil. Sempre que as normas jurídicas impõem limites ou riscos ao desenvolvimento dos propósitos da reação, ela não vacila em passar por cima daquilo que escreveu ou ajudou a escrever, rompendo o pacto que momentos antes juraram respeitar.

Foi assim em 1823, quando D. Pedro I pisoteou a primeira Carta brasileira outorgando outra no ano seguinte. Em 1937 Getúlio rasgou a Constituição que ajudara a fazer em 1934 e impôs a Polaca, copiada do modelo de Constituição fascista do ditador polonês Pilsudski. Em 1967 os generais rasgaram a Constituição liberal de 1946 e promulgaram a Lei Magna da Ditadura. Um ano depois a ela incorporaram o AI-5 e implantaram a *Constituição do Terror*, pela qual o general de plantão podia fechar o Congresso e legislar sem as restrições da própria Constituição.

É na esteira dessa tradição autoritária e golpista que a direita ameaça romper unilateralmente o pacto constitucional de 1988. Diante de um mundo unipolar, dominado por uma potência militar única que exige a rendição econômica das nações, a Constituição impõe um limite que é a presença do Estado na economia em áreas como petróleo, telecomunicações, energia elétrica e sub-solo.

Os revisionistas se traem pelas próprias verdades que proclamam. Dizem que o Brasil é ingovernável sob a atual Constituição, o que em si é verdadeiro, pois enquanto as elites desejam transformar o País em simples extensão do mercado das grandes nações industrializadas, a Constituição afirma que o mercado interno é patrimônio nacional.

Quando os revisionistas investem contra o patrimônio público e os monopólios da União batem de frente com o texto constitucional, daí a necessidade de destruí-lo para que afinal triunfe a vontade das grandes corporações internacionais e seus sócios menores internos.

É preciso alertar, ainda, para a atmosfera de animosidade no ambiente revisionista contra os direitos democráticos assegurados pela Constituição de 1988. Os neoliberais e seus aliados sonham com o fim do voto proporcional, a adoção do voto distrital, a restrição ao direito de greve e à livre organização dos trabalhadores.

Como se não bastasse, a Fiesp propõe uma revisão a cada cinco anos como se a Constituição do País fosse massa de moldar disponível para confeccionar leis a qualquer momento a serviço do capital.

Mas não é sem dificuldades e resistências que a Revisão abre seu caminho. A subordinação da ordem jurídica nacional aos ditames do FMI levantou o protesto de setores liberais e de amplos segmentos da esquerda e centro esquerda.

A Igreja denunciou os objetivos revisionistas de golpear os direitos sociais e de adaptação da Constituição às políticas de corte neoliberal.

A Ordem dos Advogados do Brasil questionou o próprio conteúdo da Revisão advertindo que o artigo 3º das Disposições Transitórias só autorizava a Revisão para os casos da forma e do sistema de governo, o que havia sido rejeitado pelo plebiscito. A CUT e as CGTs (Central e Confederação) apontaram os riscos às conquistas dos trabalhadores caso a Revisão fosse posta em prática. O sentimento dos trabalhadores contra a Revisão atingiu a própria Força Sindical de Medeiros, com a renúncia de um dos diretores da Central, Francisco Cardoso Filho, o Chicão, presidente do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, que abandonou o posto alegando divergências em relação a questão da Revisão.

A disputa em torno da Revisão separou a sociedade em dois grandes blocos. O jogo pesado dos conservadores para fazer aprovar a Revisão levou a uma unidade maior das forças que a ela se opõem, e PT, PDT, PSB e PCdoB passaram a articular em conjunto os esforços para conter os passos da Revisão.

Os monopólios perceberam o jogo arriscado em que estavam metidos. Não seria tarefa fácil fazer a Revisão excluindo estes partidos e contra a vontade dos escalões mais organizados e representativos da sociedade.

Ainda que o Congresso fosse uma Constituição prestigiada, saudada nas ruas pelo povo, o presidente da República tivesse o pulso de um Lincoln e a economia e a inflação estivessem sob controle, mesmo assim a legitimidade da Revisão estaria em questão.

**NÃO À
REVISÃO!**

**A batalha da revisão
só começou.
Vencedores e vencidos
ainda estão
longe de ser definidos**

Na tentativa de obter o amparo ideológico para preencher o vazio da legitimidade social, a imprensa das elites logo alcunhou os partidos que se opõem a Revisão, de *contras*, em alusão aos grupos de direita que na Nicarágua lutaram contra o regime sandinista.

E assim vai a nossa imprensa *amarela* tentando convencer seus leitores de que o PCdoB, PSB, PT, PDT, OAB, UNE e SBPC representam o atraso em confronto com a modernidade pregada pela Fiesp e conduzida no Congresso pelo senador Humberto Lucena e pelo deputado Inocêncio Oliveira. Como no programa de TV, *Acredite se quiser*.

A guerra da Revisão encontra-se em suas primeiras escaramuças e muito distante ainda de definir vencidos ou vencedores. A aprovação do início dos trabalhos e a proposta de um Regimento apenas expõe os choques que se avizinham, inclusive no seio dos próprios defensores da Revisão. Como fazer marchar unido PMDB e PFL, por exemplo?

Alem do mais, surge agora o escândalo envolvendo deputados, senadores, ministros e ex-ministros no esquema de fraude no orçamento promovida pelo ex-diretor do Departamento de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos.

Antes, surgira o episódio da compra de mandatos por parte do PSD, em cujo esquema teria participado o governador de São Paulo, Fleury Filho e alguns deputados. Coincidentemente ou não, nos dois casos, revisionistas juramentados terão de dar explicações.

O combate à Revisão pressupõe uma atitude firme e unitária. Inflexível diante da Revisão, mais ampla o suficiente para travar a luta com aqueles que, de boa fé no campo revisionista, não compreenderam ainda o seu significado desastroso para o povo e para o País.

As forças progressistas devem aproveitar o clima da liberdade existente e conchamar o povo às ruas, afinal é o seu futuro que está em jogo. Julgada nas praças pela multidão a Revisão não terá destino glorioso.

Segunda Carta aos brasileiros

(Mensagem contra a Revisão da Constituição)

GOFFREDO TELLES JÚNIOR

*Votação em um só turno e sessão unicameral
dá aos parlamentares
poderes ilegítimos para revisar questões
essenciais como o papel
do Estado, direitos sociais e reforma partidária*

PRINCÍPIOS publica a Segunda Carta aos Brasileiros, lançada pelo jurista Goffredo da Silva Telles Jr. no último mês de setembro. Trata-se de um verdadeiro libelo contra a Revisão Constitucional conduzida pelas forças conservadoras. Atendo-se principalmente aos aspectos jurídicos, especialidade do veterano Professor da Faculdade de Direito da USP, a carta demonstra cristalina o crime contra a Constituição, perpetrado sob o título de revisão constitucional.

Trata-se de uma segunda carta porque Goffredo foi o autor da Carta aos Brasileiros, lida no final da década de 70, em Ato Público no Largo de São Francisco em São Paulo. Este documento jogou grande papel na luta contra a ditadura militar vigente.

O silêncio da imprensa das classes dominantes em relação à Segunda Carta é uma expressão da verdadeira campanha desencadeada por esta imprensa para fazer passar a Revisão Constitucional. Contrapondo-se a este silêncio PRINCÍPIOS publica em primeira mão, e na íntegra, a carta do Professor Goffredo.

(Conselho Editorial da PRINCÍPIOS)

Dirijo-me ao povo. Dirijo-me aos trabalhadores, aos estudantes, aos professores. Aos profissionais liberais e aos empresários. Aos magistrados e aos promotores. Dirijo-me aos servidores públicos, aos empregados em geral. Dirijo-me aos artistas. Aos homens e mulheres da mídia. Dirijo-me aos políticos.

REVISÃO E PLEBISCITO

Para as reformas na Constituição, dois processos existem: o das *emendas* e o da *revisão*.

Mas, destes dois processos, o *único* a figurar no rol constitucional dos atos do *Processo Legislativo* é o da *emenda*.

A *revisão* não se acha mencionada entre tais atos. Aliás, a *revisão* não é citada, nem uma só vez, nos 245 artigos da Constituição.

Ao processo da *emenda*, a Constituição consagra a maior importância.

Na lista dos atos do chamado *Processo Legislativo*, a Constituição nomeia a *emenda* em primeiro lugar.

Reza o artigo 59 da Constituição:

“Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias
- VI - decretos legislativos
- VII - resoluções.”

Que vemos neste artigo? Vemos uma coisa só. Vemos que, para *reformas na Constituição*, um processo *único* está ali mencionado. E este processo é o da *emenda*.

Conclamamos, para este artigo, a atenção dos revisionistas.

O artigo não faz nenhuma referência à *revisão*.

Só com a *emenda*, em matéria de *reformas*, preocupa-se a Constituição. De fato, na citada Secção do *Processo Legislativo*, há uma Subsecção inteira, a



Goffredo Telles Júnior na Faculdade de Direito da USP

ela devotada, sob o título *Da emenda à Constituição*.

Esta Subsecção cuida do processamento das propostas de emenda. E, pelo que ali está disposto, no artigo 60, o que imediatamente se verifica é que *não é fácil emendar a Constituição*.

• 8 • O artigo 60 manda que a proposta de emenda seja discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos. E que somente seja tida como aprovada quando obtenha o quorum de três quintos dos votos dos deputados e dos senadores.

A simples leitura deste artigo leva à convicção de que os constituintes de 1988, obedientes a uma secular vontade do povo, e embuídos do ideal democrático, empenharam-se em dar, à sua obra, a firmeza e a durabilidade de que necessitam as Constituições dos Estados de Direito.

A exigência dos dois turnos e do quorum qualificado de três quintos são as salvaguardas da estabilidade constitucional, que os constituintes, sabiamente, consagraram.

E a *revisão*, em que fica? A que se reduz?

Respondemos que a *revisão* é ato importante, mas ato que *não se acha mencionado na Constituição*.

A *revisão* aparece em outro diploma legal. Aparece na lei anexa à Constituição, na lei denominada *Ato das Disposições Transitórias*.

A *revisão* surge, pela primeira e única vez, no artigo 3º dessa lei. E surge como um processo *simplificado* de reforma.

De acordo com esse artigo, a aprovação da *revisão* exige o voto favorável de apenas a maioria

absoluta dos membros do Congresso Nacional, num só turno, em sessão unicameral. A reforma da Constituição se faria sem a necessidade de se obter o quorum qualificado de três quintos dos votos, em dois turnos, em cada uma das Câmaras do Congresso.

Como se vê, entre a *revisão* e a *emenda*, a diferença é só de processamento. Mas esta diferença é colossal. É uma diferença que torna muito mais fácil o processo de reforma da Constituição.

Mas, a que reforma, o citado artigo 3º se refere?

Não se refere, é claro, às reformas feitas pelo Processo Legislativo, porque tais reformas só se podem fazer por meio de emendas. O artigo 59 não deixa dúvidas sobre este assunto. *A emenda* é o único ato *dereforma*, entre os atos do Processo Legislativo.

Não estando mencionada na lista completa do artigo 59, a *revisão*, votada com quorum simplificado em sessão unicameral, é processo não reconhecido pela Constituição; é processo inidôneo, para execução de reformas em nossa Carta Magna. Diríamos que essa *revisão* é proibida pela Constituição.

A que reforma, então, se refere o artigo 3º das Disposições Transitórias?

Não podendo referir-se às reformas que só cabem às emendas, a *revisão* do artigo 3º só pode referir-se à reforma preconizada no artigo imediatamente anterior.

Se o eleitorado, por meio do plebiscito, houvesse optado pela forma monárquica e pelo sistema parlamentarista de governo, seria necessário, obviamente, alterar alguns artigos da Constituição, a fim de adaptá-la à decisão do povo.

Para fazer essa eventual alteração, o *Ato das Disposições Transitórias*, em seu artigo 3º, prescreveu, não a emenda, mas a *revisão*.

Acontece, porém, que o povo, por meio do referido plebiscito, não optou pela mudança da forma e do sistema de governo. O que o povo fez foi votar em favor da forma republicana e do sistema presidencialista. Isto significa, simplesmente, que o povo manteve a forma e o sistema adotados na Constituição em vigor.

O povo não autorizou a mudança. Logo, não autorizou a *revisão*.

Não se pense que a *revisão* possa desvincular-se do resultado do plebiscito. Não se queira fazer, da *revisão*, o processo fácil, a boa oportunidade, para mudar a Constituição.

A *revisão*, mencionada no artigo 3º das Disposições Transitórias, não é *qualquer revisão*. Que *revisão* será essa? Ela só pode ser a *revisão* prevista no artigo anterior. Só pode ser a *revisão* que seria imprescindível, se fosse preciso fazer a mudança preconizada nesse mesmo artigo. É a *revisão* que seria necessária para a *adaptação* da Constituição à mudança que seria ordenada pelo povo.

Mal tal *revisão* é, justamente, a *revisão* que foi dispensada, porque a mudança foi repelida. É a *revisão* extinta.

Se o povo, no plebiscito, tivesse optado pela mudança, a *revisão* se restringiria à mencionada *adaptação*. Em nenhuma hipótese, poderia a *revisão* ser mais do que isto. Pois, a própria Constituição estabeleceu, em seu artigo 59, que o único ato do Processo Legislativo, dedicado a reformas na Constituição, é a *emenda*, não a *revisão*.

Eis porque proclamamos: usar a *revisão* em vez de usar a *emenda* é violar a Constituição.

Estamos convictos de que essa prática daria ensejo a uma *ação direta de inconstitucionalidade*.

A REVISÃO PRETENDIDA

Mas, atenção! Há muita gente, no Congresso Nacional e fora dele, que não quer ver vínculo nenhum entre a *revisão* e o resultado do plebiscito.

É gente desejosa de fazer uma *revisão*. Gente que preconiza o aproveitamento desta pretensa oportunidade, para mudar, acrescentar ou suprimir, com desembaraço e celeridade, numerosas disposições constitucionais. É gente de boa fé e gente de má fé, ansiosa para valer-se desta aparente e rara ocasião, para incluir na Constituição, ou dela excluir, sem as dificuldades das *emendas*, as normas que quizerem.

Para a *revisão* pretendida, os projetos de mudança já estão sendo anunciados. Provindos das mais diversas fontes, os jornais os anunciaram. Muitos já chegaram à mesa do Congresso. O presidente da Câmara calcula que mais de dez mil proposições lhe virão às mãos.

Uma verdadeira febre revisionista parece assaltar certos ambientes. O que a explica, em parte, é a

premente necessidade de reformar determinadas estruturas do Estado. Salta aos olhos da população que providências se fazem urgentes, para extirpar ou minorar males que infelicitam a nossa Terra.

Mas a premência, a urgência dessas reformas, dessas providências, não significa que elas devam ser aprovadas por um Congresso unicameral, em votações apressadas, de um turno só, com quorum reduzido. Mudanças na Constituição não são mudanças em uma lei qualquer. Para atender a tais premências e urgências, melhor é recorrer à legislação ordinária, para obtenção rápida de soluções talvez provisórias.

As Constituições não foram feitas para serem abaladas por avalanches revisionistas. A firmeza da Constituição - sua estabilidade e permanência, sua durabilidade - é garantia de nossos direitos e de nossas liberdades.

Reformas na Constituição exigem tempo. Exigem serenidade. Exigem estudo, pesquisa, consulta. Exigem, muitas vezes, a audiência da Nação.

Estarrecidos, contemplamos a massa dos projetos que, no processo da *revisão*, serão submetidos à consideração do Congresso. Sobre eles, o Congresso terá que se pronunciar. Terá, para fazê-lo, o exíguo prazo que se estende entre o próximo mês de outubro e o próximo mês de março, quando as campanhas eleitorais estarão nas ruas.

Que fantástica situação!

De concreto, o que vemos é que o Congresso nem sequer pôde elaborar, em quatro anos, as leis complementares, exigidas pela Constituição.

Agora, o que se pretende é que esse mesmo Congresso discuta e vote, no apertado prazo da *revisão*, projetos sobre o enxugamento do Estado; a correção de nosso sistema presidencial; a redistribuição das funções da União, dos Estados e dos municípios; a reforma tributária; a medida provisória e a lei delegada; a definição de *defesa nacional* e o papel das Forças Armadas; a segurança pública e a reorganização da Polícia; a reorganização do Judiciário; o controle do Judiciário; o sistema eleitoral; o regime partidário; a proporcionalidade das representações no Congresso; a reformulação da Previdência e o financiamento da Seguridade Social; a estabilidade e a aposentadoria do servidor público; a reforma agrária; a implementação dos direitos à educação, saúde e habitação; a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; o direito de greve; as definições e os direitos da empresa nacional e da empresa estrangeira; o tabelamento dos juros; os monopólios estatais, principalmente os monopólios da pesquisa, extração e distribuição do petróleo, e os monopólios das telecomunicações; a privatização das empresas; a propriedade do subsolo, e milhares de outros projetos, que já chegaram, ou se acham em vias de chegar, à mesa do Congresso.

Espantosa *revisão*! Nesse mar de projetos, a promessa da *revisão*, mesmo de uma *revisão* com *agenda reduzida*, só poderá produzir um espetáculo de naufrágio. Só poderá concorrer para o desprestígio

do Parlamento. E incrementará, desgraçadamente, a descrença, a desesperança, o alheamento do povo.

Aperfeiçoemos a Constituição! É o que todos nós queremos. Mas, para aperfeiçoá-la, não nos enredemos na aventura de uma *revisão* de fancaria.

Ninguém se iluda! Em matéria de reforma da Constituição, como em muitas outras matérias, o melhor é *entrar pela porta estreita*, porque esta, em regra, é a que conduz aos valores da vida. A outra, a *porta larga e espaçosa*, é a que costuma nos levar à perdição. Façamos, sim, a reforma da *Lei Magna*. Nossos representantes no Congresso Nacional serão capazes de fazê-la.

Mas devem fazê-la criteriosamente. Devem fazê-la pela *porta estreita das emendas*.

Ao Congresso, queremos advertir: Insurgimo-nos contra a leviandade das reformas açodadas. Nós renegamos a *porta larga*, tentadora, da *revisão*. Rogamos que a deixem fechada.

AS IMPRUDÊNCIAS DA REVISÃO

Se a *porta larga* ficar aberta, as corporações do atraso, as associações dos eternos manobristas de poderosos interesses, por ela entrarão, para arrebatá-la, em votações de turno único, com quorum reduzido, a aprovação sinistra dos projetos do retrocesso.

Para as Instituições Democráticas, para o progresso da ordenação jurídica nacional, para os Direitos do Homem, para os direitos trabalhistas, para as conquistas sociais, para os interesses do grande povo anônimo, não pode haver risco maior do que o representado pelo *quorum reduzido* da *revisão* agora projetada.

Enquanto imensa camada popular - desiludida, pessimista e pobre - tende a se descuidar de tudo que se relacione com a política, e a desprezar o que se faz no Congresso, relevantes questões do País são resolvidas em segredo, nos gabinetes do Parlamento e nas ante-salas dos Ministérios, e, depois, jogadas no Plenário.

Se as parcelas sadias da sociedade, por meio da atuação de seus partidos de luta e em suas entidades de classe, não contarem com as salvaguardas da Constituição - com o *quorum qualificado* e com a votação em *dois turnos*, nas *duas Casas* do Congresso - não haverá nunca a esperança de sustar, dentro do Parlamento, a onda permanente do retrocesso.

Este é o motivo pelo qual o povo nas ruas, sentindo-se ameaçado, exclama: *Revisão é golpe!*

A REVISÃO E O PODER CONSTITUINTE

Se o Congresso Nacional cometer a imprudência de iniciar a *revisão*, ela não terá mais fim. Sempre que o Congresso quiser mudar a Constituição, lançará mão de um cômodo estratagema: dirá que a *revisão* *continua*. Usará, eternamente, o processo facilitado da *revisão*, e se dispensará de usar o da *emenda*.

Com isto, derrubado estará o princípio da *firmeza e durabilidade* das normas constitucionais. Derrubadas estarão a segurança do Direito e a garantia das liberdades sociais. E ferido ficará o próprio pensamento inspirador da democracia e do Estado de Direito.

Tal é a razão pela qual exortamos o Congresso Nacional a não cometer a aludida imprudência.

Não é lícito esquecer que a *estabilidade* dos mandamentos da Constituição resulta de uma longa evolução histórica, de uma árdua luta do povo, contra o absolutismo e o arbítrio.

Não pode o Congresso ignorar, agora, essa epopéia. Ignorá-la, principalmente em horas de reforma constitucional, é falta que não tem perdão. É incuria que redundará em golpe contra as conquistas do povo e contra a democracia. É mal que deixa aberta a porta do retrocesso político.

A simples ameaça da *revisão*, como processo permanente de reformas, já projeta a imagem do Estado que esse estratagema produziria. Sem estabilidade constitucional, o que teríamos seria, precisamente, o modelo que julgávamos superado. Teríamos o Estado eticamente indefinido e indiferente, joguete e instrumento dos que dele puderem aproveitar.

O povo diz que a *revisão* é golpe. Nós acrescentamos: *a revisão é usurpação de poder*.

Para criar um novo modelo de Estado, o atual Congresso não tem poder. O Congresso não foi eleito para fazer a *revisão*.

A *revisão*, de que agora se trata, exige Poder Constituinte. E esse Poder, ao povo pertence. Quando elegeu os atuais deputados e senadores, o povo não lhes delegou o Poder Constituinte de transformar o Estado brasileiro.

Se a *revisão*, a que se refere o artigo 3º do Ato das Disposições Transitórias, fosse um processo de mudar as feições do Estado, o atual Congresso ficaria travestido de Assembléia Constituinte. E teria poder maior do que o da Assembléia Constituinte de 1988, porque estaria investido no poder inextinguível de mudar, quantas vezes quizesse, as estruturas do Estado.

Não foi esse, certamente, o poder atribuído ao Congresso pelo povo eleitor.

Se o Congresso Nacional fizer a *revisão*, estará se utilizando de um Poder que não lhe pertence. E, para mal dos pecados, começará por utilizá-lo na pior das oportunidades, porque será na ocasião das pressões inevitáveis, exercidas sobre os políticos, em vésperas de eleição.

Não podemos acreditar na perpetração dessa calamidade.

Queremos confiar em nossos deputados e senadores. O Parlamento será sensível aos apelos do povo.

Numa só voz, clamamos: *Revisão, não!*

1935: Assim se conta a história

(A verdade sobre 35)

JOÃO AMAZONAS

O movimento libertador antifascista de 1935 tem lado positivo, e mesmo glorioso. Tem também seu lado negativo. Mas reportagem do Estadão distorce sua história

No velho e surrado estilo do anticomunismo primário, William Waack, jornalista do *Estadão*, publicou longa reportagem, que já transformou em livro, de revelações que teria obtido nos *arquivos secretos* de Moscou. As revelações concentram-se, especialmente, nos acontecimentos revolucionários de 1935, no Brasil, que teriam sido obra diabólica da Internacional Comunista (IC). Superficial, repete antigos chavões da propaganda reacionária sobre o *ouro de Moscou*, as *ordens de Moscou*, a *espionagem soviética* tramando rebeliões comunistas na América Latina. Faltou apenas dizer que havia comprovado também dados reais de que os comunistas comiam criancinhas...

A reportagem, com pretensão de pesquisa histórica, peca pela base. Não faz exame da realidade política da época e também do caráter e do papel que jogavam as organizações revolucionárias. Suas conclusões são preconceituosas, adaptadas à campanha que o capitalismo selvagem promove contra o socialismo científico. O jornalista pinça ao acaso fatos isolados e faz deduções estapafúrdias.

Segundo ele, Prestes teria pago verdadeira fortuna para ingressar no movimento comunista internacional. Quem pode acreditar nesta balela? Nem Prestes era pessoa desse gênero, nem a Internacional adotava semelhante procedimento. O movimento comunista nunca foi balcão de negócios, nele ingressavam unicamente revolucionários convictos. Ao afirmar que a rebelião militar de novembro de 35 fora ordenada por Moscou, apresenta como prova um pretenso telegrama com a assinatura dos oito principais dirigentes da IC: É simplesmente irrisório atribuir a uma organização revolucionária experiente

como a IC tão estúpida ingenuidade. A veracidade da documentação consultada torna-se suspeita quando o jornalista diz que "Prestes enviou João Amazonas a Moscou, em 1949, com a denúncia de que Ghioldi não se comportara como revolucionário ao ser preso no Brasil". A informação é inteiramente falsa. Amazonas viajou, pela primeira vez, à União Soviética, em junho de 1953, três meses depois da morte de Stálin. E nunca foi portador de denúncia contra o comunista argentino. Se existe no *arquivo secreto* tal indicação, quem teria interesse em incluir o nome de Amazonas nesse repositório *cekpetho* (secreto) matreiramente aberto a investigadores facciosos?

1935 não chega a ser mistério, nem fruto de manipulação estrangeira, como sugere W. Waack. Surge com o formidável ascenso da luta revolucionária no mundo, contrapondo-se ao nazi-facismo, séria ameaça a todos os povos. A Aliança Nacional Libertadora (ALN), que teve apenas alguns meses de atuação legal, nasceu do sentimento libertador e antifacista do povo brasileiro.



Prestes contava com simpatia e respeito popular. Mas era voluntarista ao extremo

Precocemente derrotado e com graves sequelas na vida política do país, o movimento aliancista merece um exame criterioso. Vale a pena, como contribuição à história, descrever certos fatos que



Seis mil aliancistas no comício no estádio Brasil, RJ, 13/5/1935

não são ainda do conhecimento público. Neles teve realce a figura legendária de Prestes.

Antigo caudilho militar, obstinado e crente de que seu prestígio influenciava fortemente as Forças Armadas, sem nenhuma experiência de atuação comunista, desempenhou papel de certo modo negativo nos acontecimentos de 35. Seu nome contava com muitas simpatias no Brasil devido à epopéia da grande marcha da Coluna. Merecia o respeito de seus concidadãos. Todavia, suas idéias sobre a luta revolucionária deixavam muito a desejar. Era voluntarista ao extremo.

Desde 1931 na União Soviética, Prestes trabalhava como engenheiro civil na construção de casas populares e tratava de compreender o socialismo. Queixava-se de que seus interlocutores dificultavam sua aproximação dos altos dirigentes soviéticos. Em 1934, com o vigoroso crescimento da luta antifascista, sobretudo na Europa, julgou ser chegado o momento de regressar ao Brasil e pôr em prática um projeto revolucionário.

Acalentando esse ideal, pediu e conseguiu uma audiência com o secretário da IC, Manuilsky. Após longa exposição de que tinha todas as condições para fazer vitoriosa a revolução no Brasil, logrou convencê-lo. Seus argumentos e seu passado de lutas impressionaram favoravelmente. Como não contava com base de apoio organizado no Brasil - O Partido Comunista era pequeno e não lhe inspirava suficiente confiança - solicitou ajuda do movimento internacional para viajar e instalar-se no Rio de Janeiro. Reinvidicou, também, uma assessoria política.

A IC ajudou-o no que pôde. São verdadeiros os nomes de estrangeiros citados por W. Waack que

estiveram no Brasil. De resto, bastante conhecidos, amplamente divulgados pela polícia e pela imprensa brasileira. Não eram mercenários ou espiões. Aqui chegaram com o nobre objetivo de ajudar a luta do nosso povo para libertar-se da espoliação imperialista. Entre outros destaca-se Arthur Ewert (Harry Berger), antigo deputado alemão, com bastante experiência política, inclusive no movimento revolucionário da China, onde estivera durante certo tempo.

O plano de Prestes, idealista, calcado nas melhores intenções, era frágil e inconsequente. Apresentava lacunas indesculpáveis. A começar por sua própria instalação no Rio, realizada por adventícios que desconheciam o País, nem ao menos falavam o português. As relações com o PCB eram precárias, o Partido não chegava a influir na orientação do caudilho.



**Apesar dos erros,
nosso Partido
não condena as lutas
heróicas
daquela época**

Muitos erros foram cometidos. Prestes, na época, tinha uma visão puramente militar do movimento revolucionário, confiava acima de tudo no seu prestígio pessoal e na experiência da Coluna. Isso levava a uma compreensão sectária e voluntarista, que se manifestou repetidamente. A Aliança Nacional Libertadora havia lançado, desde sua fundação, a palavra-de-ordem: "Governo Popular Revolucionário". Sob influência do prestígio, acrescentou-se a esse *slogan*: "Com Prestes à frente". Importantes

personalidades políticas, descontentes com o adendo, abandonaram a Aliança que, no entanto, continuou crescendo porque o nome de Prestes era popular.

Em agosto de 1935, Getúlio Vargas, induzido por fontes estrangeiras, pôs a ANL na ilegalidade. Discutiu-se em círculos estreitos o rumo que devia tomar o movimento. Prestes defendeu que a ANL, a partir da ilegalidade, devia orientar-se para a preparação da luta armada, em curto prazo, com apoio nos quartéis. Essa orientação foi contestada por Arthur Ewert, representante da IC. Ele era de opinião que o movimento aliancista precisava voltar-se para o campo, ganhar as massas camponesas, sem o que a insurreição fracassaria. O documento que continha essa opinião de Ewert foi publicado, mais tarde, no Brasil.

Em novembro de 35, espontaneamente, e sem maior preparação, deu-se a sublevação de Natal, vitoriosa durante poucos dias. Em Pernambuco, repetiu-se o levante militar, façanha que celebrizou Gregório Bezerra, também de curta duração. Tudo indicava, após as duas derrotas, uma retirada em ordem. A precipitação comprometera irremediavelmente o êxito de operações em maior escala. Mas Prestes insistiu (a ordem foi sua, e não de Moscou) no levante do 3º RI, da Praia Vermelha, no Rio.

Nessa ocasião, o quartel já estava cercado pelas forças do governo, e os oficiais comprometidos com o levante, encarcerados. Ainda assim

cumpriu-se a ordem. Heroicamente, o quartel do 3º RI foi dominado. Mas os insurretos, entre os quais o capitão Agildo Barata, não conseguiram sequer sair à rua. Malogro inevitável. Não houve, em todo o País, nenhuma manifestação revolucionária de massas em apoio aos quartéis sublevados. O Partido ficou à margem do movimento insurrecional. Não estava preparado politicamente para isso, embora tivesse sido o grande impulsionador da Aliança Nacional Libertadora.

Com o fracasso, abateu-se feroz repressão sobre o País que durou quase uma década, atingindo seriamente o Partido. A direção nacional foi aniquilada por vários anos. Somente reconstituiu-se em 1943, na Conferência da Mantiqueira.

Assim se conta a história de 35. Apesar dos erros, nosso Partido não condena as lutas heróicas daquela época. As rebeliões militares foram o primeiro pronunciamento das forças revolucionárias do País. Tampouco nega a atuação de Prestes em prol da revolução. Honramos a memória dos estrangeiros que vieram ao Brasil num gesto de internacionalismo proletário. Muitos deles sofreram terríveis castigos nos cárceres fascistas de Vargas e Filinto Muller. Arthur Ewert (Harry Berger) enlouqueceu, vítima de cruéis torturas. Realçamos a figura de Olga Benário, jovem combatente de vanguarda que dedicou sua vida por inteiro à causa da revolução proletária. Fiel aos seus ideais, morreu nos fornos a gás da Alemanha hitlerista, enviada do Brasil, grávida, pelos carrascos do nosso povo.

Herdeiro das tradições combativas do velho Partido da classe operária, o PCdoB avalia a história do movimento revolucionário brasileiro, destacando a luta heróica e abnegada de milhares e milhares de militantes em favor da causa do socialismo. Ao mesmo tempo, examina os erros cometidos por falta de experiência, de maior conhecimento da doutrina marxista, por tendências alheias à concepção do proletariado revolucionário. 1935 tem seu lado positivo, até mesmo glorioso. E tem também seu lado negativo - graves equívocos que causaram prejuízos ao movimento revolucionário.

A reportagem de William Waack, distorcendo proposadamente a história do movimento libertador e antifascista de 35, precisa ser desmascarada. É mais uma tentativa de confundir a opinião pública e de isolar os comunistas, apresentados falsamente como instrumentos servis de potências estrangeiras. Toda a atividade dos comunistas brasileiros está indissolúvelmente ligada aos interesses do nosso povo e da nossa Pátria. Lutam por um Brasil independente, democrático e progressista. E visam a conquista do socialismo que é o ideal supremo da classe operária e o futuro esplendoroso da humanidade.

JOÃO AMAZONAS é presidente nacional do PCdoB e é o último sobrevivente da Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil eleita na Conferência da Mantiqueira (1943).



CARLOS PRESTES
A FRENTE DA INSURREIÇÃO ARMADA NO RIO!

A MANHÃ 2ª EDIÇÃO
PUBLICAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

SOB SEU COMMANDO LEVANTOU-SE, ESTA MADRUGADA, A GUARNIÇÃO DESTA CAPITAL

O MOVIMENTO ESTENDE-SE A TODO O TERRITÓRIO DO PAIZ
Em S. Paulo, o commando das forças revolucionarias foi assumido pelo general Miguel Costa

O AVISO DE PRESTES aos seus companheiros

Texto do ultimato dado ontem por Luiz Carlos Prestes aos seus companheiros de revolução.

"O Comandante Revolucionário, sob a minha direção, frente aos acontecimentos que se desenvolveram no curso do dia e à situação de insubordinação de uma destacada manobra de combate que todos os fatos de

que publicamos em outro local e que se tornou conhecida pelo mundo. Se é certo, a liberdade operária de Revolução, movida para esta madrugada e promulgada em nome das forças armadas do Rio e de outros pontos do país. Sua palavra de ordem foi imediatamente cumprida, conforme se verifica com a generalidade do levante nesta capital.

Em 2 de Janeiro de 1935
LUIZ CARLOS PRESTES

Último número do jornal A Manhã

As lutas de classe na Rússia de 1991 a 1993

LUIS FERNANDES

Os fatos políticos na Rússia abalaram o mundo. Em nome da democracia e livre mercado Iéltsin criou regime ditatorial, com apoio de governos e mídia ocidentais

•14•

Durante 14 dias - de 21 de setembro a 4 de outubro de 1993 - os acontecimentos políticos na Rússia voltaram a abalar o mundo. Em nome da democracia e da economia de mercado, o presidente Bóris Iéltsin dissolveu unilateralmente o Congresso dos Deputados e colocou o país à beira de uma guerra civil. O conflito político gerado pelo golpe foi *resolvido* com um banho de sangue, o presidente mandou tropas do Exército atacar e bombardear a sede do poder legislativo em Moscou, que havia se tornado o centro de um amplo movimento de resistência em defesa da legalidade.

O desfecho político da crise foi a criação de um regime ditatorial e a brutal restrição de direitos políticos, civis e individuais. Mais de 90 mil pessoas foram presas nos marcos do estado de emergência, decretado após o massacre. Assim como no golpe fascista de Pinochet no Chile em 1973, milhares de dirigentes e combatentes da resistência antigolpista foram confinados num estádio. Os principais partidos de oposição foram banidos. A imprensa foi colocada sob censura e quinze jornais de oposição fechados. Tudo com o apoio ativo, integral, e irrestrito dos governos e *damídia* do Ocidente - os mesmos que, há dois anos, haviam repudiado veementemente a tentativa de *golpe anticonstitucional* contra o então presidente soviético Mikhail Gorbachov, e saudado a Iéltsin como *herói da resistência democrática* por defender corajosamente o mesmo Parlamento que ele agora destruiu.

Como entender estes dramáticos acontecimentos na Rússia? Com base na metodologia do materialismo histórico, este artigo procura explicar um fragmento da história contemporânea (a evolução da situação política russa do golpe fracassado de agosto de 1991 ao golpe vitorioso de setembro/outubro de 1993),

partindo da situação econômica existente no período e das lutas de classes por ela condicionadas. Vamos começar por analisar o quadro político e a disposição de forças na Rússia e na União Soviética no período imediatamente antecedente ao prolongado conflito entre Iéltsin e o Parlamento.

A crise geral da perestroika em 1990 e 1991: A URSS entrou nos anos 90 marcada pela crise geral da política da perestroika adotada por Gorbachov desde 1985. O que fora originalmente concebido como uma reestruturação da base econômica do socialismo acabou desatando uma reação em cadeia de processos e contradições econômicas, políticas e sociais que fugiu por completo ao controle da liderança soviética. Do ponto de vista econômico, isto se traduziu na adoção de sucessivas levas de medidas, a maioria incoerentes e contraditórias entre si, mas inspiradas cada vez mais pela concepção ingênua do mercado como panacéia para a resolução de todos os males econômicos da URSS. Em 1990, estas medidas se voltaram para a drástica retração das encomendas estatais (que ainda preservavam o princípio da direção planejada e centralizada da economia) e para a desestatização das forças produtivas. O desmantelamento do sistema de direção centralizada, que mantinha a estabilidade e a continuidade da economia até então, gerou uma retração de 4% no Produto Material Líquido da União Soviética nesse ano, a primeira queda desde a invasão nazista na Segunda Guerra.

Nos marcos das transformações econômicas implementadas pela *perestroika*, novas estruturas econômico-sociais emergiam na República Russa¹. Ao lado das empresas estatais que continuavam a predominar na economia (empregando 61 milhões



de pessoas) e das fazendas coletivas (que associavam 4 milhões de trabalhadores agrícolas), estas novas e diferenciadas estruturas incluíam:

1. a pequena produção mercantil baseada no trabalho individual e na formação de cooperativas privadas que não empregavam trabalho assalariado (abarcando 4 milhões de pessoas);

2. o capitalismo privado baseado nas empresas formadas à margem do setor estatal, nas empresas estatis de pequeno e médio porte que foram inteira ou majoritariamente privatizadas, e nas empresas de *joint venture* com predominância ou exclusividade de capital estrangeiro (empregando, ao todo, mais de um milhão de pessoas);

3. o capitalismo de Estado baseado no arrendamento de forças produtivas do Estado a grupos privados e na montagem de empresas mistas associando empresas capitalistas estrangeiras a empresas estatais (abarcando cerca de 3 milhões de pessoas);

4. formas intermediárias, em transição híbridas que conjugavam elementos de estruturas econômico-sociais distintas como a propriedade acionária comum distribuída entre integrantes de diferentes estruturas produtivas e o arredamento de forças produtivas estatais como etapa inicial da sua privatização².

Do ponto de vista internacional, o período da *perestroika* foi marcado tanto pelo crescente alinhamento estratégico da URSS com as posições e interesses do governo norte-americano, quanto pelo colapso da sua própria liderança *contra-hegemônica* no cenário mundial. No início de 1990, isto se materializou no apoio dado à coalizão encabeçada pelos EUA na Guerra do Golfo - o que possibilitou aos Estados Unidos ocupar militarmente uma região estratégica no Oriente Médio, próxima das fronteiras

soviéticas, que sempre havia sido uma área *inóspita* para os interesses norte-americanos. No ano anterior, o próprio *campo socialista* liderado pela União Soviética no Leste europeu já havia se desintegrado com a aquiescência dos dirigentes em Moscou.



Polarização na URSS se deu em torno de três grandes correntes políticas

Tudo isto alimentou a inquietação e insatisfação de setores militares na URSS, que, cada vez mais, responsabilizavam a *traição nacional* dos seus dirigentes em favor do Ocidente pela decadência da potência soviética e pelos impactos sociais negativos da desmobilização de tropas e do desmantelamento de indústrias de defesa.

Crise de hegemonia na URSS: O impacto combinado do aguçamento da crise econômica, da crescente diferenciação social e do colapso da sua liderança resultou numa grave crise de hegemonia política na URSS. A eleição e os trabalhos do novo Congresso dos Deputados do Povo de 1989 a 1991 evidenciaram a formação e consolidação de três correntes fundamentais que continuaram polarizando a vida política soviética até os dias de hoje. Como sempre ocorre na vida real, nenhuma delas era expressão direta, mecânica e inequívoca dos diferentes interesses de classe que se formavam na sociedade soviética, mas cada uma refletiu a predominância de determinada constelação de interesses e perspectivas.

A primeira corrente, composta por setores interessados em freiar ou reverter o curso das

transformações implementadas no curso da *perestroika* (pelo menos na forma em que elas haviam se apresentado até então), se expressava politicamente através da formação do grupo *Soiuz* (União) no seio do Congresso soviético é o que a *mídia* convencionou chamar de “conservadores” ou “direita” na URSS (embora suas posições fundamentais - defesa da intervenção estatal ativa na economia e do princípio geral da planificação, crítica à propriedade privada, ceticismo em relação à eficácia econômica e social do mercado, preservação de amplos direitos e serviços sociais etc - fossem, em geral, opostas ao que normalmente se chama de “direita” ou “conservador” no resto do mundo). Ela representava, basicamente, a inquietação e insatisfação dos trabalhadores mais vitimados pelas consequências sociais negativas das medidas da *perestroika*, setores do aparelho de direção central da economia (incluindo diretores de certos conglomerados e empresas) que resistiam à opção pelo mercado, setores nacionalistas russos (sobretudo nos meios militares) temerosos da desagregação da União (URSS) e revoltados com a decadência da liderança soviética no mundo. Esta corrente se fortaleceu significativamente nos dois anos que precederam a tentativa de golpe em agosto de 1991 e se posicionou, cada vez mais, como oposição aberta a Gorbachov.

A segunda corrente, que podemos chamar de *centrista*, se agrupava em torno do presidente Mikhail Gorbachov. Estruturada em torno dos setores do aparelho estatal, convencidos da necessidade das *reformas* e do *mercado* (mas que procuravam, assim mesmo, preservar um papel relevante para a regulação estatal na economia e sociedade soviética), esta corrente recebeu inicialmente apoio em todos os setores da sociedade soviética. Com os insucessos da *perestroika*, no entanto, ela foi se isolando progressivamente e perdendo bases sociais de apoio para as duas outras correntes. Do ponto de vista político, isto levou o próprio Gorbachov a assumir posições cada vez mais vacilantes e incoerentes no período.

A terceira corrente compunha uma espécie de *frente única* de todas as forças que se opunham às estruturas políticas e econômicas predominantes na URSS. É o que a *mídia* convencionou chamar de *esquerda* ou *forças progressistas* (embora, uma vez mais, suas posições político-ideológicas fossem, em geral, opostas ao que se chama de esquerda ou progressista no resto do mundo). Esta corrente se expressava politicamente através do *grupo inter-regional* de deputados de oposição no Congresso soviético. Além dos antigos grupos de dissidentes abertamente anti-socialistas, ela agrupava movimentos nacionalistas nas repúblicas não-russas (sobretudo as do Báltico) que queriam sua independência da União e as *Frentes Populares* de oposição que estavam sendo organizadas em diversas repúblicas e cidades (com destaque para Moscou e Leningrado). Os interesses representados também eram bastante heterogêneos, abarcando importantes

setores da intelectualidade, os interesses emergentes dos novos grupos privados (entre os quais se destacavam grupos *mafiosos* formados com base no roubo sistemático de patrimônio do setor estatal socialista no período anterior, e que agora podia *lavar* e legalizar o dinheiro previamente acumulado através das privatizações), coletivos de trabalho (administração e trabalhadores) em empresas de interesse estratégico para investidores estrangeiros e em melhores condições de competir no mercado mundial etc.

Embora agrupasse perspectivas diferenciadas, o núcleo central desta corrente defendia a radicalização das medidas da *perestroika*, culminando com o desmantelamento do setor socialista e a generalização de diferentes formas de propriedade privada. O seu principal dirigente era o antigo prefeito de Moscou e ex-dirigente do PCUS Bóris Iéltsin. Esta corrente foi a que mais se fortaleceu politicamente de 1989 a 1991. Com a derrota da tentativa de golpe militar contra Gorbachov em agosto deste ano, foi ela que assumiu o poder na União Soviética (para dissolvê-la em seguida). O Congresso dos Deputados do Povo da Rússia, eleito em 1990, jogou um papel decisivo nessa vitória. É o que veremos a seguir.



O Congresso eleito em 1990 já representou um corte com a política soviética

O Congresso dos deputados da Rússia: Na recente crise política na Rússia, além de sistematicamente apresentar o presidente golpista como *democrata* e os deputados que defendiam a Constituição e o Estado de Direito como *rebeldes*, a *mídia* internacional procurou sistematicamente caracterizar o conflito como uma disputa entre um presidente *democraticamente eleito* e um Parlamento *comunista*, resquício do antigo regime soviético. Esta interpretação, no entanto, não resiste à mínima análise dos fatos.

O Congresso dos Deputados do Povo da Rússia foi eleito em março de 1990. Numa série de atributos fundamentais, ela representou um corte com as práticas e instituições do poder soviético anterior em favor de um modelo baseado na experiência dos Parlamentos nos países capitalistas centrais. Foi abolida a prática da discussão e seleção pública de candidaturas em assembleias populares. Para se candidatar, bastava a indicação do nome do candidato por qualquer entidade civil (incluindo os múltiplos grupos constituídos nos marcos da *glasnost* que se unificaram nas *Frentes Populares* citadas anteriormente). Ao todo, 7 mil candidatos concorreram a 1.068 vagas. Ao contrário do que havia ocorrido na eleição para o Congresso dos Deputados do Povo da URSS um ano antes, não houve representação especial

de entidades populares e profissionais no Congresso russo. O princípio de representação utilizado foi o do sufrágio universal puro e simples (uma cabeça, um voto).

Estas modificações alteraram significativamente a composição social do Congresso russo em comparação com o anterior *Soviete Supremo* da República, eleito em 1985. A proporção de operários entre os deputados caiu de 35,3 pra 5,4%. A de camponeses das fazendas coletivas caiu de 14,7 para 1,6%. A de mulheres caiu de 35,3 para 5,4%³. Em contrapartida, o Congresso assumiu para si poderes efetivos de deliberação e execução que anteriormente estavam concentrados no PCUS.

Embora ainda não estivesse inteiramente regulamentado, a eleição já se deu nos marcos de um sistema efetivamente multipartidário. A terceira corrente citada acima, por exemplo, se apresentou abertamente no pleito através de alianças eleitorais como a *Rússia Democrática* em Moscou e *Eleições Democráticas - 90* em Leningrado. O próprio PCUS já havia deixado de existir enquanto partido unificado, fragmentando-se numa série de *plataformas* concorrentes que se espalhavam pelas três correntes políticas fundamentais que dominavam a vida política na Rússia e na União. O núcleo dirigente da terceira corrente, por sinal, se constituiu como *Plataforma Democrática* no seio do PCUS em janeiro de 1990, advogando a cisão do partido e a formação de uma nova organização política.

Em mais um corte, com a experiência soviética anterior, o Congresso dos Deputados, uma vez eleito, resolveu constituir um poder legislativo permanente com 326 membros (preservando o nome de *Soviete Supremo da Rússia*). Este, por sua vez, foi dividido em duas câmaras - uma representando todos os cidadãos russos, e outra representando as diferentes nacionalidades existentes na Rússia. O Congresso russo manteve, no entanto, um princípio fundamental do período soviético anterior: a conjugação de funções legislativas e executivas no mesmo órgão de poder. Por isto mesmo, ele se transformou no palco central da disputa pelo controle do poder executivo na Rússia.

Iéltsin faz do Congresso a sua base política: A eleição do presidente do Congresso em maio de 1990 materializou esta disputa pelo controle do poder executivo na Rússia. Os deputados identificados com a terceira corrente lançaram Bóris Iéltsin como candidato a presidente. Eles apareciam como a maior bancada no Congresso, mas a sua maioria não estava assegurada. As alianças eleitorais *Rússia Democrática* e *Eleições Democráticas - 90* haviam eleito 57 dos 65 deputados de Moscou e 28 dos 34 deputados de Leningrado, respectivamente, mas em outras regiões do país a votação da corrente foi bem menor. Após sucessivas e tensas votações em que nenhum candidato conseguiu obter a maioria dos votos no plenário, Bóris Iéltsin acabou sendo eleito presidente por 535 votos contra 467 dados ao seu

concorrente A. Vlasov, primeiro-ministro da República Russa até então.



Iéltsin usou o Congresso para a luta contra o poder central da URSS

Após a sua eleição, Iéltsin tratou de consolidar seu controle sobre o Congresso dos Deputados e passar para a ofensiva política, usando seu cargo de presidente russo como base para galvanizar todas as forças de oposição ao poder central na URSS. Uma das suas primeiras ações foi garantir a eleição do seu homem de confiança Ruslan Khasbulatov (o nome soa familiar?) para primeiro-deputado do Parlamento. Todas as suas ações seguintes visaram afirmar o Congresso russo como poder paralelo e alternativo ao governo da União. O Congresso russo determinou a procedência das leis da República sobre as leis da URSS. Quando o governo soviético rejeitou a proposta original do *Plano Econômico de 500 Dias* elaborado por Stanislau Shatalin e aprovou um plano alternativo elaborado pelo seu primeiro ministro Nicolai Rijkov, o Congresso russo aprovou e assumiu para si o plano Shatalin contrapondo-o ao plano Rijkov. Diante do contínuo agravamento da situação econômica na URSS, ele aprovou uma moção exigindo a renúncia do Conselho de Ministros da União. Ao mesmo tempo, na condição de presidente da Rússia, Iéltsin tanto apoiava as declarações de independência de diferentes repúblicas da URSS (sobretudo as do Báltico), quanto procurava atrair setores nacionalistas russos para o seu lado, afirmando que Gorbachov estava capitulando diante do Ocidente.

No primeiro semestre de 1991, o quadro político soviético ficou ainda mais polarizado entre a primeira e a terceira corrente citadas acima. O pano de fundo desta polarização foi o aprofundamento da crise econômica da URSS. No primeiro semestre de 1991, em comparação com o mesmo período no ano anterior, o Produto Material Líquido caiu 10%, a Renda Nacional caiu 12%, a produção industrial caiu 6,2% e a produção agrícola caiu 11%.

Embora gozasse de grande prestígio entre as lideranças e a *mídia* do mundo Ocidental, Gorbachov e a corrente centrista que encabeçava se tornavam cada vez mais impopulares internamente, perdendo bases políticas para os seus oponentes e sentindo a União Soviética se desintegrar debaixo dos seus pés. Em dezembro de 1990, por exemplo, Gorbachov teve seu discurso abafado por vaias e protestos num encontro de 3.500 diretores de empresas estatais organizada pela Associação de Empresas Estatais da Indústria, Construção, Transporte e Comunicação da URSS. O presidente da Associação exigiu de Gorbachov o reestabelecimento dos poderes dos ministérios centrais, a suspensão do direito de greve na economia soviética por um período de três anos, a

eliminação das tarifas alfandegárias que estavam sendo montadas pelas diversas repúblicas da União e uma moratória na soberania econômica das diversas repúblicas e regiões⁵. Sob fogo crescente dos dois lados, o presidente soviético ainda tentou uma solução de força para a crise das nacionalidades, ordenando intervenções militares nas repúblicas bálticas em janeiro de 1991, mas estas fracassaram. Seu próximo passo foi convocar um plebiscito sobre a manutenção da URSS. Realizado em março, a população de nove das quinze repúblicas votou majoritariamente pela manutenção dos seus Estados numa *União renovada*, 76% do total de votantes aprovou a preservação da União Soviética.

Neste período, a primeira corrente citada acima foi reforçada com a criação, em meados de 1990, do Partido Comunista da Federação Russa no âmbito do PCUS, cuja liderança se tornou cada vez mais crítica de Gorbachov e dos rumos tomados pela *perestroika*. O fortalecimento da corrente se traduziu no crescimento das forças do *Soiuz* no Congresso dos Deputados da URSS. Em maio de 1991, o *Soiuz* já compunha de longe a maior bancada, com cerca de um terço dos deputados⁶. Antes, em março do mesmo ano, esta corrente já havia tentado destituir Iéltsin através de um voto de não-confiança no Congresso dos Deputados da Rússia. Iéltsin só não foi destituído nesta ocasião porque uma facção militar/nacionalista encabeçada pelo herói condecorado da Guerra do Afeganistão, Alexander Ruskoi (já ouviram falar?), rompeu com o PC russo e se alinhou com o presidente, salvando o seu governo.

•18•

**Principal votação
recebida por
Iéltsin saiu de
cidades como
Moscou e Leningrado**



Das eleições presidenciais na Rússia ao golpe de agosto: Passado o susto, Iéltsin e sua corrente voltaram a tomar a ofensiva política convocando eleições diretas para presidente da república russa. A justificativa para a eleição foi a constituição de uma separação de poderes análoga à existente nas democracias liberais do Ocidente. Assim, o executivo se formaria, finalmente, como um poder independente e separado do poder legislativo, e se constituiria, também, um poder judiciário independente na forma de Corte Constitucional.

A terceira corrente se apresentou unificada no pleito para presidente em junho, e conseguiu atrair para o seu lado boa parte da base de apoio dos centristas. Iéltsin foi o candidato a presidente e Ruskoi o candidato a vice. Apostando na perspectiva de que nenhum candidato obtivesse a maioria dos votos no primeiro turno das eleições, os setores mais ligados ao aparelho de direção econômica da União na primeira e segunda corrente se unificaram na apresentação de dois candidatos anti-Iéltsin, o pri-

meiro-ministro da URSS Nicolai Rijkov e o ex-ministro do interior Vadim Bakatin. Do bojo da primeira corrente surgiu, ainda, uma terceira candidatura - a do general Albert Makashov - apoiada por setores de trabalhadores e soldados contrários a Iéltsin e os rumos da *perestroika*, mas igualmente críticos dos privilégios, do burocratismo, e da perda de referenciais que haviam se generalizado anteriormente no âmbito das estruturas socialistas. Estes setores se apresentaram como força política independente, pela primeira vez em 1989, com a criação da Frente Única dos Trabalhadores, e se expressaram igualmente na constituição de *plataformas* mais à esquerda (*Iniciativa Comunista, Plataforma Marxista e Plataforma Bolchevique*) no interior do PCUS em 1990 e 1991.

Iéltsin e Ruskoi venceram as eleições já no primeiro turno, com cerca de 60% dos votos (Rijkov veio em segundo com 20%). Uma vez mais, sua principal base política foram os grandes centros urbanos, tendo recebido cerca de 85% dos votos em Leningrado, 75% em Moscou e 70% nas maiores cidades do extremo oriente. Em contrapartida, na maior parte das áreas rurais sua votação não passou de 30%. O presidente norte-americano, George Bush, saudou a eleição de Iéltsin como "um passo histórico". O presidente russo fez, em seguida, uma viagem oficial aos Estados Unidos. Os dirigentes das potências ocidentais, no entanto, ainda encaravam Iéltsin com reservas e suspeição, dado a aliança próxima e consolidada que haviam estabelecido com Gorbachov.

Após a eleição, Iéltsin se valeu do seu novo cargo executivo para cindir o que restava da corrente centrista e golpear as forças que resistiam ao curso tomado pela *perestroika*. No início de julho, ele sustentou o lançamento de uma nova frente política chamada de *Movimento pelas Reformas Democráticas*, que incluía dois membros do grupo central de colaboradores de Gorbachov até então - Eduard Chevardnaze e Alexander Iakovlev. Ambos se desligaram do PCUS em seguida. Ruskoi também participou do lançamento da nova frente e criou, pouco depois, o seu próprio partido - o Partido Democrático dos Comunistas da Rússia. Por causa disto, ele foi expulso do PCUS. Enquanto isto, numa restrição à liberdade de organização partidária dirigida especificamente contra os comunistas, Iéltsin proibiu qualquer *atividade política* nos locais de trabalho do setor estatal na Rússia a partir de agosto.

Diante da polarização do quadro político e da ofensiva de Iéltsin, um outro grupo do núcleo central do governo de Gorbachov, incluindo o seu vice-presidente, a maioria do Conselho de Segurança e a maioria do Conselho de Defesa, tentaram promover um golpe de estado afastando o presidente (por *motivos de saúde* etc) e constituindo um *Comitê de Estado para a Situação de Exceção* na URSS. O movimento golpista visava, basicamente, evitar o desmembramento da União e resgatar e/ou preservar um papel de grande potência para a União Soviética

no mundo. Estes objetivos, porém, testemunhavam também as limitações fundamentais do movimento. As forças golpistas não tinham qualquer projeto alternativo para enfrentar as contradições que haviam levado a URSS ao impasse, a não ser adotar medidas de força e restringir liberdades democráticas para *colocar a casa em ordem* e dar sequência às mesmas medidas econômico-sociais. Isto ajuda a entender porque a *Junta* foi incapaz de mobilizar apoio de massas e tão vacilante na condução do próprio golpe. Do outro lado, Iéltsin (junto com Ruskoi e Khasbulatov) transformaram a sede do Congresso dos Deputados da Rússia, em Moscou, no centro da resistência ao golpe, empunhando as bandeiras da *democracia* e da *legalidade*. Como sabemos, o golpe do Comitê fracassou e Iéltsin assumiu efetivamente o poder central em toda a União.

Derrotado o golpe da "Junta" Iéltsin tratou de promover o seu próprio



O desmantelamento da União Soviética: Da derrota do golpe da *Junta* em 21 de agosto de 1991 até o triunfo do golpe de Iéltsin em 4 de outubro de 1993, a evolução do quadro político na Rússia pode se dividida em três fases fundamentais:

1. a fase de consolidação do contra golpe de Iéltsin e do desmantelamento das estruturas da União Soviética (de agosto a dezembro de 1991);
2. a fase da ofensiva neoliberal do governo Iéltsin e das crescentes resistências do Congresso (de dezembro de 1991 a dezembro de 1992);
3. a fase da contra-ofensiva do Congresso e da escalada golpista de Iéltsin (de dezembro de 1992 a setembro/outubro de 1993).

Após derrotar o golpe da *Junta*, Iéltsin tratou de promover o seu próprio. Extrapolando por completo os seus poderes constitucionais, Iéltsin assumiu, no meio da crise o comando das forças militares soviéticas - estacionadas em território russo - e o controle de todos os órgãos do poder executivo da União. Ele assumiu o controle das finanças da União e colocou o Banco do Estado da URSS sob jurisdição da República russa, centralizando nas suas mãos todas as operações em moeda estrangeira e também as que envolviam metais e pedras preciosas. Ele fechou as sedes centrais do PCUS em Moscou e suspendeu as atividades do Partido Comunista da Federação Russa. Ele proibiu a publicação de jornais comunistas, como o *Pravda*, em todo o território da União Soviética. As propriedades do PC da União foram confiscadas. Em novembro, ele passou um decreto banindo *definitivamente* da Rússia o PCUS e o PC da Federação.

Capitalizando o isolamento político e a falta de bases

de sustentação de Gorbachov após o seu retorno a Moscou, Iéltsin não só preservou todos estes poderes anticonstitucionais nas suas mãos, como foi progressivamente esvaziando os poderes do presidente da União que restavam. Gorbachov, de fato, se via cada vez mais reduzido a um papel figurativo de *rainha da Inglaterra*. O golpe de misericórdia de Iéltsin veio em dezembro quando, sem sequer convocar o poder constituído da União - o Congresso dos Deputados da URSS - e em flagrante desrespeito da Constituição vigente e do resultado do plebiscito de março, ele se reuniu com os presidentes da Ucrânia e da Bielo-Rússia e decretou o fim da União Soviética.

Vale registrar que, em toda esta trajetória, Iéltsin contou com o apoio das forças dominantes e dirigentes do Congresso russo, com destaque para Ruskoi e Khasbulatov. Em novembro, o Parlamento inclusive delegou poderes especiais ao presidente por um ano (liberando-o, por exemplo, da obrigação de submeter ao poder legislativo a nomeação de ministros). Nesta primeira fase marcada por tarefas *destrutivas* - o desmantelamento das estruturas econômicas e políticas da URSS - o presidente russo conseguiu manter unida, sob a sua liderança, a frente de oposição às autoridades centrais da União que ele veio constituindo e consolidando desde 1989. A decretação do fim da União Soviética, no entanto, marcou também o esgotamento desta fase de *unidade destrutiva*. Era necessário, agora, formular um *programa construtivo* para o desenvolvimento da Rússia, que substituisse as *vacilações* da *perestroika* de Gorbachov. As próprias potências ocidentais, que haviam dado apoio tão entusiástico à *resistência heróica* de Iéltsin contra o golpe da *Junta*, cobravam definições. As divisões surgidas no campo de alianças do presidente, uma vez formulado este programa, passaram a dominar o quadro político russo daí em diante.



Plano econômico seguiu de perto ditames do Banco Mundial e Fundo Monetário

A ofensiva neoliberal: O perfil do *programa construtivo* de Iéltsin foi definido com a montagem da equipe econômica liderada por Igor Gaidar em novembro de 1991. Em dezembro, esta equipe já havia formulado um plano econômico seguindo de perto as das agências multilaterais de financiamento do mundo capitalista, sobretudo o FMI e o Banco Mundial. Segundo a tradicional receita da ortodoxia neoliberal, o plano optou por um *tratamento de choque* baseado em três pilares fundamentais: liberação de preços, virtual eliminação do *déficit* público e privatização forçada do grosso da economia.

O governo Iéltsin liberou os preços de 80% dos produtos e serviços no atacado e 90% no varejo a partir do início de janeiro de 1992. O resultado foi uma autêntica explosão de preços. O índice inflaci-

onário chegou a 245% só no mês de janeiro, caiu para uma taxa mensal em torno de 10% no meio do ano, e voltou a subir chegando perto da casa dos 30% mensais no final de 1992. A taxa de câmbio também foi parcialmente liberalizada, levando a uma queda livre no valor do rublo, que acabou ultrapassando a marca de mil rublos por dólar. Como não foram adotados mecanismos de indexação, a explosão inflacionária gerou quedas dramáticas no valor real dos salários, mesmo no setor industrial onde foram sucessivos os aumentos salariais mensais, o valor real dos salários caiu 40% de janeiro a agosto de 1992⁷.

Ao final de 1991, o *déficit* do orçamento russo era equivalente a cerca de 31% do seu PNB⁸ o plano neoliberal da equipe Gaidar decidiu praticamente eliminá-lo em 1992, reduzindo-o para apenas 1% do PNB. O caminho indicado para alcançar esta meta era claro - reduzir drasticamente os investimentos na economia, cortar programas sociais, reduzir gastos de defesa etc. A própria explosão inflacionária também se transformou em instrumento para a contenção do *déficit* público, já que o valor das pensões não era indexado e o valor real dos pagamentos efetuados pelo Estado caiu acentuadamente (junto com o nível de vida dos pensionistas e beneficiários).

A marcha das privatizações: O nó mais complicado do plano, no entanto, era mesmo o da privatização. O problema fundamental aqui era que, em função do processo socialista anterior que levou à virtual eliminação da propriedade privada, inexistiam na Rússia capitais privados acumulados em proporção suficiente para sustentar um programa de privatização do grosso das suas forças produtivas. Mesmo os recursos dos grupos mafiosos, discutidos anteriormente, eram reduzidos em relação à estrutura altamente concentrada da economia russa e se dirigiam, sobretudo, para a privatização ou montagem de pequenas e médias empresas. Basta ver que em 1988, 64% da produção industrial russa se concentrava em 2.176 empresas que empregavam mais de dois mil trabalhadores cada, totalizando uma força de trabalho de quase 13 milhões de pessoas!⁹ Era igualmente ilusório (embora houve quem apostasse nisso) pensar que uma escassez de capital privado destas dimensões pudesse ser sanado rapidamente como base no fluxo de investimentos estrangeiros. Nestas condições, uma dinâmica *natural* e espontânea de privatizações, mesmo com todas as facilidades para investimento externos, levaria décadas para desmontar as bases econômicas do socialismo. Afinal, no próprio berço do capitalismo - a Inglaterra - o programa modelo de privatizações da *Dama de Ferro* Margareth Thatcher levou dez anos para privatizar vinte empresas públicas de grande porte.

A solução encontrada pelo governo Iéltsin foi instaurar um programa de privatização forçada. Uma série de decretos presidenciais materializaram esta perspectiva ao longo de 1992, com destaque para o Decreto nº 66 sobre a Aceleração da Privatização de

Empresas Estatais e Municipais baixado em janeiro, o Decreto nº 322 sobre Medidas Adicionais para a Implementação do Roteiro do Programa de Privatização baixado em abril, o Decreto nº 721 sobre Medidas Organizativas para a Transformação de Empresas Estatais e Associações Voluntárias em Sociedades de Ações baixado em julho, e o Decreto nº 914 sobre a Introdução de um Sistema de Títulos de Privatização das Empresas Estatais e Municipais baixado em agosto. No seu conjunto, estes decretos diferenciaram três categorias de empresa no programa de privatização. A primeira é composta por dezenas de milhares de empresas de pequeno e médio porte (em geral com menos de 200 trabalhadores). Estas deveriam ser privatizadas rápida e diretamente através de leilões e concursos públicos. A segunda é composta por 4 mil empresas com mais de mil trabalhadores. Estas foram obrigadas a se transformar em sociedades de ações até novembro de 1992. Por fim, uma terceira categoria era composta por 2 mil empresas que deveriam permanecer como empresas integralmente estatais. Estas abarcavam setores como os centros de televisão e rádio, a maior parte da indústria nuclear, empresas produtoras de narcóticos e substâncias tóxicas, empresas de manutenção de estradas, entre outros.



Plano de restauração capitalista acelerada cindiu base de apoio de Iéltsin

Na implementação deste programa de privatização, um conflito fundamental surgiu em relação à forma pela qual as empresas da segunda categoria, descrita acima, deveriam ser transformadas em sociedades de ações. Os coletivos de trabalho e administração pressionaram o governo para eles mesmos assumirem o controle acionário da empresa onde trabalhavam. A prevalecer esta opção, e a possibilidade destas empresas acertar a troca de ações entre si, elas não seriam propriamente *privatizadas*, mas transformadas numa nova forma de propriedade coletiva/social. Algo no gênero já havia ocorrido anteriormente, quando o papel central dos ministérios setoriais foi abolido nos marcos da *perestroika* de Gorbachov. Para evitar o colapso da sua cadeia produtiva em função da implosão dos mecanismos de direção centralizada da economia, os diretores das empresas estatais acabaram formando associações que monopolizavam horizontal e verticalmente os seus respectivos setores, como forma de evitar o colapso da sua cadeia produtiva. Boa parte do arrendamento de empresas em 1990 e 1991 se deu nos marcos destas associações.

Ciente disto, o governo Iéltsin optou por contrapor à *privatização* via coletivos de trabalho, a distribuição de títulos de privatização para todos os cidadãos russos. Estes teriam validade de um ano a partir

de dezembro de 1992 e serviriam para a compra de ações das empresas transformadas em SA. Foi criado, assim, um mercado privado para as ações das grandes empresas. O programa do presidente aprovou a formação de fundos privados de investimento para atrair estes títulos e utilizá-los na efetiva *privatização* das empresas estatais transformadas em sociedades de ações. Desta forma, duas estruturas diferentes de propriedade passaram a polarizar a transformação destas empresas - por um lado, fundos de propriedade estatal nos níveis federal e local, montados com a parte das ações que continuam pertencendo ao Estado (esta forma é o resquício da estrutura econômica-social do socialismo que predominava anteriormente), por outro, os fundos privados de investimento (representando o embrião de uma nova burguesia emergente via a privatização progressiva das grandes empresas). Com base nas diferentes formas de privatização descritas acima, o governo Iéltsin assumiu a meta de privatizar 30% da economia até o final de 1993, e outros 30% até o final de 1995, completando, assim, a transição para uma economia baseada majoritariamente na propriedade privada num prazo de quatro anos¹⁰.

Resistências crescentes ao programa neoliberal: Os impactos sociais e econômicos da implementação deste programa neoliberal na Rússia foram dramáticos. A produção industrial caiu 19% e a produção agrícola 12% em 1992. A gravidade da crise social no período se evidenciou na elevação da taxa de mortalidade infantil de 20 por mil¹¹. Isto pode parecer pouco para padrões latino-americanos, mas vale lembrar que a elevação da taxa de mortalidade na União Soviética como um todo de 6,7 por mil em 1960 para 10,8 por mil em 1980 foi usado, anteriormente, como evidência do fracasso social do *período da estagnação* de Brejnev (e olha que, na época, as taxas de mortalidade da Rússia eram ainda menores do que as da União como um todo!)¹². O número de desempregados oficialmente registrados chegou a 577 mil no final de 1992, e o total de pessoas *fora de emprego* (critério normalmente usado para medir desemprego no Ocidente) já passava da casa de um milhão¹³. Os efeitos sociais da ofensiva neoliberal só não foram mais catastróficas em função da intensificação e multiplicação de resistências políticas à implementação do programa no decorrer de 1992.

Logo após a formação da equipe de Gaidar e a explicitação do seu programa em dezembro de 1991, o campo de forças coesionado em torno de Iéltsin começou a se cindir. No mesmo mês de dezembro, o vice-presidente Rutskoi começou a fazer pesadas críticas contra a política de Gaidar e ameaçou, inclusive, renunciar. Um mês depois, foi a vez do líder do Congresso Ruslan Khasbulatov se insurgir contra o programa da equipe do presidente e exigir a demissão do seu gabinete. Na ocasião, ele lamentou a decisão tomada anteriormente pelo Parlamento de delegar poderes especiais para Iéltsin durante um ano. O

Congresso formou, em seguida, um *gabinete paralelo* para responder passo a passo as ações do gabinete do presidente.

Do ponto de vista político, a cisão da *frente única* pró Iéltsin levou à recomposição na Rússia, em novas bases e sob novas formas, das três tendências fundamentais que haviam polarizado o quadro político soviético a partir de 1989. Esta recomposição se evidenciou, sobretudo, no plenário do Congresso. O desmantelamento das estruturas políticas e econômicas da URSS gerou uma grande pulverização do quadro político-partidário na Rússia. A rapidez, fluidez e instabilidade do processo de formação, cisão, aliança, divisão e subdivisão de partidos e movimentos políticos foram tamanhas que seria necessário criar um *software* específico de computador só para acompanhar a evolução do quadro partidário russo. Mas três posições políticas fundamentais foram gradativamente polarizando este quadro.



Partido Comunista de Ampilov cresce nas ações de massa contra política econômica

A primeira era a da oposição frontal ao programa de privatizações e à opção generalizada por uma economia de mercado. O núcleo original desta posição foi constituído por uma série de partidos e grupos comunistas surgidos dos escombros do PCUS e do PC da Federação Russa. Estes incluíam desde a *União dos Comunistas* encabeçada pelo antigo dirigente da Plataforma Marxista, A. Prigaria até o Partido Comunista dos Bolcheviques da URSS de Nina Andreieva. O mais forte entre eles era o Partido Comunista dos Operários Russos, liderado por Victor Ampilov, formado a partir do antigo grupo *Iniciativa Comunista*. Este partido se fortaleceu ainda mais ao longo de 1992 ao convocar repetidas mobilizações de massa e manifestações de rua contra as medidas neoliberais e comemorando datas históricas do passado socialista da União Soviética. A oposição de esquerda foi reforçada, ainda, pelo Partido do Trabalho de Bóris Kagarliski - uma organização de intelectuais e lideranças sindicais de esquerda que, anteriormente, havia apoiado e acompanhado Iéltsin na sua trajetória de oposição na URSS em nome de uma defesa *geral* do princípio da democracia. Situado na fronteira entre o núcleo mais *duro* da oposição e as posições da corrente mais centrista (que veremos adiante) estava o Partido Socialista dos Trabalhadores, de Roy Medvedev e Anatoli Denisov, composto, basicamente, por setores do antigo PCUS que se mantiveram próximos das posições centristas de Gorbachov até agosto de 1991.

Ao longo de 1992, este polo de oposição foi sendo reforçado pelo apoio de grupos e partidos nacionalistas, cada vez mais insatisfeitos com o enfraquecimento de bases fundamentais do Estado russo em

função da ofensiva neoliberal de Iéltsin e Gaidar. Esta flexão política abarcou organizações e movimentos como o Conselho das Forças Patrióticas da Rússia, a Assembléia dos Povos Russos, a União Russa de Todo o Povo, e o Partido Democrático Constitucional. A lógica que impulsionou esta evolução está melhor resumida numa declaração do presidente do Movimento Democrata-Cristão Russo, Viktor Aksiuchits. “Nós apoiamos Bóris Iéltsin quando ele lutava para desmantelar o regime comunista, mas nunca o apoiaremos na destruição do Estado russo”¹⁴. O problema é que foi justamente o socialismo (o *regime comunista*) que elevou a Rússia à condição de potência mundial, na condição de núcleo estruturador da União Soviética. Por isso mesmo, face ao colapso nacional provocado pelo *tratamento de choque* de Iéltsin, diversas forças nacionalistas russas optaram por se recompor com as forças comunistas. Isto levou à formação de uma *oposição unificada* composta pelas bancadas comunistas e nacionalistas no Congresso, chamado de Bloco da Unidade Russa. Este se constituiu, de imediato, como o maior bloco individual do Congresso com mais de 300 deputados¹⁵. No final de 1992, estas mesmas forças constituíram um movimento político de massas chamado Frente de Salvação Nacional Iéltsin proibiu a sua organização, mas a Corte Constitucional decretou a proibição ilegal.

A corrente centrista foi reconstituída no Congresso e na vida política russa em 1992 a partir das cisões operadas no campo das forças pró-Iéltsin, com destaque para as rupturas do vice-presidente Rutskoi e do líder do Parlamento Khasbulatov com o presidente, os principais partidos e facções que compunham esta posição política incluíam o Partido Popular da Rússia Livre (do próprio Rutskoi), o Partido Democrático da Rússia, a Liga de Renovação de Toda a Rússia, o Movimento Internacional de Reforma Democrática, a União Industrial, União dos Trabalhadores da Rússia e Geração Ascendente (Khasbulatov não pertencia a qualquer facção ou partido). Ao longo do ano, estas forças foram se agrupando na chamada União Cívica, com cerca de 200 deputados no Congresso. Esta frente expressava, sobretudo, os interesses predominantes dos diretores de associações e empresas que queriam manobrar por dentro do programa de privatizações do governo, revertendo as medidas mais nocivas do programa neoliberal e preservando um papel ativo de direção e regulação para o Estado na economia. De uma maneira geral, seu posicionamento se caracterizava pela afirmação de que a frente concordava com os princípios da privatização e da economia de mercado, mas não com o caminho (o *tratamento de choque* neoliberal) que o governo havia escolhido para a sua implementação.

O terceiro polo político era constituído pelos partidos que continuaram apoiando Iéltsin no Congresso e na sociedade russa. O núcleo central deste polo é composto pelo movimento Rússia Democráti-

ca. Este era inicialmente composto por nove partidos e dezenove organizações públicas, além das facções Democratas Radicais, Centro-Esquerda e Rússia Livre no parlamento. Ao longo do ano, no entanto, várias forças se retiraram em direção à corrente centrista ou à articulação nacionalista. Com isto, o *Bloco de Facções Democráticas* (pró-Iéltsin) no Congresso ficou reduzido a cerca de 250 deputados (embora pudesse contar, ainda, com a votação em separado de deputados não filiados a qualquer partido ou facção).

A cisão das forças de apoio a Iéltsin, portanto, acabou com a estreita maioria parlamentar que ele havia conseguido montar no período anterior. Nos marcos da legalidade, a *oposição unificada* passou a apoiar todas as ações da liderança centrista do Parlamento que pudessem reverter ou dificultar a implementação do pacote neoliberal. No final de 1992, isto se materializou na não-renovação pelo Congresso dos poderes especiais que havia concedido ao presidente um ano antes. Gaidar foi afastado e um dos líderes da União Cívica, Victor Chernomirdin, indicado para o seu lugar. Face à contra-ofensiva política do Parlamento, ficou claro a Iéltsin que, para dar continuidade ao seu programa, ele teria de violar a ordem constitucional e a legalidade democrática uma vez mais, dissolvendo o Congresso. Afinal, essas mesmas lideranças centristas do Parlamento não haviam apoiado e participado das seguidas ações ilegais e anticonstitucionais tomadas pelo presidente entre agosto e dezembro de 1991?

Parafrazeando o ditado popular - “quem com golpes golpeia, com golpes será golpeado (...)”



**Governo americano
conhecia e
apoiava preparativos
de Iéltsin
para o golpe**

A escalada golpista de Iéltsin: De dezembro de 1992 a setembro de 1993, o quadro político russo foi marcado com Iéltsin por três desenvolvimentos:

1. a escalada de articulações, movimentações e ações golpistas por parte de Iéltsin e seus apoiantes;
2. a organização de ações e mobilizações cada vez mais massivas contra as medidas neoliberais do presidente e sua escalada golpista *oposição unificada* sob liderança dos comunistas;
3. a progressiva desintegração da corrente centrista sob o impacto dos dois desenvolvimentos acima.

A partir de novembro, Iéltsin procurou obter luz verde dos principais governos ocidentais para promover seu golpe na Rússia. Em 23 de novembro, o jornal *We*, publicado conjuntamente pela American Hearst Corporation e o jornal russo pró-Iéltsin *Izvestia*, publicou uma entrevista com um alto funcionário da administração norte-americana onde este afirmava que o presidente russo teria de dissolver o Congresso

e que poderia contar com o apoio dos Estados Unidos¹⁶. Na sessão do Congresso dos Deputados, em dezembro, Iéltsin já ameaçou convocar um referendo e impor o estado de emergência na Rússia se os seus poderes especiais não fossem prolongados. A imprensa ocidental noticiou, ainda, que, num encontro do chanceler da Alemanha Helmut Kohl com o presidente russo no início de março em Moscou, este solicitou abertamente o apoio do Ocidente para a decretação unilateral do estado de emergência¹⁷. Um *briefing* do governo norte-americano, logo depois, informou que Washington havia recebido informações sobre os preparativos do Iéltsin e estava pronto para apoiar e cooperar¹⁸.

Como em todo movimento golpista que se preze, o golpe efetivo do presidente russo foi precedido de um ensaio. Em 20 de março, Iéltsin anunciou pela televisão a introdução de um *regime especial* (em que ele assumia todos os poderes no país) e a convocação de um plebiscito sobre a convocação de eleições antecipadas para presidente e para o Parlamento. Ao mesmo tempo, medidas foram tomadas pelo governo para restringir a liberdade de imprensa, com o cancelamento do popular programa *600 Segundos* do apresentador Alexander Nevzorov (um ferrenho crítico de Iéltsin) e o apelo do Ministro da Informação para banir os jornais de oposição *Den Sovietskaia Rossia*. Os ministros militares e de segurança assinaram um documento do gabinete apoiando as ações de Iéltsin. Em declaração ao Parlamento, eles disseram que se manteriam *neutros* (na prática, um posicionamento favorável ao golpismo de Iéltsin). Em meio à crise, o presidente norte-americano Bill Clinton também manifestou seu integral, apoio ao presidente russo e anunciou um encontro de cúpula dos dois dirigentes em abril no Canadá para materializar esse apoio.

O vice-presidente Rutskoi prontamente denunciou a ação como *anticonstitucional*, mas apelou ao Congresso para não se precipitar na adoção de *contramedidas* (ou seja, para não votar o *impeachment* do presidente). Três dias depois do seu anúncio, a Corte Constitucional julgou as ações e decisões do presidente uma violação da Constituição. Uma sessão plenária do Congresso dos Deputados foi convocada para aprovar o *impeachment* de Iéltsin. Na sessão decisiva, faltaram 70 votos para alcançar a maioria dos dois terços necessários para aprovar a destituição de Iéltsin. O conflito entre presidente e Congresso chegava, assim, a um impasse.

Tendo mapeado as reações dos diferentes setores da vida política russa, Iéltsin acabou recuando de anúncio da introdução do *regime especial*, mas manteve a convocação do plebiscito para final de abril. O Parlamento, por sua vez, aceitou o plebiscito mas incluiu para um item sobre a política econômica e social do presidente. A Corte Constitucional estabeleceu que, nos itens sobre a convocação de eleições antecipadas para presidente e Congresso, era necessário obter uma aprovação de mais de 50% do total de

eleitores (e não apenas de votantes) para adotar as decisões. No plebiscito, Iéltsin recebeu um *voto de confiança* de 40 milhões dos 107 milhões de eleitores aptos a votar. Isto representou 59% dos votos dados, mas uma queda de 6 milhões de votos em relação à sua eleição dois anos antes. O presidente manteve 70% de apoio entre os votantes de grandes cidades como Moscou e São Petersburgo (antiga Leningrado), mas perdeu na maior parte das áreas rurais, na Rússia Central e em 14 a 21 formações nacionais no interior da Federação russa. Tanto a proposta de eleições antecipadas para o Congresso quanto a de eleições para presidente foram aprovadas pela maioria dos votantes, mas não pela maioria do total de eleitores. O resultado político do plebiscito, assim, foi a continuidade do impasse.



Oposição unificada sob liderança comunista foi o centro da resistência ao golpe

A escalada golpista do Iéltsin seguiu firme e forte. Em maio, ele afastou o vice-presidente do cargo sob alegações de corrupção. Rutskoi teve vedado o acesso aos seus próprios escritórios e instalações no Kremlin. Em Junho e Julho, o presidente procurou marginalizar e excluir o Parlamento dos trabalhos da *Assembléia Nacional Constituinte* que ele (Iéltsin) havia nomeado. Em agosto, ele se negou a assinar (como mandava a Constituição) o Orçamento Nacional confirmado pelo poder legislativo, por que este manteria um *déficit* público em torno de 7% do PNB. Desrespeitando os resultados do plebiscito que ele próprio havia convocado, ele voltou a exigir do Parlamento a convocação de eleições antecipadas exclusivamente para deputados. Por fim, em 21 de setembro, veio o golpe *para valer*. Sintomaticamente, este foi precedido por um decreto presidencial que reconduziu Igor Gaidar ao gabinete.

A *oposição unificada*, através da Frente de Salvação Nacional, respondeu passo a passo a escalada golpista de Iéltsin com crescentes mobilizações de massa apelando para a formação de um *Governo de Salvação Nacional* com base no Congresso. Entre as forças comunistas, alguns grupos resolveram reorganizar o Partido Comunista da Federação Russa com o mesmo perfil que ele tinha antes de ser banido pelo presidente. Mas quem continuou se fortalecendo como a principal força comunista foi o Partido Comunista dos Operários Russos, principal organizador das grandes ações de massa contra o governo Iéltsin. Um apanhado das principais manifestações de rua convocadas pela Frente em Moscou dá uma idéia da escala desta mobilização:

• em 20 de fevereiro, Dia dos Defensores da Pátria, uma manifestação de 40 mil pessoas (com grande participação de soldados e oficiais) exigindo

a renúncia do governo;

- em 28 de março, uma manifestação de 30 mil pessoas exigindo o *impeachment* do presidente pelo Congresso na sequência da sua primeira tentativa de golpe (em resposta a uma de apoio a Iéltsin que se realizou no mesmo dia);

- no 1º de maio, uma manifestação de 50 mil pessoas comemorando o dia do trabalhador (que foi atacada pela polícia, resultando numa batalha campal em que 579 pessoas ficaram feridas e um policial morreu);

- em 9 de maio, uma manifestação de 100 mil pessoas (segundo a imprensa ocidental) ou meio milhão (segundo a própria Frente) no Dia da Vitória, comemorando a derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra;

- em 5 de junho, uma manifestação de 10 mil pessoas contra a convocação unilateral da Assembleia Constituinte por Iéltsin;

- por fim, no período entre 21 de setembro e 3 de outubro, a mobilização em defesa da sede do Congresso que culminou nas gigantescas e combativas manifestações que furaram o cerco à Casa Branca e se transformaram num princípio de insurreição (sob a bandeira da legalidade democrática!), antes do banho de sangue ordenado pelo presidente.

No decorrer deste período, a *oposição unificada*, sob liderança dos comunistas, se consolidou como o centro da resistência ao golpismo de Iéltsin. À medida que avançava a escalada golpista do presidente, a corrente centrista foi progressivamente se desintegrando, tanto na sociedade quanto no Congresso. Os próprios líderes do bloco centrista no Parlamento, Ruskoi e Khasbulatov, acompanharam esta radicalização e se alinharam cada vez mais com as forças do Bloco da Unidade Russa no Parlamento. As contradições do curso neoliberal de restauração capitalista voltaram a criar um quadro de aguda radicalização e polarização na Rússia.

**Soberania nacional
e democracia
são parte da luta
contra a
retrocesso capitalista**



Num desfecho tão trágico quanto irônico, os principais personagens de crise russa derrepente se viram em Moscou, em setembro/outubro de 1993, desempenhando papéis de personagens de outros roteiros históricos, em outras épocas e locais, dos quais eles só queriam se distanciar. Tal qual a perseguição implacável da morte no drama mitológico de Orfeu, esses espíritos de dramas passados teimavam em reaparecer no palco russo e moldar o comportamento de atores que os repudiavam. O *democrata* Iéltsin no papel de Luis Bonaparte dissolvendo a Assembleia Nacional francesa em 1851 (ou seria Pinochet bombardeando o Palácio de la Moneda no Chile em 1973?). O *sensato* Khasbulatov no papel

do líder monarquista Thiers na Assembleia Legislativa francesa, se apoiando na Montanha para votar com vivas à República o *impeachment* de Bonaparte, só para ser preso, em seguida, por tropas leais e este, e mandado com os demais deputados para a penitenciária (ou seria Trótski presidindo o Soviete de São Petersburgo na fracassada revolução de 1905?). O *comunista arrependido* Ruskoi no papel do revolucionário proletário francês Blanqui conclamando a insurreição contra Luis Filipe em 1848 (ou seria Lênin comandando a insurreição de trabalhadores e soldados em outubro de 1917?).

Mas o papel decisivo no palco de Moscou ficou mesmo com o Exército, que definiu seu alinhamento majoritário com Iéltsin na crise bombardeando e invadindo a Casa Branca. Até então, seu real posicionamento era uma incógnita, que, estando em aberto, possibilitava qualquer um dos desfechos dos diversos roteiros citados acima. Neste terreno, o erro fundamental dos defensores do Congresso, em especial Ruskoi, foi precipitar uma insurreição quando ainda não haviam se configurado todos os elementos de uma crise revolucionária - as divisões no seio das Forças Armadas ainda não haviam se desenvolvido a ponto de paralisar sua capacidade de ação. Para Iéltsin sobrou o paradoxo de ver seu projeto neoliberal salvo por uma das suas maiores vítimas - as Forças Armadas russas. O presidente fica assim, pelo menos por certo tempo, refém de forças que quer desmantelar. O banho de sangue promovido por Iéltsin para dissolver o Congresso não resolveu as contradições enfrentadas pelo projeto de restauração neoliberal do capitalismo na Rússia. Pelo contrário, elas foram ampliadas e agravadas. O país continua dividido e a situação política está longe de se estabilizar.

Duas lições: Que lições - teóricas e políticas - podemos extrair dos dramáticos acontecimentos que marcaram o fragmento da história russa e soviética que acabamos de examinar? Concluo este artigo com apenas duas observações básicas.

A primeira é que a experiência russa indica a impossibilidade de se conduzir processos de restauração do capitalismo nos marcos de regimes democráticos (mesmo que liberais-burgueses), sobretudo em países como a URSS onde as estruturas econômico-sociais do socialismo tenham predominado por longo tempo. Os próprios defensores do capitalismo na antiga URSS parecem ter chegado a essa conclusão muito antes de nós. Ao analisar os problemas de transição a uma economia de mercado baseada na propriedade privada no final de 1990, o ex-prefeito de Moscou e aliado de Iéltsin, Gavril Popov, já afirmava que era necessário concentrar poderes no poder executivo durante a transição para "empregar no desmantelamento do socialismo burocrático força semelhante à que foi empregada na sua criação"¹⁹.

Esta necessidade de formas ditatoriais se vincula às debilidades da nova burguesia emergente, em função do processo anterior de eliminação da propri-

idade privada. Isto se traduz nas dificuldades do estabelecimento de uma nova hegemonia (burguesa) no Estado e na sociedade - evidenciado, na experiência russa, pela extrema debilidade e fluidez do quadro partidário. Tudo isto aponta a necessidade das forças socialistas empunharem a bandeira da democracia como móvel concreto de mobilização política contra a restauração capitalista (como foi feito na Rússia). Assim, a bandeira da democracia que foi usada na URSS e no Leste como *princípio geral* para atacar o socialismo, pode se voltar, agora, contra os próprios processos de restauração, adquirindo um significado social concreto de resistência à nova burguesia emergente e o seu poder político.

O segundo é que, no caso da Rússia, as contradições específicas do processo de restauração capitalista são agravados por problemas de outra natureza - as dificuldades de incorporar uma economia tão grande e diversificada quanto a russa na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista através de medidas neoliberais. Neste terreno, a implementação do projeto neoliberal na Rússia enfrenta problemas semelhantes aos do Brasil. O próprio porte das duas economias não permite a especialização e concentração da produção em apenas alguns produtos, ligados a linhas internacionais de produção dominadas por empresas multinacionais. A opção rígida por medidas de cunho neoliberal, portanto, acarreta forte desindustrialização e desnacionalização da economia, com dramáticas consequências sociais, além do desmantelamento de bases fundamentais dos respectivos Estados Nacionais. Por sua vez, o próprio nível de desenvolvimento econômico já atingido (calcado, na Rússia, em empresas estatais gestadas pelo socialismo) cria uma base de resistência a projetos que impliquem na conversão do país em simples fornecedor de recursos naturais e alguns bens manufaturados para o mercado mundial. As contradições políticas geradas por esta perspectiva na Rússia são ainda mais fortes em função do papel de grande potência que ela desempenhou no mundo, através da URSS, durante meio século. Tudo isto (e a própria experiência recente da luta de classes na crise russa) indica que a defesa da soberania nacional também pode se tornar um móvel fundamental da luta contra a restauração capitalista.

Abordando de forma ampla, combativa e corajosa estas duas questões, forças socialistas voltaram a ocupar o centro da luta política na Rússia. A análise feita neste artigo aponta para a continuidade e o agravamento das contradições que fazem destes dois eixos bases políticas fundamentais para a mobilização contra a restauração capitalista. A preservação de bases políticas importantes da contra-revolução capitalista nos grandes centros urbanos, no entanto, não permitem ter ilusões quanto uma vitória rápida das forças socialistas. As forças socialistas terão de confrontar política e teoricamente os fatores que tem mantido a preferência pela opção neoliberal nas grandes cidades, apesar do colapso econômico e caos

social que ela tem acarretado. Isto reporta a um acerto de contas com a generalização do burocratismo, privilégios e práticas antidemocráticas nas estruturas socialistas em períodos anteriores.

LUÍS FERNANDES é professor da UFFI, doutorando em ciência política pela IUPERJ atualmente desenvolvendo pesquisas em Londres. É autor de "URSS - Ascensão e Queda", Editora Anita, 1991.

NOTAS

- (1) O conceito de estruturas econômico-sociais é formulado por Lênin na sua análise da heterogênea realidade russa após o triunfo da Revolução de Outubro e se refere, fundamentalmente, à coexistência de diferentes modos de produção no âmbito da mesma formação social. Ver V. I. Lênin, *Sobre o Imposto em Espécie*, in V. I. Lenine - *Obras Escolhidas* - Vol. 3, São Paulo, editora Alfa-Ômega, s.d.
- (2) Estes dados sobre as estruturas econômicas-sociais na Rússia foram gerados aplicando o conceito de Lênin, citado na nota anterior, a dados fornecidos pelo FMI e pelo Goskomat (Comitê Estatal de Estatística da URSS) sobre a distribuição de empregos na Rússia, publicados no livro de R. Frydman, A Rapaczynsky e J. Earle, *The Privatization Process in Rússia, Ukraine and the Balde States*, Londres, Central European University Press, 1993, p. 37.
- (3) D. Mann, *The RSFSR Elections: The Congress of People's Deputic*, in *Report on the USSR*, vol. 3, nº15, 13 de abril de 1990, p. 11.
- (4) Dados do Comitê Estatal de Estatísticas da URSS publicado na revista *Ekonomika i zhizn*; nº 30, 1991, p. 3.
- (5) Informações publicadas no *Pravda*, edição de 11 de dezembro de 1990.
- (6) Informação publicada pelo jornal *Der Morge*, edição de 6 de maio de 1991.
- (7) Calculado com base em dados sobre a evolução de preços e salários na Rússia fornecidos pelo Comitê Estatal de Estatísticas e publicados no livro de R. Frydman, A Rapaczynski e J. Earle, *The Privatization Process in Rússia, Ukraine and the Baltic States*, op. cit. pp. 9/10.
- (8) *Idem*, p. 11.
- (9) *Idem*, p. 7.
- (10) Informação fornecida pelo presidente do Comitê de Propriedade Estatal da Rússia, Dmitri Vasiliev.
- (11) Dados de um relatório do Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança publicados no jornal *Konsomolskaia Pravda*, edição de 21 de janeiro de 1993.
- (12) Ver L. Pomeranz (ed.), *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 13.
- (13) Dados do Comitê Estatal de Estatísticas (Goskomsaf) publicados no *RFE/R News Brieis* referente ao período de 25 a 29 de janeiro de 1993.
- (14) Entrevista publicada no *Pravda*, edição de 21 de janeiro de 1992.
- (15) Ver resultados do estudo sobre o alinhamento de blocos e facções no 6º Congresso dos Deputados da Rússia feito por Igor Iakovenko, diretor do Serviço Sociológico de Monitoramento Russo, publicado no jornal *Nezavisimaia Gazeta*, edição de 24 de abril de 1992.
- (16) Ver comentário a respeito no jornal *Rossukan Guter*, edição de 25 de abril, 1993.
- (17) Ver, por exemplo, matéria no jornal londrino *Financial Times*, de 10 de março de 1992.
- (18) Ver matéria no *International Herald Tribune*, edição de 13 de março de 1993.
- (19) G. Popov, *What's to be Done?*, Londres, The Center for Research into Communist Economies, 1992, p. 71.

A trajetória política da burguesia brasileira

JOSÉ CARLOS RUY

O processo pelo qual a burguesia submeteu o poder político ao seu controle foi demorado, no Brasil. E hoje podemos estar assistindo a seus últimos lances

•26•

A natureza da crise brasileira - da crise do Estado brasileiro e seu reflexo no conjunto da sociedade - só pode ser compreendida quando analisada nos marcos da luta de classes que se desenvolve no País. Este artigo faz parte de um esforço inicial de abordagem desta questão, levantando hipóteses que possam contribuir para sua investigação e debate. Ele parte da tese de que podemos estar assistindo, na luta política em curso, aos embates finais da revolução burguesa no Brasil.

A revolução burguesa é o processo pelo qual o capitalismo se torna hegemônico nas formações econômico sociais, submetendo a seus interesses toda a produção material. Ela tem uma fase de longa duração, marcada pelas transformações sociais e econômicas que levam ao capitalismo, e uma fase mais curta, em que a burguesia completa seu domínio com a conquista do poder político.

Muita gente pensa que a revolução burguesa não ocorre em países de passado colonial, como o Brasil. Há mesmo quem fale em "contra-revolução burguesa permanente". Outros, por sua vez, tentam identificar em vários episódios da história do Brasil, de 1808 a 1964, a ocorrência completa ou parcial da revolução da burguesia.

No Brasil, a revolução burguesa coincide com o período em que a burguesia, em nível internacional, deixou de ser revolucionária. Depois das revoluções européias de 1830 e 1848, e particularmente depois da Comuna de Paris, em 1871, a burguesia evita os movimentos políticos de massa para promover mudanças sociais. É o tempo da revolução pelo alto, conservadora, em que a cada passo a burguesia sente, ameaçadora, a presença da revolução proletária.

Assim, no Brasil, a revolução burguesa desdobrou-se por inúmeros episódios, que assinalavam avanços graduais. Alguns de seus marcos foram o fim da escravidão, em 1888, e do Império, em 1889, que foram comandados pela mesma aliança de classes que dominou a política brasileira desde a Independência, o conluio entre o capital mercantil ligado ao comércio externo e a oligarquia latifundiária. Entretanto, esses eventos significaram também, contraditoriamente, o primeiro estalo no domínio desses setores. O fim da escravidão sinalizou o trânsito para outro modo de produção, baseado na liberdade (teórica, ao menos) da mão-de-obra, e em sua remuneração parcialmente monetária. A República, por sua vez, significou a adoção, pela primeira vez no País, de um sistema jurídico claramente capitalista.



Ao analisar a revolução burguesa no Brasil, deve-se levar em conta, também, a realidade mundial

As mudanças sinalizadas pela Abolição e pela República foram a expressão visível de mudanças profundas que ocorriam na sociedade brasileira desde a metade do século passado. Elas marcam os primeiros passos do modo de produção capitalista no País, nascido no ventre do escravismo que se decompunha, e caracterizam o período de transição entre os modos de produção escravista e capitalista. Outro marco, anos mais tarde, foi a revolução de 1930.

A análise desse processo de mudança histórica no



Brasil deve levar em conta vários aspectos da realidade brasileira e mundial, que impõe uma dinâmica diferente, em muitos pontos, dos padrões clássicos da revolução burguesa. Sob o domínio da oligarquia latifundiária e do capital mercantil, a economia brasileira esteve - desde o começo da colonização - profundamente integrada ao mercado mundial, com um lugar próprio na divisão internacional do trabalho: produzir matérias-primas e alimentos para o mercado mundial. Foi o período em que as teses liberais - as mesmas que hoje são apregoadas como a última novidade pelos neoliberais - predominaram na economia brasileira. A oligarquia latifundiária era, assim, um elo numa cadeia produtiva que, vindo do exterior, entrava até o mais profundo sertão, sugando e levando para fora o produto do esforço dos brasileiros. O lugar da oligarquia nessa cadeia produtiva era privilegiado, cabendo-lhe as rédeas da produção dos gêneros exportáveis. A oligarquia latifundiária e o grande capital mercantil dominavam assim a

economia brasileira, e eram sócios da pilhagem neocolonial.

Isso permitiu uma certa acumulação de capitais dentro do País, potencializada pela urbanização que, embora limitada, acelerou-se depois da proclamação da República. Essas foram as bases iniciais para a formação da burguesia industrial, cujas raízes mais antigas remontam à fase final do período colonial (a lei de D. Maria I contra as indústrias da colônia é de 1785). As crises do café, que levaram à adoção de medidas protecionistas, ajudaram indiretamente a proteger a indústria nascente, que se beneficiou também da desorganização do comércio mundial provocada pela primeira Grande Guerra. Surgiu assim uma área comum de interesses entre a oligarquia e a burguesia industrial que nascia, e que foi o fundamento objetivo da aliança entre essas duas classes, mantendo a burguesia industrial numa posição subordinada.

A revolução burguesa, nessas condições, se desdobrou por décadas, num processo vagaroso e conturbado. Nessa época, por exemplo, já era visível a contradição entre a burguesia industrial e a oligarquia latifundiária e financeira. Ela se manifestou no choque, que marcaria a história da República, entre o projeto do *desenvolvimento autônomo*, e o do *desenvolvimento dependente, subordinado ao*

imperialismo.

Com a Abolição e a República, viu-se a entronização, à frente do Estado brasileiro, dessa aliança de classes, expressão política e econômica desse período de transição. Esse pacto político, contudo, era pressionado cada vez mais pelas camadas médias das cidades. A classe operária, embora muito combativa, era pouco desenvolvida numericamente, e concentrada nas grandes cidades, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo. O campesinato, por sua vez, mourejava sob a carga opressiva da herança escravista - os grandes fazendeiros continuavam senhores absolutos em seus domínios, e o tratamento cruel e sanguinário dado aos seguidores de Antonio Conselheiro, em Canudos, é o melhor exemplo do destino daqueles que recusavam-se a submeter-se ao poder dos coronéis.

Estes foram os protagonistas da profunda transformação capitalista vivida pela sociedade brasileira ao longo do nosso século. A hegemonia do modo de produção capitalista completou-se após a

ditadura do Estado Novo, consolidando esse *status* depois da década de 1950. Mas ele tornou-se hegemônico não pela destruição da secular oligarquia latifundiária e financeira, aliada interna do imperialismo e seus agentes, mas pela acomodação entre as classes dominantes, pela modernização e aburguesamento de parte da oligarquia latifundiária e subordinação aos interesses capitalistas da parte que resistiu à mudança.

Essa hegemonia se deu quando o capitalismo já estava avançado em sua etapa imperialista, com graves consequências para a natureza do desenvolvimento que ocorria no País. Desde os anos 20 era crescente a pressão das camadas médias urbanas, de setores da burguesia e de dissidências oligárquicas regionais por mudanças políticas, pressões que culminaram com a revolução de 1930. As mudanças exigidas apontavam no sentido de uma modernização burguesa-conservadora do País: o fim do monopólio das oligarquias latifundiárias sobre o governo federal; a proteção e apoio estatais à indústria; uma legislação trabalhista e sindical capaz de incorporar à máquina do Estado o movimento operário que crescia de forma autônoma.

O padrão de alianças de classes, típico da época em que a burguesia deixou de ser revolucionária, é nítido. Seus agentes históricos foram os militares descontentes, os *tenentes*, e não as massas populares. Em 1924, por exemplo, o general Isidoro Dias Lopes, líder da revolução tenentista de São Paulo, não aceitou a adesão de militantes operários para não *desvirtuar* seu movimento. Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora, que defendia um programa democrático radical, foi posta na ilegalidade e sob severa repressão policial, tão logo se transformou num movimento amplo e poderoso.

Assim, o pacto político que dominou o País desde os anos 30 esteve baseado na aliança entre o latifúndio, o capital mercantil, o capital industrial e o imperialismo. Os operários participam de forma subalterna e limitada nesse jogo político, com grandes dificuldades para legalizar seus partidos e severos obstáculos à liberdade sindical, de reunião, de associação, de livre manifestação do pensamento e intervenção no debate político. Os camponeses, por sua vez, ficam à margem da vida política.

O padrão de alianças de classes é o da época em que a burguesia deixou de ser uma classe revolucionária



Dois projetos de desenvolvimento nacional: A construção da hegemonia burguesa assume, assim, uma dinâmica própria. Desde o começo da República até o golpe militar de 1964, dois projetos de desenvolvimento capitalista se defrontaram. De um lado, havia um projeto de desenvolvimento autônomo, expresso na política que Getúlio Vargas defendeu

seja no período ditatorial de seu governo, seja mais tarde, quando voltou à presidência levado pelo voto popular. A luta pelo monopólio estatal do petróleo, pela siderurgia, pelas indústrias de base, assinalam esse período. No governo Goulart, preconizava também a democratização do Estado nos marcos da democracia burguesa ocidental, e as chamadas *reformas de base* como condição essencial para a modernização capitalista do País. As principais eram as reformas agrária, sindical, bancária, da Constituição, e a regulamentação da remessa de lucros das empresas estrangeiras.

Esse projeto de desenvolvimento autônomo foi derrotado, em 1964, pela aliança entre o grande capital brasileiro (industrial e mercantil), a oligarquia latifundiária e o imperialismo, aliança cujo instrumento foram os militares e a hierarquia católica. Seu lugar foi ocupado pelo projeto de desenvolvimento dependente e associado, fomentado por esse conluio de serviços do imperialismo com setores da elite brasileira. O resultado dessa derrota foi a modernização capitalista do País comandada pelos interesses do imperialismo e do grande capital monopolista (brasileiro e estrangeiro); a manutenção do latifúndio e, em consequência, da oligarquia rural; o aprofundamento da articulação do grande capital brasileiro com o imperialismo; a desnacionalização acentuada da economia brasileira; o desenvolvimento político truncado por duas décadas de ditadura militar e por uma transição democrática onde as forças que dominavam no período ditatorial continuam intactas.



Desde o começo da República dois modelos de desenvolvimento nacional se defrontam: o autônomo e o dependente

A burguesia descobre o Parlamento: Na crise atual do Estado brasileiro, a principal força dirigente da burguesia industrial, a Fiesp (onde estão os principais dirigentes da indústria brasileira, nacional ou estrangeira), comanda o coro dos que desejam desmontar o aparelho estatal atual, e construir outro, adequado a seus interesses de classe. Seus líderes clamam por um Estado *barato e eficiente*, capaz de implementar políticas favoráveis ao desenvolvimento de seus negócios, para assegurar a lógica do desenvolvimento capitalista no País e aprofundar a subordinação ao grande capital de toda a produção material. Ela é um agente, nesta luta, de seus próprios interesses de classe, mas também dos interesses das empresas estrangeiras instaladas no País. Em 1987, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, coordenador do *lobby* da Fiesp na Constituinte, dizia que "(...) se o Estado continuar sem limites claros, não teremos a segurança necessária para o bom funcionamento do sistema econômico". Hoje, Moreira Ferreira é o presidente da Fiesp, e continua na mesma tecla.

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Economia, Moreira Ferreira aprovou o *Plano Verdade*: “É nossa última chance de, dentro da lei e da ordem constitucional, tirarmos o Brasil da crise em que está metido”.

Essa ameaça explícita de rompimento da ordem constitucional ilustra a perplexidade da burguesia industrial que precisa construir uma ordem política adequada às suas necessidades, mas ainda está aprendendo o caminho da disputa política. No ensaio *Reconciliando os capitalistas com a democracia - o caso brasileiro*, apresentado em um seminário na Itália, em 1992, com o sociólogo José Rubens Figueiredo, Fernando Henrique Cardoso mostra a escassa vocação democrática do empresariado brasileiro, manifestada com força durante a ditadura militar, quando as principais lideranças empresariais do País tinham interlocutores diretos no poder executivo, e presença menor no Congresso Nacional. Fernando Henrique Cardoso tornou-se um campeão da *democracia* que os empresários desejam. Nesse ensaio, sustenta que somente depois da Constituinte de 1987/1988 é que os empresários descobriram o Congresso e a política parlamentar, e aprova essa descoberta. Diz também que, na eleição de 1989, o empresariado enganou-se com Collor. Aceitou e até aplaudiu medidas que colocavam em risco “(...) a própria sobrevivência das empresas, que tiveram seus ativos confiscados”.

Hoje, a burguesia industrial se vê numa situação complexa. A defesa de seus interesses de classe faz renascer alguns aspectos daquele projeto de desenvolvimento autônomo que parecia derrotado. Hoje, volta-se a falar, com força, da defesa do mercado interno. O economista Stephen Kanitz diz que produzir para os ricos, como se fez nos anos 80, foi um erro. O mercado brasileiro do ano 2000, diz ele, será formado por 20 milhões de famílias com renda mensal de 300 a 600 dólares, um potencial que não pode ser desprezado. Um economista conservador, como o ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, defende opinião semelhante. Celso Furtado, em seu último livro, combate a tese de que a abertura dos mercados às exportações dos EUA possa restituir dinamismo à economia de países como o Brasil. O motor do desenvolvimento brasileiro, até nossos dias, diz ele, foi “(...) a formação do mercado interno a partir de um potencial de recursos humanos e de mão-de-obra subutilizados”. E, numa entrevista ao *Jornal do Brasil*, diz que “(...) o Brasil deve pensar em viver com menos apoio externo, ter mais autonomia, voltar-se para o mercado interno e encontrar fôlego para avançar”.

O argumento econômico e o argumento político da reforma agrária: Estender o domínio capitalista ao conjunto da sociedade não significa, contudo, a liquidação da oligarquia latifundiária e do latifúndio, mas sim seu aburguesamento. Na lógica implacável do capital, as terras devem ser incorporadas ao mercado capitalista, como bens de raiz necessários à

garantia de negócios financeiros, como reserva de valor, como mercadoria, ou mesmo como reserva estratégica para esvaziar conflitos sociais. Mesmo a questão da reforma agrária passa a ser encarada sob essa lógica. No passado, lutava-se pela divisão das terras a pretexto da modernização da agricultura e da economia brasileira. Era o argumento econômico da reforma agrária, derrotado pelo desenvolvimento capitalista brasileiro que, nos anos 60 e 70, modernizou a agricultura do País e atrelou-a (particularmente seu setor mais dinâmico e moderno) às necessidades da indústria. Muitos pensam assim, a reforma agrária tornou-se desnecessária. Não compreendem que o argumento econômico era inadequado para a efetiva modernização da sociedade brasileira. Sua derrota permitiu compreender que, na verdade, a luta pela reforma agrária deve fugir à lógica do capital (à qual estava subordinada, segundo o argumento econômico) e assumir claramente a *necessidade política* da reforma agrária. Trata-se, em primeiro lugar, de distribuir de forma mais democrática esse importante fator da produção, que é a terra, assegurando meios de vida a milhões de brasileiros que vivem no campo. Em segundo lugar, ela permite regular a oferta de trabalho nas cidades. Ela beneficia os trabalhadores industriais ao reter mão-de-obra no campo, e eliminar o excesso de oferta de trabalho que força o preço dos salários para baixo. Finalmente, não se pode esquecer que a abundância na oferta de alimentos no mercado interno depende também da reforma agrária, já que o latifúndio volta-se basicamente para a produção de gêneros de exportação. Outro aspecto, talvez ainda mais importante, é o da luta para destruir os alicerces do poder da oligarquia latifundiária.



Após a ditadura militar a burguesia descobre a importância da luta política no Parlamento

O colapso das oligarquias agrárias: Aliás, hoje, esses alicerces estão podres. Na República Velha, as elites agrárias estruturaram um esquema de dominação que articulava os chefes locais, *coronéis*, a chefes regionais (*governadores*), culminando em nível federal com o controle da Presidência da República e do Congresso Nacional por seus representantes mais destacados. Esse sistema - conhecido como *política dos governadores* -, que dava enorme autonomia para as oligarquias locais, foi ultrapassado pelo desenvolvimento político e econômico posterior a 1930, mas a rigor nunca foi destruído completamente. Ele atravessou o período da constituição de 1946, e voltou a ter força durante o regime militar, quando os chefes dos grotões garantiam resultados eleitorais favoráveis aos candidatos da ditadura, a troco de apoio político e financeiro do governo federal. Mas a modernização

capitalista do campo brasileiro expulsou os trabalhadores para as cidades e destruiu o cacife das oligarquias na luta política eleitoral: o voto de curral. Ficaram, assim, sem a principal moeda de troca no pacto político que as mantinham presas aos interesses da elite capitalista brasileira.

No Nordeste, onde essa realidade é mais presente, a falência das velhas oligarquias acelera-se. Nas eleições da última década, o enorme volume de recursos repassado aos políticos locais para obterem apoio eleitoral para teses e candidatos conservadores, arruinou as finanças públicas dos Estados nordestinos. O "Diagnóstico das finanças públicas dos Estados e municípios do Nordeste", divulgado pela Sudene em fevereiro de 1991, mostrou que, entre 1980 e 1987, o funcionalismo público daqueles Estados inchou exatamente nos anos de eleição (1982, 1985 e 1986). Nesse período, a troca de apoio ao governo federal, os governos estaduais obtiveram empréstimos muito superiores à capacidade de pagamento. Assim, nesses anos, a receita líquida dos Estados nordestinos cresceu 5,6% ao ano, mas suas dívidas cresceram 25,1%, e o serviço da dívida, 24,7%.

Outra demonstração da mudança foram os resultados da eleição presidencial de 1989 no Nordeste. Ali, Lula obteve quase um terço dos seus votos no primeiro turno, e nenhum candidato das oligarquias locais passou para o segundo turno.

No segundo turno, Collor venceu em todos os Estados nordestinos, com exceção de Pernambuco, mas Lula venceu em todas as capitais nordestinas, com exceção de Maceió. Esses fatos refletiram as dificuldades das classes dominantes nordestinas, diz o diagnóstico da Equip, de Recife. "Habituada a manter o controle político através do expediente clientelista", a elite nordestina viu-se desarmada. "Falta verba para o clientelismo (...) Mais que isso, a crise financeira do governo impossibilita a continuação dos esquemas costumeiros de destinação de verbas públicas para as obras que interessam aos chefes políticos regionais, para abrir as estradas que passam em suas fazendas". Essa crise impede também a continuação do empreguismo, elemento importante do clientelismo político.

Antes, queria-se a reforma agrária para modernizar a economia. Hoje, ela impõe-se para acabar com a oligarquia



O novo pacto das elites proprietárias: Além de faltar dinheiro para o clientelismo, outro resultado da crise foi as pressões para que a aplicação de recursos públicos fosse reconsiderado. Passa-se a exigir que sejam usados de acordo com a lógica burguesa do lucro e da eficiência empresarial, em benefício da acumulação e reprodução do capital, e mesmo do esvaziamento de tensões sociais que podem ser explosivas. A imprensa conservadora de São Paulo

passou a denunciar, com frequência, o *mau uso* de verbas orçamentárias destinadas aos Estados nordestinos. O escândalo em torno desses números pode indicar uma mudança nas relações de classe entre a elite brasileira. Há sinais de que a burguesia industrial considera hoje muito caro o vínculo com a oligarquia agrária nordestina. Moreira Ferreira, da Fiesp, por exemplo, apoia os cortes orçamentários prometidos por Fernando Henrique Cardoso. Se o congresso não ajudar nos cortes, diz ele, "(...) teremos o caos porque o cobertor não dá para todos". Emerson Kapaz, do PNBE, é mais explícito. "Acho que existe uma força fisiológica, cuja atuação impede o acerto do orçamento da União." "Os recursos são escassos e é preciso gastar bem o dinheiro que está disponível. Temos prioridades, como investimentos na área social". Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo*, diz que "(...) a solução do problema do Nordeste" ocorrerá quando "o poder político das oligarquias regionais for enfrentado com decisão", quando se tiver "a coragem de enfrentar as forças políticas e sociais que tem contribuído para que a mentalidade dominante na região, não sabemos se *pré* ou *ante* capitalista, se espraie pelo Congresso, contamine a representação política como um todo".

Não podia ser mais claro - a aliança entre a burguesia industrial e o grande capital, nacional e estrangeiro, do Sudeste, com as oligarquias agrárias do Nordeste parece mesmo ultrapassada, e sua reformulação pode ser o passo final para completar o domínio da burguesia industrial sobre o Estado brasileiro. O prestígio das mudanças políticas que ocorrem no Ceará é revelador. Lá, a elite industrial derrotou os *coronéis*, e implanta uma modernização que não é conflitante com os projetos do grande capital.

Em 1930, o pacto das elites foi alargado com a inclusão da burguesia industrial. Hoje, há sinais de uma tendência das lideranças burguesas em diminuir o papel das velhas oligarquias agrárias nesse pacto político. Durante a ditadura militar, o Estado brasileiro foi praticamente privatizado, moldado para servir aos interesses do grande capital. O poder executivo foi o centro do domínio da burguesia sobre o Estado, enquanto o Congresso Nacional era manietado, e a vida política e partidária severamente limitada. Com o fim da ditadura, o papel do Congresso Nacional cresceu. A eleição direta do presidente da República, e a vida política e partidária mais desafogada, permitiram uma expressão maior dos interesses populares e dos setores alheios ao grande capital. Além disso, o peso da oligarquia agrária no Congresso tornou-se desproporcional seja à sua importância política, seja aos *serviços* político-eleitorais por ela prestados ao grande capital.

Em consequência, é inevitável que, para o domínio da burguesia industrial, a importância do Congresso Nacional seja agora decisiva. E as mudanças exigidas pela Fiesp, CNI, PNBE e outras importantes entidades de classe do empresariado, apontam nesse rumo.

Assim, o esforço da burguesia industrial para completar seu domínio sobre o Estado passa por aquilo que, a seu critério, é a modernização da máquina governamental e dos institutos de disputa político eleitoral. Por isso, ela exige a Revisão constitucional, contra o parecer de inúmeros juristas. O objetivo dessa reforma constitucional não é apenas a limitação das conquistas sociais asseguradas na carta de 1988. A burguesia procura uma forma de governo que permita acomodar, sob sua direção, um pacto de proprietários que seja hegemônico também no Congresso Nacional, contra os interesses populares. Procura legitimar esse pacto atraindo para ele lideranças sindicais apelegadas ou moderadas.

Foi em busca dessa forma de governo que a burguesia insistiu no parlamentarismo conservador que foi oferecido ao eleitorado no plebiscito de abril passado. Quer também uma legislação partidária e um sistema eleitoral adequados para a garantia da estabilidade de sua hegemonia. Assim, repetindo a experiência histórica das burguesias de outras nações, a burguesia brasileira prepara-se para ultimar a construção de um Estado claramente burguês, adequado ao jogo político da democracia burguesa. Suas aspirações apontam nessa direção. Se a democracia burguesa impõe a existência de um parlamento com poderes reais no jogo dos poderes da União, é preciso, para a burguesia, que seja um parlamento *seguro*. Ela quer, por exemplo, enfraquecer ou eliminar os partidos políticos progressistas, ligados ao povo (principalmente o Partido Comunista do Brasil), e fomentar e fortalecer os partidos comprometidos com o capitalismo. Quer também um Congresso Nacional que seja a expressão da burguesia, e não de seus aliados, como ocorreu até aqui. A introdução de uma forma de voto distrital tem esse sentido: trata-se de criar as regras para a formação *democrática*, isto é, por via eleitoral, de um Congresso adequado ao domínio da burguesia, onde a representação dos interesses de classe dos trabalhadores seja diminuída e manietada. Para completar sua obra, é essencial que as cadeiras do Congresso sejam redistribuídas, diminuindo a representação dos Estados mais pobres, dominados por oligarquias atrasadas, e aumentando a representação dos mais ricos - isto é, de São Paulo, onde o grande capital tem sua implantação mais sólida.

Esse parece ser o sentido do jogo da burguesia. Cabe, em primeiro lugar, ver se ela terá força política para vencê-lo. Em contrapartida, aos trabalhadores não cabe mais lutar para aperfeiçoar a democracia burguesa, mas sim para superá-la. Mais do que nunca, cabe à classe operária aprofundar a luta pelo socialismo.

BIBLIOGRAFIA

- A Classe Operária, 24/11/1989
 ABROMOVAY, Ricardo; *Novidades no front da reforma agrária: um relatório preliminar da FAO*. in *Gazeta Mercantil*, 29/05/92.
 ARANTES, Aldo; *O golpe da revisão constitucional ampla*. PRINCÍPIOS, nº 29, Maio/Junho/Julho de 1993.
 AZEVEDO, Carlos e ZAGO JR., Guerino; *Do tear ao computador - as lutas pela industrialização do Brasil*. Política editora, SP, 1989.
 BANDEIRA, Moniz; *Cartéis e Desnacionalização (a experiência brasileira: 1964/1974)*. Civilização Brasileira, RJ, 1975.
 BURSZTYNN, MARCEL; *O Poder dos Donos - planejamento e clientelismo no Nordeste*. Vozes, Petrópolis, 1984.
 CARONE, E.; *Revoluções do Brasil contemporâneo*. Difel, SP, 1975.
 CASADO, José; *Visão de um acadêmico que chega ao poder*. in *Gazeta Mercantil*, 09/07/93 (resumo do ensaio "Reconciliando os capitalistas com a democracia - o caso brasileiro" de Fernando Henrique Cardoso e José Rubens Figueiredo).
 CASTRO, Ana Célia; *As empresas estrangeiras no Brasil - 1860/1913*. Zahar, RJ, 1979.
 CASTRO, Ana Célia e outros; *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Binagri, Brasília, 1979.
 D'INCAO, Maria Conceição; *Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de reforma agrária*. in revista *Lua Nova*, nº 20, maio de 1990.
 Departamento de Assentamento Fundiário, 1º Curso de Formação Sobre Reforma Agrária, Instituto de Terras, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do governo do Estado de São Paulo, S. Paulo, 1991 (contém os textos do curso).
 EQUIP 90, "As mudanças que as eleições de 89 revelaram no Nordeste", *Cadernos do Nordeste*, nº 2, Escola de Formação Quilombo dos Palmares, Recife, 1990.
 EVANS, P.; *A Tríplice Aliança - As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Zahar, RJ, 1980.
 FERNANDES, F.; *A Revolução Burguesa no Brasil*. Zahar, RJ, 1975.
 FURTADO, C.; *Brasil, a construção interrompida*. Paz e Terra, RJ, 1993.
 GANDY, D. Ross; *Marx e a história - da sociedade primitiva ao futuro comunista*. Zahar, RJ, 1980.
Gazeta Mercantil, 12/01/90; 01 a 03/05/91; 09/07/93.
 GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo; *Estrutura e formação das classes sociais na Bahia*. in *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, Setembro de 1987.
 GUIMARÃES, Plínio; *As classes dominantes no campo*, in *Retrato do Brasil*, 05/11/87.
 IANNI, Octávio; *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. revista *Temas de Ciências Humanas*, nº 10, SP, 1981.
 JORNAL DA TARDE, 20/02/91; 26/06/91.
 JORNAL DO BRASIL, 20/2/1991; 03/10/93.
 JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Outubro de 1990 (Artigo "O latifúndio empresarial também é improdutivo").
 LIMA, Heitor Ferreira; *Três industrialistas brasileiros - Mauá, Rui Barbosa, Simonsen*. Alfa Omega, SP, 1976.
 LIMA, Mário José de. *Regionalismo e separatismo*. in *JB*, 09/06/93.
 LUZ, N.V.; *A Luta Pela Industrialização do Brasil*. Alfa Omega, SP, 1975.
O Estado de S. Paulo, 23/08/87; 03/02/93; 25/02/93; 20/03/93; 05/05/93; 13/06/93; 23/06/93; 24/06/93.
O Globo (02.02.92).
 PEREIRA, Raimundo; CAROPRESO, Álvaro e RUY, José Carlos. *Eleições no Brasil Pós 64*. Global, SP, 1984.
Revista Imprensa, Setembro de 1993, entrevista com Stephen Kanitz.
 ROCHA, Abelardo Baltar da e GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Nordeste: crescimento e seca*. revista *Presença*, nº 1, novembro de 1983.
 RUY, José Carlos; *Do escravo ao metalúrgico*. in *Retrato do Brasil* (Coleção), V. 1, Política Editorial, SP, 1985.
 RUY, José Carlos; *Escravidão e propriedade*. in *Retrato do Brasil* (Semanaário), 26/05/1988.
 SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de; *Dos Velhos aos Novos Coronéis*. Recife, Pimes, 1974.
 SODRÉ, NELSON WERNECK; *História da Burguesia Brasileira*, Civilização Brasileira, RJ, 1976.
 VILAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; *Coronel Coronéis*. Tempo Brasileiro/Eduff Rio de Janeiro, 1988.

Feudalismo, capitalismo e escravismo

(na formação social brasileira)

ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO

*A luta política no Brasil e as teses da
Internacional
Comunista influíram no debate sobre nosso
passado colonial
e a natureza de nossa sociedade*

•32•

O estudo do desenvolvimento econômico brasileiro, inserindo-se aí o aspecto político-social, não nos fornece, a rigor, um consenso de como isso ocorre. Interpretações marxistas, weberianas, franckfurtianas - e, dentro delas, as opiniões divergentes - opõem-se e polemizam a respeito do tema. Feudalismo ou capitalismo? colonialismo ou subdesenvolvimento? Teóricos de conceituada formação intelectual - de *direita* ou de *esquerda* - analisam os aspectos essenciais da formação econômica brasileira, e todos eles apresentam fundamentos importantes em suas análises, mais ou menos convincentes.

É claro, que o momento histórico determinado, em que cada um deles elabora suas análises, sem dúvidas, exerceu uma influência considerável no processo de pesquisa e na conclusão obtida, uma vez que por trás de cada interpretação da realidade brasileira situava-se uma concepção político-ideológica e uma referência mais ampla, que extrapolava as fronteiras do nosso País.

A luz das transformações políticas ocorridas no mundo, podemos, atualmente, estabelecer um parâmetro entre determinados períodos históricos - e as análises sobre a formação econômica brasileira - de forma crítica, e a perceber, até mesmo, interpretações contraditórias (no meu entender) a respeito de qual sistema econômico vigorou no Brasil desde os seus primórdios, e, com base em estratégias do movimento comunista internacional, as alternativas mais viáveis para garantir transformações estruturais na base econômica de nosso País. Algumas dessas alternativas alicerçadas em concepções dogmáticas e na transplantação de modelos oriundos de realidades eco-

nômica-sociais completamente diferentes da nossa.

Devemos reconhecer, entretanto, que tal profusão de pensamentos, advindos de setores respeitados e de pesquisadores de renome internacional, tem sua razão de ser. E isso é possível de compreender se levarmos em conta - e nos ativermos a essa questão - a complexidade em que se deu a dominação e exploração do território brasileiro, e o surgimento de uma base econômica cujo encaixe nas relações de produção internacional se dava com o único intuito de fortalecer as formações econômicas européias. Acrescente-se a isso o fato de que historicamente a Europa - berço dos nossos colonizadores - vivia momentos cruciais da transição do feudalismo para o capitalismo.

Temos no marxismo a nossa referência teórica para abordar este assunto. Pois, cremos, é no materialismo histórico que podemos melhor avaliar as condições históricas e o desenvolvimento econômico e social brasileiro. A rigor poder-se-ia argumentar ser também essa a referência que sustentou várias das teses que aqui abordaremos. É bem verdade, reconhecemos, que o marxismo tem servido para justificar as mais variadas concepções. Ou talvez fosse melhor dizer que essas concepções tem buscado no marxismo a credibilidade necessária para suas justificativas. Por outro lado, o mecanicismo que guiou algumas interpretações marxistas - consequência do dogmatismo - completamente antidialéticas, porque não distinguia as diferenciações existentes em realidades distintas e transpunham modelos, levou a conclusões que destoam completamente de sua fonte inspiradora. E o tempo serviu para comprovar o equívoco dessas interpretações.



Procuraremos aqui abordar vários aspectos dessa discussão, a saber: 1) as várias opiniões a respeito de como se forma a base econômica brasileira, ou seja, qual a formação econômica que predominou no Brasil a partir da dominação colonial - feudalismo, escravismo colonial ou capitalismo - e como se desenvolve o Estado burguês no Brasil; e 2) com base nas formulações, das diversas correntes teóricas, quais os caminhos propostos para que se estabelecessem mudanças no sistema econômico-social vigente e a viabilidade de sua realização.

Evidentemente que não é objetivo deste trabalho realizar um estudo minucioso de um tema tão complexo, e que atravessou décadas sem que se chegasse a um consenso dentre as diversas formulações teóricas, apesar de motivar trabalhos de pesquisa de grandes profundidades e de referência indispensáveis em qualquer estudo da história econômica, política e social de nosso País. Mas é possível analisarmos criticamente, principalmente a partir das concepções, ou seja, das bases teóricas que fundamentaram algumas conclusões.

**O VI Congresso da IC
elaborou as
linhas mestras para a
caracterização
dos países coloniais**



Bases teóricas: A matriz de praticamente todas as importantes correntes teóricas que, principalmente a partir da década de 40, polemizam sobre a forma de dominação, o modo de produção e o desenvolvimento econômico no Brasil, é a teoria marxista.

Interpretado de diferentes formas, claro, pois que senão não chegariam tais teóricos a resultados tão díspares, o marxismo fundamentou essas análises não somente, ou simplesmente, a partir da teoria. Houve aí um outro aspecto importante - o ideológico - que apesar da verossimilhança diferencia-se da teoria.

“Partindo do pressuposto de que é o ser social do homem que determina sua consciência e não a consciência que determina o ser social, e distinguindo, na sociedade, a infra-estrutura, constituída pelo processo produtivo, modo e relações de produção, da superestrutura, formas ou modos de consciência, Marx inclui na superestrutura, com a designação geral de ideologias, a religião, a filosofia, o direito, a arte, a ciência econômica, a ética etc. *Ao fazer tal distinção admite, implicitamente, a diferença entre o conhecimento ideológico e o conhecimento verdadeiro ou científico da realidade (...)*” (grifo do autor)¹.

É portanto, no aspecto ideológico, que devemos buscar entender a complexidade das interpretações acerca da realidade brasileira. O referencial teórico-ideológico para tanto originava-se na Internacional Comunista. Mais explicitamente no 6º Congresso da Internacional Comunista, quando se elabora a linha mestra para as interpretações sobre a caracterização econômica-social dos países coloniais, semicoloniais e dependentes (voltaremos a essa questão mais à frente).

A partir de então deu-se mais importância ao seguidismo ideológico, caracterizado pelo dogmatismo, do que ao rigor científico do próprio marxismo: o materialismo histórico. Buscava-se en-

caixar as análises oriundas da internacional, de forma mecânica evidentemente, numa realidade brasileira que carecia de um amplo trabalho de pesquisa, e de um estudo detalhado sobre as relações econômicas e sociais existentes desde a época colonial.

Por isso, antes de entrarmos diretamente na abordagem de cada uma das diversas concepções, sobre qual modo de produção vigorou em nosso País, é importante situar dentro de um contexto histórico e político-ideológico, alguns dos mais importantes e destacados intelectuais que contribuíram, de uma forma ou de outra, com essa que, sem dúvida, se constitui numa das mais importantes polêmicas que envolveu conhecidos cientistas sociais brasileiros.

Esse quadro, que situa os teóricos envolvidos nessa discussão, está bem detalhado por Guido Mantega, que busca, inclusive em concepções anteriores a Marx - escola clássica (Smith, Ricardo e Malthus) - a fonte inspiradora de tais formulações². Não abordaremos, entretanto, os intelectuais oriundos do neoclassicismo econômico, ideólogos das formulações econômicas que vigoraram durante o período militar (Roberto Campos, M. H. Simonsen, Delfim Neto - discípulos de R. Simonsen e Gudim) por situarem-se fora da polêmica que nos propomos aqui analisar.

Vejamos, então, quais as principais correntes que nos interessam para tal objetivo, e que sintetizam o pensamento econômico brasileiro mais especificamente a partir da década de 50, segundo a denominação dada por Mantega: "(...) o exame do pensamento econômico brasileiro do período em questão revelou o predomínio de três correntes de pensamento que permitiram construir três modelos analíticos. O primeiro, que chamei de *Modelo de Substituição de Importações*, oriundo das obras de Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria da Conceição Tavares, e herdeiro em sucessão direta das idéias da Cepal (...); o segundo, que chamei de *Modelo Democrático-Burguês*, elaborado pelos teóricos do Partido Comunista Brasileiro (sic) e sistematizado por Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, fortemente inspirados na análise da Rússia czarista feita por Lênin em 1905 e na sua proposta de revolução democrático-burguesa, retomada nas teses da III Internacional para os países atrasados³; o terceiro que denominei de *Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista*, originário dos trabalhos de André Gunder Frank, Caio Prado Jr. e Rui Mauro Marini, baseados nas idéias da vertente marxista norte-americana, cujos expoentes são Paul Baran e Paul Sweezy, e sofrendo uma certa influência da Teoria da Revolução Permanente de Trotski e das teses da IV Internacional"⁴.

A essas correntes, citadas por Mantega, incluo uma outra, na qual estão presentes como referências mais importantes, Ciro Flamarion Cardoso, Décio Saes e Jacob Gorender, que ampliam essa discussão, em tempos mais recentes, acrescentando uma nova teorização sobre a formação econômica brasileira a

partir da existência no Brasil de um "Modo de Produção escravista colonial" com obras que tornaram-se clássicas no estudo dessa questão, como é o caso de *A Formação do Estado Burguês no Brasil* de Saes, e *O Escravismo Colonial* de Gorender.



A teoria da dependência não levou em conta as forças produtivas, as relações de produção e o modo de produção

Embora considerando de grande relevância para o estudo de nossa formação econômica, as idéias contidas nas obras dos teóricos que compõem o modelo de Substituição de Importações (na denominação dada por Mantega), principalmente através de Celso Furtado, vou me ater às demais correntes que polemizaram mais quanto à existência de um determinado modo de produção específico para o Brasil (ou América Latina). Isso porque, dentro do objeto de estudo aqui proposto, interessa mais buscar aquelas concepções forjadas dentro do campo marxista. A rigor, não podemos incluir Celso Furtado nesse campo, embora a ele seja feita referências por vários teóricos marxistas. No entanto vê-se em algumas de suas obras uma certa contraposição aos conceitos emitidos por Marx sobre algumas questões, como por exemplo à Teoria do Valor, preferindo "retomar à indefinição dos clássicos"⁵ e opor-se a ela. Em relação à luta de classes, afirma Furtado em seu livro *Dialética do Desenvolvimento*, que nas modernas democracias capitalistas ela assume "(...) um caráter extremamente positivo, pois incentiva o desenvolvimento econômico de toda a Nação"⁶. Ao analisar desta forma ele procura explicar as causas do desenvolvimento e subdesenvolvimento, ou seja, da dominação econômica, a partir da acumulação do excedente dos países pobres pelos países ricos. Aí estaria a contradição essencial. Com isso ele foge ao que consideramos o fundamento da acumulação de riquezas, qual seja as relações de dominação de uma determinada classe sobre outra. O excedente não é acumulado por um determinado país senão com o objetivo de fortalecer e garantir a riqueza a uma determinada classe social que detém o poder econômico, e conseqüentemente o poder político. A luta de classes não se dá apenas dentro das fronteiras dos países, mas ela se reflete também em nível internacional, com a própria expansão do capitalismo, com o controle da produção de um país sobre o outro.

O equívoco principal, que podemos observar ao analisar, a grosso modo, as concepções que situam-se nessa corrente - também citada como *Teoria da Dependência* - está em não levar em conta as forças produtivas e as relações de produção, e em não considerar o modo de produção, "(...) como elementos necessários à análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento"⁷. Poderíamos, assim, caracterizá-la como uma teoria circulacionista, na

qual se dá ênfase as relações de troca - e daí os países ricos extraem o excedente, a mais-valia - sem contudo fazer uma análise da produção e das condições concretas em que ela ocorre, bem como das relações sociais existentes. Podemos resumir isso, em Marx, da seguinte forma: "1º) não há troca sem divisão do trabalho, quer esta seja natural, quer já um resultado histórico; 2º) A troca privada supõe a produção privada; 3º) a intensidade da troca, tal como a sua extensão e o seu modo, são determinados pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção (...). Em todos estes momentos, a troca aparece, portanto, como diretamente compreendida na produção ou por ela determinada"⁸.

Obviamente, essas referências carecem de uma melhor sistematização e de uma análise mais acuidada das idéias expostas por essa corrente. No entanto, mesmo correndo o risco de ter feito citações que requer uma maior profundidade em suas análises, não prosseguiremos nelas. Penso que para nós está claro suficientemente todo o processo de dependência, de exploração das nossas riquezas, pelas grandes potências que se revezaram no saque ao que aqui era produzido, ou encontrado, a depender das condições históricas de cada momento. E o que, até hoje, propicia discussões sem que se chegue a um consenso, é a respeito de qual modo de produção vigorou em nosso País, desde os seus primórdios.

As divergências que surgem nessa polêmica não podem ser menosprezadas, pois são divergências *de fundo*, elas representam concepções diferentes de uma mesma fonte teórica. Muitos dos estudos feitos, além do caráter científico, tinham também o objetivo de subsidiar conteúdos programáticos-partidários, de início do PCB, mas depois de vários outros partidos que se guiavam pelo marxismo e surgiram exatamente devido à essas divergências. Na verdade, tais análises visavam estabelecer uma estratégia que possibilitasse o desenvolvimento de uma situação revolucionária que garantisse transformações estruturais em nosso País, e a conquista do socialismo. Nós vamos perceber isso mais claramente quando nos embasamos nas análises da Internacional Comunista.

O 20º Congresso do PCUS vai estabelecer diferenciações extremamente opostas em relação às questões ideológicas. Marcado pelo golpe de Kruschov e pelas críticas a Stálin, significou um marco divisor entre concepções antagônicas a respeito dos fundamentos do marxismo, principalmente no tocante aos seus aspectos revolucionários. No entanto, não trouxe maiores influências nas análises que se faziam sobre a formação econômica brasileira, referentes ao Brasil. Nem por parte daqueles que destoavam dos princípios fundamentais do marxismo, e seguiam por um caminho reformista, de conciliação de classes, nem por parte dos que se opunham às teses surgidas no referido Congresso e reafirmavam a convicção na luta armada como única maneira de se chegar ao socialismo. Mesmo entre alguns teóricos

do PCB permaneciam como referencial as idéias expostas no 6º Congresso da Internacional Comunista. Mas, com tudo isso, surgiram interpretações destoantes do referencial (a resolução da Internacional sobre os países coloniais). Mas não de imediato. O livro de Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, que primeiro vai acender a discussão, teve a sua primeira edição em 1966.

A base teórica, portanto, que fundamentou os diversos estudos sobre qual modo de produção vigorou em nosso País desde a época colonial, e que aqui é nosso objeto de estudo, serviu a partir de então para levar a conclusões opostas sobre uma mesma realidade histórica, ou talvez seja melhor dizer, sobre uma determinada formação econômica-social.

Mas, será que só aqui no Brasil o marxismo vai se deparar com essa contradição? Ou seja, a partir dele se chegar a interpretações diferentes sobre formações econômicas, ou de como se deu as transformações econômicas em determinadas épocas? Claro que não. Não é uma peculiaridade brasileira. Uma das polêmicas mais marcantes no campo marxista refere-se a existência ou não de um modo de produção asiático⁹. Outra, inclusive de maior dimensão, envolveu historiadores marxistas conhecidos internacionalmente (Hobsbawm, Dobb, Sweezy, C. Hill, dentre outros) a respeito das transformações econômicas no período de transição do feudalismo para o capitalismo¹⁰.



A exploração das colônias acelerou a acumulação de capital e o desenvolvimento capitalista nas metrópoles

A acumulação primitiva do capital (Gênese do capitalismo industrial): Não vamos nos aprofundar aqui sobre formações econômicas pré-capitalistas, ou sobre todas as formas de acumulação primitiva do capital. O nosso interesse é especificamente no tocante aos sistemas coloniais. Mas, acredito ser fundamental buscar na fonte, ou seja, no próprio Marx, algumas referências essenciais para a compreensão do nosso estudo, antes de fazermos análises mais precisas sobre as concepções acima citadas.

Historicamente, o processo de acumulação de riquezas, notadamente ouro e prata, retrata o momento crucial para o desenvolvimento do capitalismo. Esse acúmulo de ouro e prata não seria possível sem a exploração desenfreada às colônias. Que vinham a ser terras recém-descobertas, cujas populações foram rapidamente submetidas à sanha do dominador de além-mar. O interesse era meramente mercantil: matérias-primas, minerais, e depois produtos agrícolas de subsistência, e, só mais tarde, mercado consumidor dos produtos fabricados nas metrópoles.

O mercantilismo, esse interregno que separa o feudalismo do capitalismo, é responsável por estabelecer a política expansionista e protecionista necessária para a pilhagem que se seguiu. Toda a estrutura

colonial foi montada com o único objetivo de garantir às grandes potências econômicas as riquezas necessárias ao seu entesouramento. E isso, na política metalista que vigorava, era a condição essencial para se estabelecer o poderio econômico de um país. Acumular, acumular, acumular. Esse era o verbo mais pronunciado então, e para tanto, os saques às riquezas das colônias não tinham limites, e o esgotamento de um produto levava, de imediato, à sua substituição por outro.

“As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista (...) são fatores fundamentais da acumulação primitiva”.

“O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio, de que já falava Lutero, eram poderosas alavancas de concentração do capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apesadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital”¹¹.

São considerações feitas por Marx em *O Capital*, e mostram que as colônias nada mais eram do que instrumentos de acumulação de riquezas. E que, sem elas, a concentração de capitais necessária para o desenvolvimento do capitalismo não chegaria aos níveis alcançados. Claro que isso não impediria o surgimento do capitalismo, mas sem dúvida, as colônias foram fator de aceleração da expansão capitalista e de sua constituição enquanto modo de produção dominante.

Mas, e qual o modo de produção existente nas colônias? Ou prevaleceu nelas apenas formas econômicas mercantis? Vamos primeiramente generalizar, para posteriormente nos atermos especificamente ao Brasil.

Ora, os séculos XV e XVI se caracterizaram pela decadência do feudalismo e pela expansão marítimo-comercial tendo à frente a burguesia mercantil. Ou seja, de um lado ainda tínhamos - estamos nos referindo a Europa - uma estrutura feudal, embora que decadente, e de outro lado, se desenvolviam formações econômicas pré-capitalistas. No meio disso tudo, os novos continentes descobertos transformados em colônias, cuja empreitada foi fruto de alianças entre a nobreza real, absolutista, e a burguesia comercial. Um sistema econômico decadente, outro ascendente. Uma nova classe social que surge, enquanto a velha classe dominante tenta se reciclar para escapar da sua destruição. E as colônias a servir tanto a um quanto a outro.

Diante disso, nos interessa saber sobre qual base econômica ocorreu o desenvolvimento das colônias. Se elas se desenvolvem a partir de uma estrutura

feudal, referenciando-se nas formações econômicas de suas matrizes metropolitanas, ou se prevalecem formas capitalistas de produção decorrentes da distribuição de produtos e fortalecimento da economia mercantil. Ao dar respostas aos questionamentos que surgem das análises a esse respeito, estaremos nos situando num dos campos teóricos que polemizaram em torno dessa questão.

Sendo assim, vamos examinar cada uma dessas concepções: feudalismo, capitalismo ou um modo de produção específico, e em seguida analisar as consequências de cada uma dessas interpretações, a respeito de nossa formação econômica, na formulação de estratégias revolucionárias no campo marxista.



A tese do feudalismo colonial é baseada em interpretação equívoca das resoluções da Internacional

O feudalismo colonial, a estratégia da Internacional Comunista: Embora Guido Mantega, em seu livro citado, se refira a um modelo democrático-burguês, para caracterizar essa corrente, de fato influenciada pela Internacional Comunista, já desde o seu 2º Congresso, em 1920, vale dizer que neste Congresso, na comissão sobre as questões nacional e colonial, rediscutiu-se a estratégia a ser adotada em relação aos países atrasados; como resultado dessa discussão chegou-se “(...) à decisão unânime de que deve falar-se de movimento revolucionário nacional em vez de movimento democrático-burguês”¹².

Neste relatório, o próprio Lênin reconhece que qualquer movimento nacional só pode ser democrático-burguês, devido principalmente à condição do campesinato, que representa as relações capitalistas burguesas. Mas essa caracterização era necessária, justamente porque percebia-se que a burguesia dos países oprimidos, apesar de apoiar os movimentos de libertação nacionais, situava-se ao mesmo tempo ao lado da burguesia imperialista, a fim de exercer o controle, a seu modo, sobre todos os movimentos revolucionários, e sufocar a influência dos partidos e camadas revolucionárias. Com isso estabelecia-se uma tática que levava em conta o caráter dos movimentos nacionais e diferenciava-se dos movimentos reformistas, alguns deles incentivados pela própria burguesia internacional.

“O sentido desta mudança consiste em que nós, como comunistas, só devemos e só apoiaremos os movimentos libertadores burgueses nos países coloniais nos casos em que esses movimentos sejam verdadeiramente revolucionários, em que os seus representantes não nos impeçam de educar e organizar num espírito revolucionário o campesinato e as amplas massas de explorados. Mas se não existirem essas condições, os comunistas devem lutar nestes países contra a burguesia reformista (...) A distinção



mencionada foi aplicada a todas as teses, e penso que, graças a isto, o nosso ponto de vista está agora formulado de um modo mais preso”¹³.

Pelo exposto, vemos que o apoio incondicional aos movimentos democrático-burgueses não foi uma orientação da Internacional Comunista. A distinção, conforme o mencionado, era clara, e estabelecia-se o limite para esse apoio, e as formas de como deveria se dar esse apoio seriam definidas, para cada país, pelo próprio Partido Comunista, caso ali ele existisse¹⁴. Portanto, não podemos nos referir a um modelo democrático-burguês, como tendo sido elaborado a partir da II Internacional. Bem como, não se pode, a partir das leituras das teses ali aprovadas, se chegar à conclusão de que estabeleceu-se para os países latino-americanos a análise de que possuíam formações feudais. As considerações feitas aos países atrasados deu-se em função de que o referencial maior era para com os países asiáticos, tanto assim que parte das teses aprovadas sobre os países coloniais foi redigida por Roy Manabendra Nath, da Índia¹⁵. De qualquer forma não há, nas teses aprovadas, nenhuma citação específica aos países coloniais latino-americanos.

O 6º Congresso, embora incorporando as teses elaboradas por Lênin e Roy, sobre a questão colonial, principalmente no que se refere a tática a ser adotada em relação à revolução democrático-burguesa, avança em direção à formulação de qual base econômica vigorou nos países coloniais, aí sim com referência explícita aos países latino-americanos, inclusive o Brasil. Contudo, não podemos deduzir, a partir das referências feitas no Programa da Internacional Comunista, que este organismo acreditava existir na América Latina “ (...) restos de formações econômicas feudais”. Essa formulação, ao que tudo indica era de responsabilidade dos teóricos e dirigentes do PCB (Partido Comunista do Brasil) cujos documentos, invariavelmente referiam-se à existência desses res-

tos feudais, e pregavam a necessidade de uma revolução anti-imperialista e antifeudal¹⁶.

Talvez o erro da formulação contida no Programa da Internacional Comunista, e adotado pelo 6º Congresso Mundial reunido em Moscou em 1928, estivesse na não separação de forma bem definida entre países coloniais, semicoloniais e dependentes.

Em que pese o texto a que nos referimos fazer uma certa diferenciação, o não aprofundamento nas distinções existentes deu margem à que o dogmatismo transfigurasse o seu alcance, dando uma dimensão bem maior à referência feita pelo programa citado. Mas não se pode também esquecer que do próprio Congresso saiu recomendações que orientavam a cada partido comunista nos países coloniais a levar em conta as diversidades de seus países, e com base nas peculiaridades existentes adaptar as teses à situação específica. Sem dúvidas, essa ressalva, livra da Internacional Comunista a responsabilidade pela generalização, duramente criticada por Caio Prado Júnior¹⁷. Mesmo porque não era objetivo tecer estudos aprofundados sobre modos de produção existentes em todos continentes e países dominados e dominadores. Essa era uma necessidade a ser implementada pelos partidos comunistas em seus países. Ocorre que isso foi feito de forma dogmática, o que levou a equívocos inevitáveis, apesar de muitos deles serem bem fundamentados.

Veamos o texto da Internacional Comunista sobre o assunto: “Países coloniais e semicoloniais (China, Índia etc) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) que possuem um embrião de indústria, às vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente, na maioria dos casos para a edificação independente do socialismo; países onde predominam relações sociais da Idade Média Feudal ou o modo asiático da produção tanto na vida econômica, como na sua superestrutura política; países enfim onde as principais empresas industriais, comerciais, ban-

cárias, os principais meios de transportes, as maiores propriedades, as maiores plantações etc, se acham nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. A luta contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de exploração e a revolução agrária promovida com espírito de continuidade, de um lado; a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional doutro lado, têm aqui uma importância primordial. A passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países, em regra geral, senão através de uma série de etapas preparatórias, por todo um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista é, na maioria dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária”¹⁸.

Por outro lado, percebemos no trecho citado a referência às *etapas preparatórias* pelas quais todos esses países necessariamente teriam que passar, para se alcançar o socialismo. Com isso, ampliava-se a margem de confusões a respeito das formações econômicas, vez que firmou-se assim a noção de que os caminhos a se trilhar para o socialismo seria idêntico para todos os países coloniais, obedecendo-se às etapas de desenvolvimento, quiza de acordo com o que ocorreu na Europa. Era uma transposição absurda, visto desse forma, e um mecanicismo que não levava em conta as peculiaridades de cada país. De países cujo processo histórico era único, dado às características com que se deu a dominação colonial.

Isso foi fundamental para que inúmeras pesquisas pecassem pelo anticientificismo, pela negação do concreto, e do real, e pelo positivismo disfarçado nas teorizações feitas. Os estudos elaborados tinham mais em conta chegar-se às conclusões e formulações contidas no programa da Internacional Comunista, do que propriamente determinar como se deu o processo de desenvolvimento sócio-econômico em nosso País.

Capitalismo colonial: Um dos maiores críticos da tese sobre a existência do feudalismo no Brasil, foi Caio Prado Júnior. E ao criticá-la ele vai defender a idéia de que a nossa estrutura econômica nada mais foi do que senão parte do sistema capitalista mundial, desde o momento em que o mercantilismo expande o comércio em todo o mundo até o imperialismo das grandes potências. Semelhante às suas opiniões são as idéias defendidas por André Gunder Frank. Para eles a economia brasileira assume desde o início características mercantis, e a produção aqui extraída era gerada pelo capitalismo comercial europeu e destinado ao mercado metropolitano. O imperialismo não somente teria participado na implantação da estrutura colonial brasileira, como também participava ativamente da vida econômica, social e política do País¹⁹.

Dessa forma, toda a estrutura colonial brasileira fora montada com o intuito de servir ao sistema capitalista mundial, tendo como base a exportação de produtos primários de onde o imperialismo extraiu os

recursos necessários para sua acumulação e fator essencial para sua existência. Engrenado no sistema internacional como fornecedor de matéria-prima, a economia brasileira vai proporcionar imensos lucros aos trustes que dominavam comércio colonial.

Sobre as relações de produção vigentes na agricultura brasileira, Caio Prado Jr. caracteriza-as como capitalistas, cujos camponeses “meros vendedores de força de trabalho” tinham como principal reivindicação a melhoria de sua remuneração, das condições de trabalho e emprego. Em relação a determinadas formas de trabalho, específicas da formação colonial, e muitas vezes citadas como exemplos da existência de relações feudais de produção - a parceria, o barracão, o cambão etc - é vista por ele como formas de trabalho capitalista, diferindo das convencionais apenas em como se procede o pagamento do salário.

Dentro dessa visão de uma formação capitalista colonial o trabalho escravo não é visto como contraditório. Prova disso é que a abolição do trabalho escravo, e a transformação deste em trabalho assalariado não trouxe mudança significativa na estrutura econômica, baseada na grande propriedade agrária, mantendo o ritmo produtivo sem modificações essenciais. Para Caio Prado Júnior, o impulso das forças produtivas, tão logo se deu a abolição do trabalho servil, é uma prova de que o capitalismo encontrou, no Brasil, o terreno franqueado para elas. Como exemplo ele cita o caso da lavoura e produção cafeeira, que, apesar da confusão momentânea devido à mudança brusca do regime, vai se expandir consideravelmente.

Portanto, ao refutar com veemência a tese da existência de formas feudais de produção, Prado Jr. coloca-se no outro extremo, sem procurar aprofundar o estudo no rumo de uma nova abordagem histórica. Ou por ter plena convicção da veracidade de suas idéias, pautada na oposição ao feudalismo brasileiro, ou porque também ele não conseguia fugir das avaliações comuns aos intelectuais da esquerda marxista da época, marcada pelo esquematismo dogmático que impedia que se pudesse perceber a existência de formações sociais diferentes daquela sequência exaustivamente comum nos compêndios e manuais marxistas, e que, mecanicamente caracterizava o materialismo histórico e dialético - escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo.



Será que podemos chamar a classe dos senhores de engenho, dos grandes donos de terra, de burguesia?

A convicção que ele poderia ter, e é evidente que tinha, dado à firmeza de seus argumentos, esbarra em contradições, ou até mesmo em indagações que sua teoria não responde. Um dos aspectos refere-se à classe social dominante. A existência de relações de produção capitalistas, pressupõe que existe uma classe

social dominante, que se apropria daquela produção. Mesmo no período em que vigorou o capitalismo mercantil, o lucro, gerado das relações comerciais era apropriado por uma classe específica: A burguesia mercantil. Se partimos do pressuposto que as relações existentes no Brasil, desde o período colonial, eram capitalistas, temos também de admitir que existia uma classe burguesa, a era essa a classe social dominante. Será que podemos caracterizar como burguesa a classe dos senhores de engenhos, dos grandes proprietários de terras? E até que ponto pode-se dizer que uma estrutura econômica é capitalista se o desenvolvimento do comércio é prejudicado pela inexistência do trabalho assalariado e fundamentalmente do capital circulante. Sim, porque esse existia em pequena escala, por uma reduzida camada de proprietários, cujos rendimentos não eram investidos aqui, mas sim na aquisição de produtos comprados diretamente das metrópoles.

Uma outra questão, levantada por Guido Mantega, é a da não existência de *mais-valia*, uma vez que Prado Jr. generaliza ao se referir às formas de trabalho, e considerá-las como sendo assalariadas, "(...) não distinguido entre as relações de parceria e outras modalidades de trabalho que não são tipicamente capitalistas, encontráveis na agricultura brasileira e as relações de produção especificamente capitalistas"²⁰.

"No modo de produção capitalista, o capital valoriza-se por meio da *mais-valia*. Assim, a *mais-valia* é a forma específica de exploração do capitalismo e um dos seus principais traços distintivos das demais formas de exploração exercidas nas outras sociedades de classe. Evidentemente, em todas as sociedades de classe ocorre a exploração, porém o que distingue uma sociedade da outra é justamente a forma específica como se dá essa exploração.

A *mais-valia*, assim, qualifica uma forma de exploração bastante diferente da renda fundiária, que é forma de exploração praticada na parceria"²¹.

O modo de produção escravista colonial: Fruto de estudos mais recentes, nos deparamos com uma nova caracterização para a análise da formação econômica e social brasileira. Diferente dos esquematismos tradicionais, uma nova corrente se insere na discussão sobre qual modo de produção vigorou no Brasil, defendendo a tese de que prevaleceu em nosso País um modo de produção escravista colonial, em nada parecido com o escravismo que vigorou na antiguidade. Como principais defensores dessa concepção citamos Jacob Gorender, Décio Saes e Ciro Flamarion Cardoso.

Entretanto, em que pese a aproximação conceitual entre eles, um aspecto deve ser ressaltado. E é o que diferencia mais substancialmente a teorização exposta por Saes, de Gorender e Flamarion Cardoso. Diz respeito à conceituação de modo de produção. Para Décio Saes, Modo de Produção não pode ser definido levando-se em conta meramente a infra-

estrutura (relações de produção, forças produtivas), colocando-se o aspecto econômico como determinante, e desprezando-se os fatores superestruturais, ou simplesmente situando-os como dependentes daquele. Segundo ele é nas particularidades das estruturas jurídico-políticas que se pode estabelecer as diferenças entre o modo de produção escravista antigo, e o moderno²². Essa necessidade de vinculação entre infra-estrutura e superestrutura é um traço marcante na obra da Saes, e um aspecto interessante, uma vez que os teóricos marxistas, invariavelmente, utilizam para conceitualizar modo de produção, algumas citações de Marx que afirmam ser o fator econômico (infra-estrutura), em última instância, o determinante. Mas, determinante, em última instância, não quer dizer que os demais não exerçam influência e possam determinar transformações na própria base. Sobre essa questão Engels se pronuncia numa carta feita a H. Starkengurg: "O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc, baseia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos aqueles reagem entre si e sobre a base econômica. Não é que a situação econômica seja, sozinha, *causa ativa* e que todo o resto seja apenas efeito passivo. Há, porém, interação à base da necessidade econômica, que, *em última instância*, sempre se impõe"²³.

Sem dúvida, o estudo feito por Gorender, e que resultou numa obra volumosa e importante fonte de pesquisa, leva mais em conta a estrutura econômica, sem uma abordagem mais precisa dos aspectos jurídicos e políticos. Estes subordinam-se as relações de produção determinadas pela base econômica, o escravismo colonial, e por sua vinculação necessária com o mercado mundial - via metrópole - e sujeitos às transformações do comércio mercantil.

Situando o Modo de Produção Escravista Colonial, como "historicamente novo", Jacob Gorender refuta as concepções que supunham ter sido transposto as mesmas estruturas econômicas dos conquistadores portugueses. Ao mesmo tempo em que discorda da realização de uma síntese entre aqueles e as formações econômicas que existiam anteriormente à conquista. Para ele "criou-se" aqui no Brasil um "modo de produção de características *novas*, antes desconhecidas na história humana"²⁴. Dependente do mercado metropolitano, o escravismo colonial possuía uma economia natural e a intensificação do comércio não refletiu em desagregação da sua estrutura. Isso se explica pela existência de um mercado externo apropriado, e por ser ele compatível com a finalidade mercantil.

"O significado econômico de colonial, próprio à era iniciada com o mercantilismo, explicita-se, a meu ver, nos seguintes traços principais: 1) economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; 2) troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma for-

te participação de bens de consumo na pauta de importações; 3) fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo”²⁵.

Nesse aspecto, portanto, caracteriza-se mais claramente a diversidade de opiniões entre Gorender e Saes. Ao se referir ao Estado escravista moderno, como um Estado colonial, Saes ressalta, diferentemente de Gorender, que o qualificativo colonial é por ele empregado não para estabelecer certos traços peculiares da infra-estrutura mas “certas características do próprio aparelho de Estado”. Dando portanto a ênfase do colonial num sentido superestrutural²⁶.

Ao conceituar o Estado escravista colonial, Saes afirma tratar-se de um Estado escravista em que estava sujeito ao controle de duas classes dominantes, cujas formações sociais eram bastante distintas. Isso porque o seu aparelho burocrático-militar tanto era constituído pela classe dominante da colônia quanto a da metrópole. Constituindo assim duas formações sociais, uma escravista moderna, que prevalecia nas colônias, e uma feudal onde se desenvolvia o comércio, oriunda da metrópole. “O Estado escravista colonial é, simultaneamente, o Estado das Classes dominantes locais e o Estado das classes dominantes portuguesas”²⁷. Mas em que pese essa teorização diferenciada, ele deixa claro que o modo de produção escravista moderno, foi o dominante no Brasil entre os séculos XVI e XIX. Bem como a estrutura jurídica do período colonial, era, predominantemente, escravista.

Percebe-se, mesmo que num estudo superficial, que apesar da concordância sobre qual modo de produção foi o dominante no Brasil, no período colonial, existem diferenciações entre as análises feitas pelos intelectuais que compõem essa corrente - na qual, além de Flamarion Cardoso que aqui nos referimos sem entrar na discussão de suas idéias, podemos incluir Fernando Novais - que precisam ser melhor estudadas. É visível que em alguns aspectos elas se completam, mas há divergências de fundo em nível da própria teorização tanto sobre o Modo de Produção Escravista Colonial especificamente, como em nível mais geral a respeito da conceituação de Modo de Produção. E, também, a respeito das relações econômica-sociais dominantes.

O mérito maior dessa corrente foi o de fugir, como já me referi, do esquematismo tradicional, e avançar no estudo da formação econômica brasileira, apresentando uma formulação nova, sobre a qual é preciso se debruçar com maior profundidade para um estudo mais detalhado.

Conclusão: Esse estudo carece ainda de uma análise mais aprofundada das diferentes concepções sobre nossa formação econômica. Penso que isso está faltando para que possamos chegar mais perto de nossas raízes. É evidente que não se pode querer uma unanimidade de interpretação, seria utópico, por demais. Mas já podemos ver nesses últimos trabalhos feitos, e eu enfatizaria o de Décio Saes, algumas

questões novas, ou pelo menos abordadas de forma diferente.

É notório, que a conotação que eu procurei dar às observações referentes a cada uma delas, foi menos com um rigor científico e mais com um caráter político-ideológico. Porque essa discussão também demarcou campo nesse aspecto, uma vez que por várias décadas se discutiu na esquerda marxista, da qual fazia parte vários dos intelectuais acima citados, o caráter de nossa formação econômica, a fim de se estabelecer um programa para a revolução socialista aqui no Brasil. A inexistência de estudos mais profundos sobre essa questão levou a que o referencial utilizado fosse as teses elaboradas pelos congressos da Internacional Comunista, cujas interpretações deram margem a equívocos já referidos, e a transposição de modelos que nada tinham a ver com nossa realidade específica, com o processo histórico que viveu a sociedade brasileira.

De tal forma, que teses como a da existência de *restos feudais*²⁸, em nosso País, prevaleceu por muito tempo, exercendo inclusive influência na elaboração de documentos recentes, em que mesmo sem uma referência explícita, isso fica claro na confusão que se faz até hoje ao se destacar o problema da estrutura agrária brasileira. O dogmatismo impedia que se pudesse sair do esquematismo proposto por obras oriundas da União Soviética, optando-se por uma análise mecanicista, embora se insistisse em caracterizá-la como *materialismo histórico e dialético*. Muitas das formulações surgidas então não escapariam, a partir de uma interpretação rigorosa, da denominação de marxismo-positivista.

Ao que parece, nesse campo marxista, fugia-se da referência mais explícita às obras de Marx e Engels, e optava-se por um estilo escolástico. Aí, não podia ser de outra forma, prevalecia as análises *oficiais*. Ao aceitá-la, sem objeções, e o que é mais grave, com transposições de conceitos gerais para realidades distintas, quebrava-se, contraditoriamente, um dos princípios fundamentais do marxismo: a dialética.

“O instrumento de produção é diretamente roubado na pessoa do escravo. Mas neste caso a produção do país, em proveito do qual ele é roubado, deve ser organizada de modo a permitir o trabalho escravo, ou (*como na América do Sul etc*) é necessário criar um modo de produção de acordo com a escravatura”²⁹.

Penso que a partir dessa citação de Marx, contida na Introdução *A Crítica da Economia Política*, pode-se perfeitamente escapar da rigidez com que se colocava a discussão sobre Modo de Produção num referencial pretensamente, ou equivocadamente, marxista. Não há segredos, a dialética materialista, que fundamenta as análises também na história dos homens, jamais abstrai as diferenciações existentes em cada país ou região. Sobre essa questão Engels é bastante claro quando diz: “A teoria histórica de Marx é, em minha opinião, a condição básica de qualquer tática revolucionária *coesa e consequente*; para encon-

trar essa tática, basta aplicar a teoria às condições econômicas e políticas do país em questão (...)"

Mas para isso, é preciso conhecer essas condições (...)"³⁰.

E foi exatamente para combater as concepções mecanicistas, que Marx vai criticar aqueles que transpunham dessa forma suas análises contidas em *O Capital*, especificamente no que se refere ao capítulo sobre a acumulação primitiva (op. cit.). Diz ele que: "(...) eventos de chocante analogia, mas se passando em meios diferentes, levaram a resultados bem diferentes. Estudando à parte cada uma dessas evoluções, encontrar-se-á facilmente a chave desse fenômeno, mas nunca se chegará aí com a chave-mestra de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica"³¹.

ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO é pós-graduado em História das Sociedades Agrárias na Universidade Federal de Goiás.

NOTAS

- (1) CORBISIER, Roland; *Enciclopédia Filosófica*. Civilização Brasileira, 2ª edição, p. 145.
- (2) MANTEGA, Guido; *A Economia Política Brasileira*. Editora Polis/Vozes, 3ª Edição, pp. 20/21.
- (3) É importante ressaltar que, embora Mantega faça referência ao Partido Comunista brasileiro, em 1954, época do V Congresso do PCB, quando as referidas teses começam a ser esboçadas não existia ainda essa denominação, ou essa agremiação partidária. O PCB tinha o seu registro como Partido Comunista do Brasil. Após 1960 é que surge o Partido Comunista Brasileiro, sendo o Partido Comunista do Brasil reorganizado em 1962 com a sigla PCdoB.
- (4) MANTEGA, Guido; *A Economia Política Brasileira*. Op. cit., p. 20.
- (5) Op. cit., p. 88.
- (6) Op. cit., p. 89.
- (7) BOTTOMORE, Tom (org.); *Dicionário do Pensamento Marxista*. Jorge Zahar Editor, p. 373.
- (8) MARX, Karl; *Introdução à Crítica da Economia Política*. Editorial Estampa, Lisboa, 1977, p. 226.
- (9) ANDERSON, Perry; *Linhagens do Estado Absolutista*. Editora Brasiliense, 2ª Edição, 1989, p. 461.
- (10) SWEEZY, Paul e outros; *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Paz e Terra, 1978.
- (11) MARX, Karl; *O Capital*. Liv. I, Vol. II, editora Civilização Brasileira, 6ª Edição, pp. 868/871.
- (12) LÊNIN, V. I.; *Obras Escolhidas*. Vol. 3, editora Alfa-Omega, 1980, pp. 382/384 (II Congresso da Internacional Comunista).
- (13) LÊNIN, V.I.; Op. cit. p. 384.
- (14) Documentos; *Os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista*. I Vol. ed. Maria da Fonte, Lisboa, p. 171.
- (15) MANTEGA, Guido; *A Economia Política Brasileiras*. Op. cit. pp. 145/147.
- (16) "Nestas condições, as principais contradições que, no momento atual, se verificam no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da Nação e, simultaneamente, os restos feudais ao povo brasileiro". Luis Carlos Prestes, Informe do *Balanço do Comitê Central - IV Congresso do PCB*, publicado em *Problemas*, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, p. 60 (citado por MANTEGA, op. cit. p. 162).

- (17) PRADO JR., Caio; *A Revolução Brasileira*, op. cit. p. 66.
- (18) Programa da Internacional Comunista e Estatutos. Edições Maria da Fonte, Lisboa, p. 78.
- (19) PRADO JR., Caio; *A Revolução Brasileira*. op. cit.
- (20) MANTEGA, Guido; *A Economia Política Brasileira*. op. cit.
- (21) MANTEGA, Guido; Op. cit. pp. 252/253.
- (22) SAES, Décio; *A Formação do Estado Burguês no Brasil*. Ed. Paz e Terra, 2ª edição, pp. 68/69.
- (23) Carta de Engels a H. Stakenburg, 1894, in Florestan Fernandes (org.) *Marx/Engels - História*. Ed. Ática, p. 469.
- (24) GORENDER, Jacob; *O Escravismo Colonial*. ed. Ática, 5ª edição, pp. 40/41.
- (25) GORENDER, Jacob; Op. cit. p.163.
- (26) SAES, Décio; *A Formação do Estado Burguês*. op. cit. p. 89.
- (27) SAES, Décio; Op. cit. pp. 92/93.
- (28) Vide a respeito, as obras de: Alberto Passos Guimarães, *Quatro Séculos de Latifúndio*. Ed. Paz e Terra, 4ª edição, e Nelson W. Sodré, *História da Burguesia Brasileira*. Ed. Civilização Brasileira, 1976.
- (29) MARX, Karl; *Introdução à Crítica da Economia Política in Contribuição Para a Crítica da Economia Política*. 5ª edição, Editorial Estampa, p. 227.
- (30) ENGELS, F.; *Carta a V.I. Zassulitch*, in FLORESTAN, Fernandes. *Marx/Engels - Textos*, Op. cit.
- (31) ENGELS, F.; *Carta a Redação da Otetschestwennyje Sapiski*, in FLORESTAN, Fernandes. *Marx/Engels - Textos*, Op. cit.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry; *Linhagens do Estado Absolutista*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2ª ed. 1989.
- BOTTOMORE, Tom; *Dicionário do Pensamento Marxista*. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 2ª ed.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor P.; *Os Métodos da História*. Edições Graal Ltda., Rio de Janeiro, 4ª ed.
- CORBISIER, Roland; *Enciclopédia Filosófica*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2ª ed., 1987.
- Documentos; *Os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista*. I vol. Ed. Maria da Fonte, Lisboa.
- FERNANDES, Florestan; *A Revolução Burguesa no Brasil*. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1987.
- FURTADO, Celso; *Marx/Engels - História*. Editora Ática, São Paulo, 1983.
- _____; *Formação Econômica do Brasil*. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 17ª ed., 1980.
- GORENDER, Jacob; *O Escravismo Colonial*. Editora Ática, São Paulo, 5ª ed., 1988.
- GUIMARAES, Alberto Passos; *Quatro Séculos de Latifúndio*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 4ª ed., 1977.
- LÊNIN, V. I.; *Obras Escolhidas - vol. 3*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1980.
- MANTEGA, Guido; *A Economia Política Brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro, Polis/Vozes, 3ª ed., 1985.
- MARX, Karl; *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Editorial Estampa, Lisboa, 5ª ed., 1977.
- _____; *O Capital*, Livro I, vol. II. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 6ª ed., 1980.
- MAZZEO, Antonio Carlos; *Estado e Burguesia no Brasil*. Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1989.
- NOVAES, Fernando A.; *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. ed. Hucitec, São Paulo. 2ª Ed., 1983.
- PRADO JÚNIOR, Caio; *A Revolução Brasileira*. Editora Brasiliense, São Paulo. 7ª ed., 1977.
- SWEEZY, Paul e outros; *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.

Luiz Medeiros e seu “sindicalismo de negócios”

BERNARDO JOFFILY

O chamado sindicalismo de resultados é uma forma específica de sindicalismo burguês. Só pode ser compreendido, combatido e vencido a partir dessa especificidade

•42•

Em 1981, o Brasil já era um País industrial de desenvolvimento médio. Vivia seu terceiro ano com Figueiredo e sua primeira recessão econômica em 16 anos. As demissões se sucediam aos milhares. Em maio, estourava a bomba do Riocentro, que a ditadura engoliu e encobriu. Em julho, Joaquim dos Santos Andrade reelegia-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que na época ainda eram 425 mil. O PCB, que apoiava Joaquinzão, indicou para a primeira secretaria da entidade um militante desconhecido da categoria.

O estreante precisou até *esquentar a carteira* para ter condições de entrar na chapa. A direção da empresa Gradiente, num gesto de boa-vontade, registrou-o como preparador de máquinas. Seu nome: Luiz Antônio de Medeiros. Na eleição seguinte, em 1984, Medeiros, já afastado do PCB, passou a vice de Joaquinzão. Na de 1987, encabeçou a chapa da situação. Em pouco tempo, patrões e trabalhadores, governo e imprensa se davam conta de que não foi uma simples troca de nomes. Uma nova proposta se apresentava no universo sindical brasileiro.

“Eu acredito num sindicalismo de resultados”, afirmou Medeiros (em entrevista ao *Estado de S. Paulo* de 5 de junho, uma semana antes da eleição de 1987), cunhando o termo que designaria sua corrente sindical. Na mesma entrevista, ele se explicou melhor: “Desde que saia um acordo bom para os trabalhadores, não interessa se ele foi conseguido por abraços com Mário Amato ou por uma greve de 40 dias”.

Mais tarde Medeiros renegaria o nome; diria que prefere “sindicalismo de conquistas”. Já seus adversários traduziriam do inglês a expressão *business union*, denunciando o que chamavam *sindicalismo de negócios* (adiante veremos que a denúncia tem seu

fundamento). Mas o que importa não é o rótulo e sim o conteúdo que ele encerra: uma corrente distinta das que o sindicalismo brasileiro conheceu anteriormente.

Ela se opõe ao *sindicato combativo*, que vem da estirpe anarquista-comunista e nos anos 80 passa a aglutinar-se na CUT. Mas difere também do *sindicato pelego*, oficialista, burocratizado, acomodado e inerte, que se firmou sobretudo a partir da política trabalhista de Getúlio Vargas e formou o esquema de sustentação sindical da ditadura militar.



Medeiros se aproxima do sindicalista “de resultados” em estado puro; é o paradigma da espécie

A nova corrente sindical não surge apenas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo nem tem em Luiz Medeiros o seu único líder. Aparece também em outras entidades, com destaque para o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo sob a direção de Antonio Rogério Magri.

Magri, um ex-operário da Eletropaulo, já na década de 70 apresenta-se como representante do Iadesil, instituto de estudos ligado à central internacional dos sindicatos *livres*, a Ciolos-Orit. Nessa qualidade, encaminha vários sindicalistas brasileiros para cursos de formação sindical da Ciosl-Orit e da central norte-americana AFL-CIO.

Nos anos 80, Magri rivaliza com Medeiros na apologia do *sindicalismo de resultados*, com espaço garantido na grande imprensa. “Não vejo o sindicato como um processo de revolução para tomar o poder”, afirma à *Folha de S. Paulo*, em agosto de 1987, “mas

sim como órgão para desenvolver o capitalismo”. Defende e representa o *sindicalismo de resultados* também na sua entidade e nas articulações intersindicais. É em nome dele que assume a presidência da CGT, em 1989, num golpe de mão que inclui cadeiradas e desbanca do cargo o velho Joaquinção. É também nessa qualidade que assume, em março de 1990, o cargo de ministro do Trabalho e da Previdência Social do governo Fernando Collor.

Contudo, o primeiro ministro operário da história do Brasil rapidamente se desqualifica como defensor do que quer que seja. A imprensa (mal agradecida!) faz dele uma espécie de bobo da corte de Collor, incompetente, preguiçoso, notável apenas por seus pitorescos erros gramaticais. Magri deixa o Ministério ao fim de dois anos, já sem nenhum poder real. Sua última trapalhada é uma fita gravada onde confessa, candidamente, ter aceito um suborno de 30 mil dólares - pouco mais que uma gorjeta, comparada com as milionárias *caixinhas* do governo que compunha, porém mais do que o suficiente para desmoralizá-lo definitivamente.

A verdade é que, por essas e outras, nem Magri, nem qualquer outro compara-se a Luiz Antônio de Medeiros como expoente do *sindicalismo de resultados*. Medeiros é o que mais se aproxima do sindicalista *de resultados* em estado puro, o paradigma da espécie.

A diferenciação entre o velho peleguismo e o *sindicalismo de resultados* pode ser acompanhada ao vivo no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ao longo dos anos 80: a política e a prática da entidade mudam qualitativamente. No início, o maior sindicato da América Latina é tido como o exemplo clássico, a principal cidadela e o símbolo número um do peleguismo. Esse quadro muda: pouco a pouco, sem vitória da oposição sindical nem rupturas maiores dentro da situação, mas nitidamente.

A mudança no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi além de uma mera *reciclagem* ou *modernização*



O Sindicato começa a assumir e até puxar greves por fábrica, embora evite greves por categoria e repudie greves gerais. Os diretores são forçados a deixar suas salas na sede da rua do Carmo e enfrentar as madrugadas nas portas de fábrica; quem não aceita o novo ritmo é descartado. A imprensa da entidade sofre uma reformulação geral, assim como o relacionamento com a mídia. Cria-se também uma base organizada de ativistas nas fábricas, no início chamados *Décio-Malhos* (referência a um personagem

do jornal *O Metalúrgico*), mais tarde *delegados sindicais*, ainda que sejam indicados e não eleitos. A formação passa a ser priorizada, com abundantes cursos regulares, ministrados no sítio da entidade. O número de sócios quites com o Sindicato sobe, apesar da redução do número de trabalhadores na base: 47 mil em 1984; 78 mil em 1987; e mais de 100 mil em 1990. O discurso da diretoria também muda substancialmente.

Num primeiro momento, a mudança é vista como uma *modernização* ou *reciclagem* do velho peleguismo. É um ponto de vista compreensível, já que a nova tendência surge de dentro do peleguismo e em aliança com ele. O tempo, porém, se encarregará de mostrar que a mudança vai muito além de uma simples *reciclagem*.

A diferença se cristaliza com a fundação da



Central de Luiz Medeiros, a Força Sindical, no Memorial da América Latina, São Paulo, entre 8 e 10 de março de 1991.

Até então, a política intersindical da corrente de Medeiros é sinuosa. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo participa da fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores, a CGT, em 1986, e inclusive coloca Joaquinção na sua presidência. Mas não se filia à CGT; permanece *independente*, correndo por fora. A decisão de formar uma central *própria* surge mais adiante, no auge da maré neoliberal, internacionalmente, com a crise da URSS e do Leste, e no Brasil, com o governo Collor, apoiado por Medeiros. Coincide também com o desgaste da CGT, devido ao papelão de Magri no ministério collorido.

O congresso de fundação da Força Sindical registra formalmente a participação de 1.793 delegados, de 783 sindicatos, números nitidamente hipertrofiados. Na verdade, a Força nasce bem mais fraca que a CUT e a CGT, num movimento sindical já ocupado a anos por outras centrais. Calcula-se que tenha três a quatro centenas de entidades aderentes, com forte concentração em São Paulo (45% dos delegados no congresso de fundação), presença rarefeita no setor público e quase inexistente nos de bancários e trabalhadores rurais. Afora o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, destaca-se a adesão dos Sindicatos dos

Metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e São Caetano do Sul (todos da Grande São Paulo), assim como da Federação dos Trabalhadores da Alimentação de São Paulo (que fica com a vice-presidência da central).

É uma representação precária. Fica longe da CUT, com seus quase 2 mil sindicatos, razoavelmente bem distribuídos por todas as unidades da Federação e todos os ramos de produção, inclusive na área rural. Não se aproxima sequer da CGT - Confederação, que proclama ter 1.200 entidades filiadas, com base num forte esquema de sustentação em Confederações Nacionais (Indústria, Transporte Terrestre, Estabelecimentos de Crédito).

**Um tipo de sindicato
mais parece uma
repartição pública;
o outro imita uma
empresa privada...**



Consciente dessa fragilidade, a Força Sindical não se propõe o perfil de uma central sindical na plena acepção da palavra. Dá pouca atenção à filiação de entidades e possui uma vida interna reduzida, mais apoiada em assessores profissionais. Funciona mais como corrente de opinião. Conta para isso com os favores da mídia. Mas não é só isso.

A Força rapidamente se firmou como principal pólo de resistência à CUT. E não promove uma resistência passiva, como o peleguismo clássico, que perdeu sucessivas posições no cenário sindical brasileiro, a partir dos anos 70 e sobretudo no início dos anos 80. Ela vai à luta e organiza movimentos de oposição ali onde não conta com a direção da entidade. Em 1992 chegou a colher um par de vitórias, arrebatando à CUT sindicatos de razoável importância - Metalúrgicos de Volta Redonda e Aeroviários de São Paulo.

Mas o principal trunfo do *sindicalismo de resultados*, que lhe confere poder de fogo e viabiliza a Força Sindical, continua a ser, de longe, o controle do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. E este controle vem se consolidando, ano após ano, até se transformar numa hegemonia esmagadora e assustadora. O leitor interessado no tema encontrará, como apêndice deste artigo, um quadro sintético da disposição de forças e do resultado das eleições dos metalúrgicos de São Paulo nos últimos quinze anos. Mas basta o gráfico para dar a dimensão do fenômeno.

Depois dos retumbantes 82,6% obtidos por Medeiros nas últimas eleições (março de 1993), concorrendo com duas chapas adversárias, impõe-se uma conclusão: o posto de oposição nos metalúrgicos de São Paulo está vago. Mas quem se candidatar a ele precisará substituir o discurso da denúncia do peleguismo por outro, capaz de revelar a essência antioperária do *sindicalismo de resultados*.

O *sindicalismo de resultados* compartilha com o peleguismo a mesma matriz essencial burguesa. Mas constrói a partir dela uma concepção e uma prática diferentes, que configuram uma corrente sindical

distinta, com perfil próprio. As diferenças são sensíveis.

O peleguismo, pelo menos no Brasil, nunca chegou a construir uma teoria, uma doutrina, um corpo de idéias assumido e coerente. É antes de mais nada um tipo de prática sindical. Já o *sindicalismo de resultados* tem pelo menos uma ambição doutrinária. Pensa, produz teoricamente, atenta para a formação de seus ativistas e quadros. Propõe-se a enfrentar e a vencer o sindicalismo combativo tanto no campo da prática como no das idéias.

Outra diferença básica está na postura diante da política. O peleguismo clássico, naturalmente, faz política; mas adota em relação a ela um discurso de distanciamento quando não de hostilidade. Circunscreve sua ação à esfera sindical no seu sentido mais estrito e acanhado - a relação contratual entre patrões e empregados dentro da sua categoria. O *sindicalismo de resultados* conserva do peleguismo a aversão ao engajamento partidário; repudia com ênfase o *partidarismo inconseqüente* que atribui a seus adversários de esquerda. Mas ao contrário do peleguismo proclama que o movimento sindical pode e deve fazer política. A Força Sindical chegou mesmo a encomendar a Antônio Kandir, à frente de numerosa equipe, o livro *Um Projeto para o Brasil*.

O alentado volume de 654 páginas, lançado em junho de 1993, contém respostas para tudo, do papel das Forças Armadas ao sistema fiscal. A bem da verdade, não é obra da Força. Percebe-se nele a inconfundível marca de Kandir, um professor de economia que especializou-se em redigir projetos por encomenda, inclusive o *projeto* que aprontou, no início de 1992, para o governo Collor. Mas é sintomático que a Força tenha contratado os serviços do professor Kandir, que não devem custar barato. E Medeiros assina uma introdução onde deixa claro: "Acreditamos que uma central sindical moderna e representativa deve estender sua atenção ao conjunto dos problemas relacionados com a crise que o País atravessa e sua correlação com o resto do mundo".

Uma terceira diferença está na atitude diante do Estado. O sindicalismo pelego está intimamente atrelado ao aparelho estatal. Cresce à sombra do Ministério do Trabalho, do *estatuto-padrão*, das interferências da Justiça do Trabalho, do Imposto Sindical. Para proteger-se, conta com as cassações e intervenções. Com sua atmosfera poeirenta e mofada, mais parece uma repartição pública.

O *sindicalismo de resultados*, ao contrário, nasce sob o estandarte neoliberal do Estado mínimo, das privatizações e da desregulamentação. Proclama sua adesão à liberdade e autonomia sindical, na forma da Convenção 87 da OIT, inclusive o pluri-sindicalismo. Na sua própria organização e atividade, valoriza a *eficiência*, a *competitividade* e a *modernidade* tão caras ao neoliberalismo. Se o sindicato pelego parece uma repartição pública, o *de resultados* imita uma empresa privada.

Nenhuma dessas diferenças faz com que o *sindicalismo de resultados* seja melhor, ou menos

pior, que o peleguismo. Pelo contrário. Por sua plataforma e sua prática, ele pode ser considerado uma variante radical do peleguismo, ainda mais traiçoeira e peçonhenta.

No sindicato pelego, o aburguesamento se processa pela via do acomodamento, da burocratização, da corrupção pessoal e institucional. No sindicato *de resultados* podem ocorrer e ocorrem manifestações desse tipo, já que, como vimos, as duas correntes partilham a mesma essência de classe e brotam historicamente do mesmo tronco. Mas a adesão à burguesia vai mais fundo, assumindo uma feição ideológica, política e programática. O sindicalista *de resultados* é um militante, um propagandista, um agitador e um organizador da causa do capitalismo.

Pior ainda: das diversas escolas do pensamento econômico, social e político burguês ele abraça a mais extremada e cínica, a do neoliberalismo. O professor Kandir se encarregou de sistematizá-la, com exuberância de detalhes, no *Projeto da Força Sindical para o Brasil*. E não se trata de uma opção acadêmica. A prática segue à risca a doutrina escolhida. Basta ver a curta mas coerente trajetória política do *sindicalismo de resultados*. Ela começa pela pressão sobre a Assembléia Constituinte de 1987-88, *contra* a redução da jornada de trabalho e a estabilidade no emprego. Passa pelo apoio a Fernando Collor no primeiro e segundo turnos da eleição presidencial de 1989. Prossegue com a sustentação de Collor, e, quando o afastamento do presidente já era inevitável, com a manifestação *pelo impeachment desde que as reformas colloridas fossem mantidas*. Mantém-se no governo Itamar, com a tentativa de viabilizar o *Movimento Decola-Brasil*. E vai até o presente engajamento na Revisão Constitucional conservadora, que foi a grande bandeira política do 2º Congresso da Força Sindical, entre os dias 13 e 15 de setembro último.

**Medeiros teoriza:
o sindicato como
“fator do mercado”
que “faz parte da
reprodução capitalista”**



Já se observou que o sindicalismo do dito *de resultados* tem uma *visão mercantil* da luta salarial e sindical. Na doutrina de Luiz Medeiros, essa tendência, presente em outras correntes sindicais de matriz burguesa, alcança sua apoteose e ganha o *status* de elemento básico. “O sindicato é um fator do mercado”, diz Medeiros (*Folha de S. Paulo*, 20 de agosto de 1987). E adiante, explicando melhor: “Todo sindicato que se preza faz parte da reprodução capitalista. Porque, qual é o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível”.

Como quase toda grande mentira, essa tese se escora numa meia-verdade. De fato, no capitalismo a força de trabalho transforma-se em mercadoria, submetida às mesmas leis gerais que regem o mercado como um todo. O salário é o seu preço. Uma contratação de mão-de-obra é um tipo de contrato de compra e

venda. O trabalhador *livre* (livre inclusive da propriedade dos meios de produção) sobrevive vendendo a capacidade de sua mente e de seus braços, durante tantas horas por dia, em troca do dinheiro que lhe permite, quando permite, a sobrevivência.

Ocorre que o mercado não é o que parece. As relações mercantis, na sua essência, são relações sociais, entre homens, grupos, classes sociais. Mas na sua aparência dão a ilusão de relações entre coisas, as mercadorias. No primeiro capítulo de *O Capital*, Marx estudou esse fenômeno, que chamou *fetichismo da mercadoria*, uma espécie de *coisificação* aparente, que oculta o verdadeiro conteúdo das relações mercantis.

O *sindicalismo de resultados*, pelo contrário, eleva ao grau máximo o fetichismo. Na sua reverência quase supersticiosa pelo mercado, vai ainda mais longe, proclamando um dogma absurdo quando afirma que não só o salário mas também “(...) o sindicato é um fator de mercado”. Pobres dos sindicatos e infelizes dos trabalhadores se assim fosse!

Enquanto simples mercadoria, a força de trabalho, em todos os países capitalistas caracteriza-se permanentemente (exceto em situações de pleno emprego, raríssimas e fugazes), pela oferta maior que a procura. Todos os assalariados, mais os desempregados, concorrem entre si para vender sua força de trabalho no mercado de trabalho e precisam obrigatoriamente encontrar um comprador, sob pena de não terem como ganhar seu pão. O grande número, aqui, é um fator *contrário* aos trabalhadores. Divididos pela concorrência, estes tendem, pela lógica do mercado, a cair em condições de existência ainda piores que as dos antigos escravos.

“Os sindicatos nasceram”, relata Marx, nas Resoluções do Congresso da I Internacional, em 1866, “dos esforços espontâneos dos operários para impedir ou ao menos atenuar as consequências da concorrência feita entre os próprios operários”. Quer dizer: nasceram precisamente para *impedir* a livre ação das forças do mercado. Ninguém agüenta levar o *fetichismo da mercadoria* ao extremo desejado por Medeiros, mais ainda quando se trata da mercadoria-força de trabalho, indissociável da figura do ser humano-trabalhador. Tanto assim que a maioria das associações que surgiram na pré-história do sindicalismo eram caixas de socorro e de assistência mútua: desde o início, ainda que primitivas e limitadas, tinham a marca da união entre homens em luta, não de simples *agentes* do mercado.

É este caráter, transformado em consciência, que forma a base do sindicalismo classista, o antípoda do *sindicalismo de resultados*. Ele inscreve em sua bandeira as palavras do Congresso da I Internacional: “Se os sindicatos são indispensáveis na guerra de escaramuças entre o trabalho e o capital, são mais importantes ainda como força organizada para suprimir e substituir o sistema do trabalho assalariado”.

Apêndice

A seguir, um quadro sintético da disposição de forças e do resultado de seis eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entre 1978 e 1993. Em 1967 e 1972 também se apresentaram chapas de oposição, tendo Waldemar Rossi como candidato a presidente. Tiveram, respectivamente, 40% e 22% dos votos.

1978

A Chapa 1, da situação, é encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade, na presidência do Sindicato desde 1965. A Chapa 2, *Renovação*, tem à frente Cândido Hilário Garcia, o Bigode e é apoiada pelo então PCB. Anísio Batista de Oliveira, mais tarde deputado estadual pelo PT, encabeça a Chapa 3, *Oposição*, reunindo desde o leque das futuras tendências do PT até o PCdoB e o MR-8. Há 49.020 metalúrgicos em condições de votar. A apuração é interrompida pelo procurador da Justiça do Trabalho, após a contagem de 36.538 votos, devido a evidências de fraude.

Votantes	44.809
Chapa 1	24.551
Chapa 2	3.289
Chapa 3	7.378

1981

Joaquinzão encabeça novamente a Chapa 1, que inclui também o Bigode, do PCB, e o Bira (Ubiraci Dantas), do MR-8, que integrou a Chapa 3 em 1978. Waldemar Rossi, expoente da Pastoral Operária, encabeçador da oposição em 1967 e 1972, concorre à presidência pela chapa 2, que adota o nome de *Santo Dias* (o vice da Chapa 3 de 1978, assassinado pela PM em 79). A hegemonia na chapa 2 cabe ao Momsp (Movimento de Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo). Aurélio Peres, deputado federal, está à frente da chapa 3, *União Metalúrgica*, lançada pelo PCdoB. Há 54.273 trabalhadores em condições de votar. Diante do resultado do 1º escrutínio, a Chapa 3 entra na campanha da 2.

1º escrutínio (votação geral)	
Votantes	46.175
Chapa 1	21.303
Chapa 2	15.456
Chapa 3	7.094
1º escrutínio (votos nas fábricas)	
Chapa 1	15.354
Chapa 2	13.901
Chapa 3	6.303
2º escrutínio (votação geral)	
Votantes	45.304
Chapa 1	22.697
Chapa 2	20.293
Chapa 3	741
2º escrutínio (votos nas fábricas)	
Chapa 1	16.698
Chapa 2	18.525
Chapa 3	667

1984

Joaquinzão encabeça pela última vez a chapa 1, da situação. Dentro dela, o PCB se desagrega; parte de sua militância marchará para o PDT (Walter Schiavon e outros), enquanto Medeiros proclama-se *independente*. A Chapa 1 inclui ainda o MR-8 (Bira) e o PCdoB (Vital Nolasco, Neleu Alves) e um setor ligado à Igreja (Juruna). A chapa 2 tem à frente Hélio Bombardi, da Pastoral Operária, e unifica as diferentes tendências que na época formam o PT e a CUT, com peso maior para o Momsp. O número de metalúrgicos em condições de votar cai para 47.848.

1º escrutínio (votação geral)	
Votantes	42.774
Chapa 1	22.516
Chapa 2	18.915
1º escrutínio (votos nas fábricas)	
Chapa 1	15.116
Chapa 2	16.739
2º escrutínio (votação geral)	

Chapa 1	22.462
Chapa 2	19.341
2º escrutínio (votos nas fábricas)	
Chapa 1	14.546
Chapa 2	17.320

1987

Dessa vez Medeiros encabeça a chapa da situação, com apoio de Joaquinzão e do MR-8. Mas enfrenta dissidência de um terço da diretoria eleita em 1984: seis diretores do PDT, dois do PCdoB e um do PCB. Estes somam-se à Articulação Sindical, na chapa 2, a *Chapa dos Metalúrgicos*, encabeçada por Lúcio Belantani, da Articulação. O Momsp e outros setores minoritários do PT e da CUT lançam a chapa 3, *Metalúrgicos da CUT*, propondo Carlúcio Santana para presidente. Há cerca de 78 mil trabalhadores em condições de votar. Frente ao quadro do primeiro escrutínio, a chapa 3 se retira em apoio à chapa 2.

1º escrutínio (votação geral)	
Votantes	64.000 (nº aproximado)
Chapa 1	30.086
Chapa 2	19.171
Chapa 3	14.879
1º escrutínio (votos nas fábricas)	
Chapa 1	24.298
Chapa 2	18.799
Chapa 3	14.633
2º escrutínio (votação geral)	
Chapa 1	33.790
Chapa 2	25.858
2º escrutínio (votos nas fábricas)	
Chapa 1	26.949
Chapa 2	24.837

1990

Medeiros encabeça outra vez a chapa 1, entre as organizações consideradas de esquerda, conta apenas com o MR-8, que expulsará da diretoria poucos meses mais tarde. Mas conta com a adesão de Lúcio Belantani, que encabeçou a chapa 2 em 1987 e dessa vez declara-se *neutro* mas trabalha discretamente pela situação. Beneficia-se também da expectativa criada por Collor, eleito com apoio de Medeiros, que toma posse uma semana antes da eleição metalúrgica. A chapa 2, *Oposição, Unidade e Luta*, é escolhida em convenção onde o Momsp tem maioria absoluta, indicando o encabeçador, Chico Gordo, deputado estadual do PT. Corrente Sindical Classista (PCdoB), Articulação e outras correntes também participam. Os metalúrgicos em condições de votar sobem a 100.877. A chapa 1 vence já no 1º escrutínio.

1º escrutínio (votação geral)	
Votantes	82.177
Chapa 1	60.160
Chapa 2	16.991
1º escrutínio (votos nas fábricas)	
Chapa 1	52.271
Chapa 2	16.337

1993

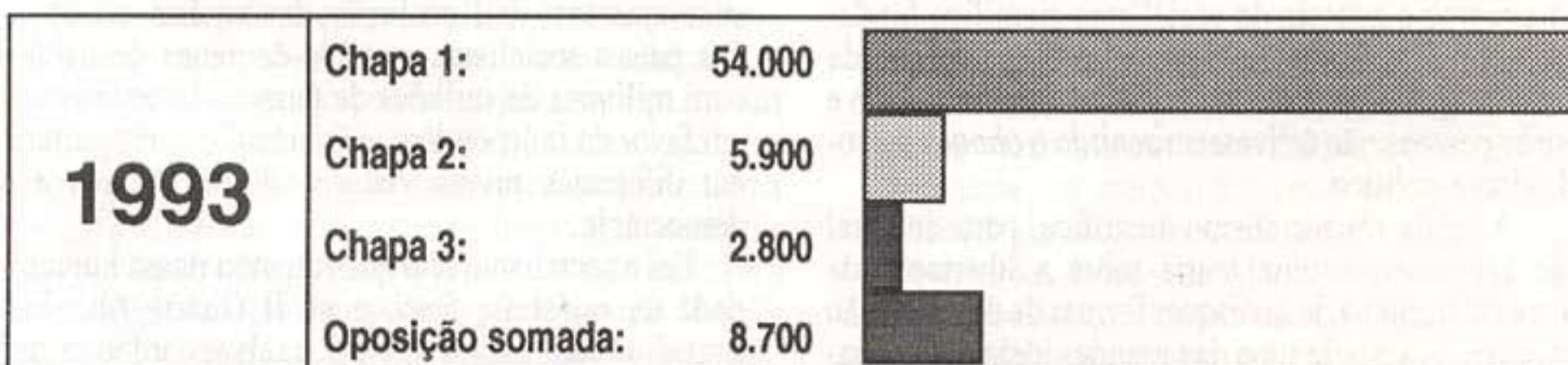
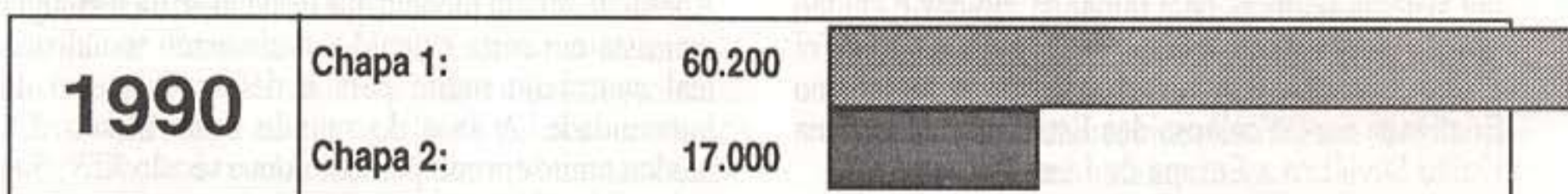
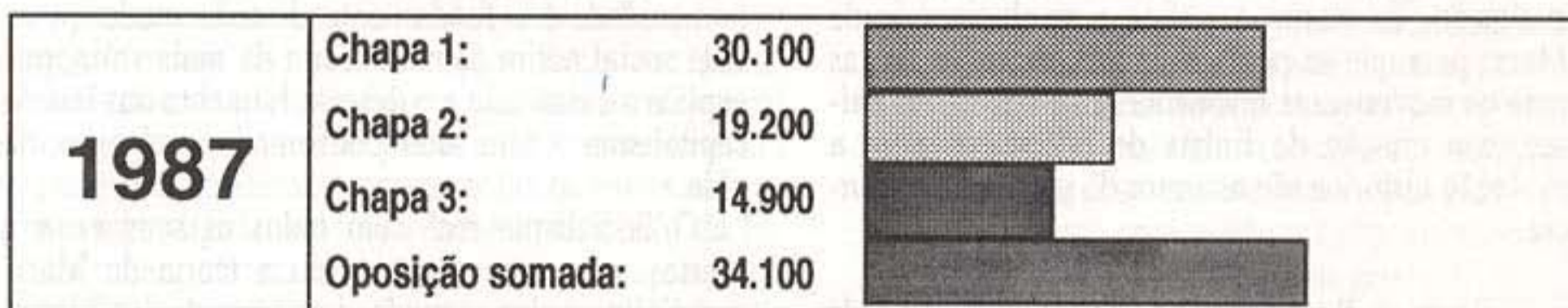
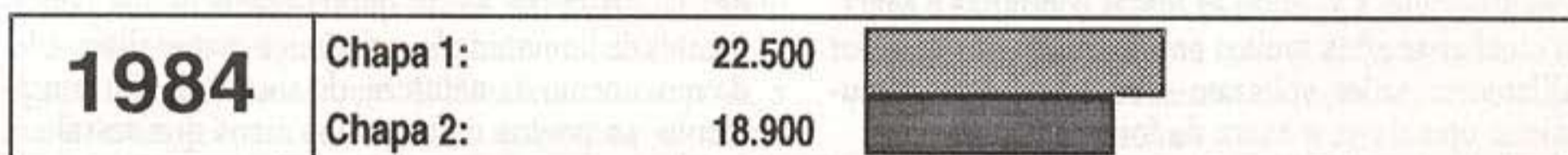
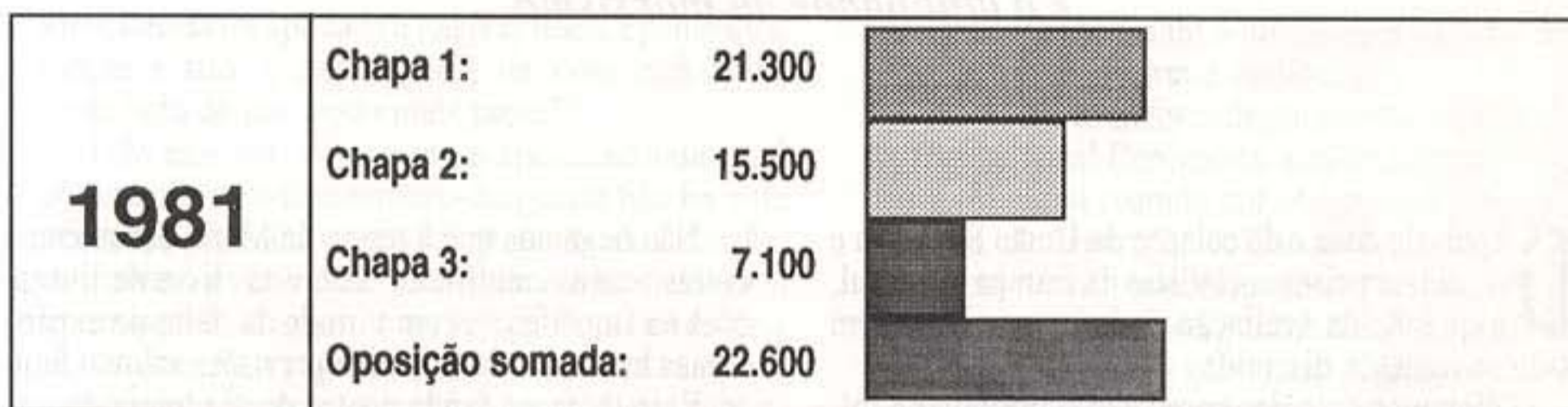
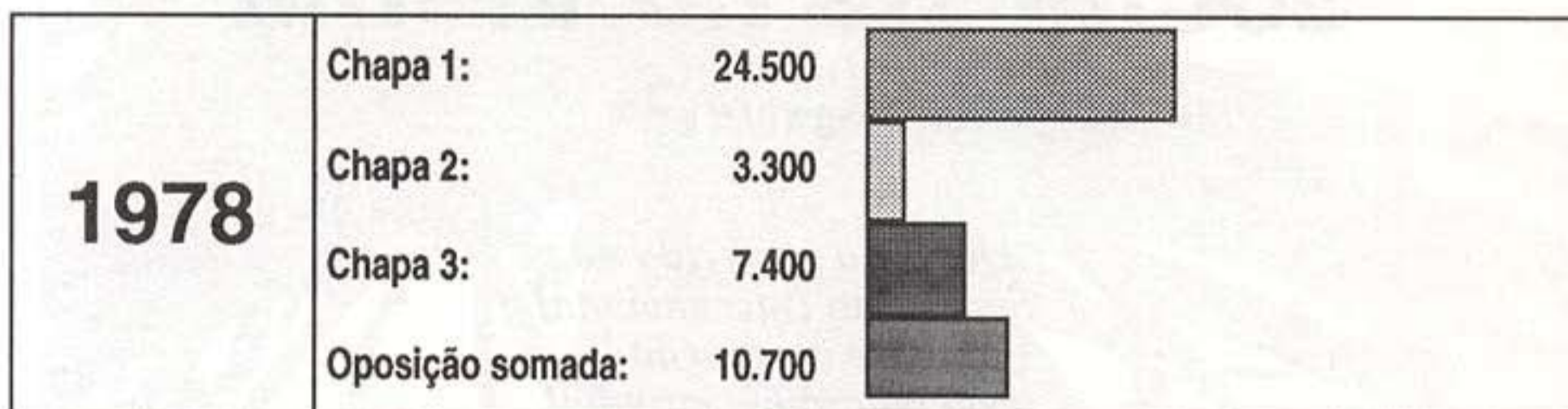
A chapa 1, mais uma vez com Medeiros na cabeça, e com a participação de Lúcio, concorre pela primeira vez sob a bandeira da Força Sindical. Pela primeira vez desde 1978 não tem o apoio de qualquer organização do arco de esquerda. A chapa 2 é definida em negociações em que a Articulação Sindical indica o encabeçador (Mauro Farabotti). Participam também o Momsp, CSC e outras tendências do campo da CUT. O MR-8 lança a chapa 3, encabeçada pelo Bira, que foi secretário-geral da entidade antes de ser expurgado por Medeiros.

1º escrutínio (votação geral)	
Votantes	65.420
Chapa 1	54.013
Chapa 2	5.946
Chapa 3	2.819
1º escrutínio (votos nas fábricas)	
Chapa 1	44.755
Chapa 2	5.591
Chapa 3	2.490

Há vagas para oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

Os resultados das eleições no maior sindicato da América Latina, ano a ano. A oposição somada chegou até a ser maioria. Depois, começou a cair.

Obs: estão registrados apenas os números do 1º escrutínio, mais significativos para o tema em pauta



A teoria de Karl Marx e o processo de renovação socialista no Vietnã

DANG XUAN KY

Discurso proferido no Seminário Internacional sobre a situação contemporânea mundial e a atualidade do marxismo

Depois da crise e do colapso da União Soviética e de outros países socialistas da Europa Oriental, a questão da avaliação do legado de Marx tem sido novamente discutida.

Diferentemente das crises que ocorreram no início do século XX, entre as forças contrárias a Marx, a atual crise afeta muitos antigos marxistas que, por diferentes razões, voltaram-se contra os ideais comunistas opondo-se a Marx da forma mais vil.

Porém, a análise da situação atual, junto com a avaliação da teoria científica e revolucionária de Marx, para que se possa tirar as lições necessárias para os movimentos revolucionários dos vários países, e a criação de linhas de orientação para a evolução histórica são assuntos de grande importância.

1. Pode-se dizer que nunca houve um colapso de um sistema político com tamanha rapidez e em tão grande escala. *Teria a história chegado ao fim?* Foi a luta histórica entre o capitalismo e socialismo finalizada com o colapso dos Estados socialistas na União Soviética e Europa do Leste?

Não teria sido tão fácil negar a vitalidade do marxismo e a teoria do socialismo científico fundados por Karl Marx, se o processo de percepção da história pelas pessoas não tivesse sido manipulado e se as pessoas não estivessem sentido o choque psicológico e político.

A teoria do socialismo científico, parte integral do Marxismo - uma teoria sobre a libertação da espécie humana de quaisquer formas de degeneração e opressão é ainda uma das grandes idéias da humanidade.

Não negamos que a teoria de Marx, assim como outras teorias científicas, não está livre de limitações ou imperfeições em virtude da falta de experiências históricas ou acuradas previsões sobre o futuro. Entretanto, os fundamentos de sua teoria, baseados na cristalização da quinta-essência dos pensamentos da humanidade, a dialética materialista, a lei do movimento da natureza, da sociedade, do pensamento, os pontos de vista históricos que ressaltam que o modo de produção da riqueza material da humanidade é o fundamento de toda mudança na vida social assim como a teoria da mais valia, que explica a existência e o desenvolvimento das leis do capitalismo - têm sido confirmados pela própria vida.

O Socialismo real com todos os seus erros e acertos tem certa relação com a teoria de Marx, especialmente no período da época do leninismo. Apesar de ser um modelo que desviou-se da ideologia marxista em certa extensão, o chamado socialismo real contribuiu muito para o desenvolvimento da humanidade. A face do mundo neste século XX mudou muito em comparação com o século XIX. Sob a luz ideológica do marxismo, aproveitando o encorajamento da Revolução de Outubro e o apoio dos países socialistas, quando centenas de nações com milhares de milhões de pessoas levantaram-se em favor da independência nacional e conseguiram, em diferentes níveis, obter o direito à vida e à democracia.

Foi o socialismo real que resgatou nossa humanidade da catástrofe fascista na II Guerra Mundial, impediu uma guerra nuclear e salvaguardou a paz mundial. Não foram poucos os cientistas ocidentais

que admitiram que uma das razões para a readaptação do capitalismo moderno acerca da relação entre capital e trabalho, Estado e sociedade, e sobre o papel regulador econômico do governo foram em parte causados pela existência de um contraponto representado pelo bloco do Leste, assim como as experiências do socialismo real.

Hoje em dia, quando falamos sobre socialismo e revolução proletária, não falamos da mesma forma como falávamos da Comuna de Paris, mas de uma grande força atual, tanto material quanto espiritual. Apesar de grande parte do socialismo real já ter ruído, ainda existem milhões de pessoas que estão buscando consistentemente objetivos e caminhos socialistas. Agora, nos antigos países socialistas, a presença de conflitos étnicos e nacionais, a desintegração da economia e a crise do sistema político - com suas sérias consequências recaindo sobre os trabalhadores - têm ajudado o povo a reconhecer a necessidade de escolher o caminho apropriado para o seu desenvolvimento. Desta forma, uma nova luta por ideais comunistas foi iniciada.

Como podemos então analisar o recente colapso da antiga União Soviética e de outros países socialistas da Europa Oriental? A resposta está no fato de que o acima referido colapso teve suas raízes profundas na compreensão errônea da teoria, juntamente com o dogmatismo de esquerda na determinação das políticas, formas, medidas e passos no processo da construção socialista. A razão direta está na estratégia de voluntarismo da perestroika e no oportunismo de direita, que representam traição ideológica e política. O ritmo do colapso foi apressado pelos atos das forças hostis opostas ao socialismo.

O que aconteceu no passado está caracterizado pelo fato de que os prolongados defeitos e imperfeições do socialismo real resultaram em estagnação e crise em muitas áreas. Um número de elementos oportunistas, que traíram os ideais comunistas, nasceram através da burocracia do socialismo real, e uma parte das massas vivendo sob o modelo de governo do socialismo real (em palavras de Marx) foram alienadas. Enquanto isso, a revolução científica e tecnológica moderna assim como as mudanças políticas e sociais desde a II Guerra Mundial criaram profundas mudanças na vida social da humanidade; e isso requer novas abordagens e soluções para os novos problemas.

O dogmatismo foi um ponto inicial para as deformações e desvios do modelo que levou ao burocratismo e ao afastamento gradual dos objetivos comunistas. Na nova situação, em face ao duro confronto com as forças anticomunistas, e sob a pressão de um grupo minoritário no poder, o burocratismo por sua vez transformou-se rapidamente em oportunismo e traição resultando em catástrofes para o socialismo.

2. Por muito tempo, Karl Marx e Engels salientaram que sua teoria não era um dogma, e que eles não tinham a intenção de fornecer um plano detalhado

para a sociedade do futuro; ao invés disso, suas teorias somente forneciam orientações fundamentais e temas de significância metodológica de modo que seus seguidores pudessem estudar e posteriormente desenvolver suas teorias de acordo com as condições históricas posteriores.

Infelizmente, estes importantes ensinamentos foram postos de lado ou negligenciados. Muitas questões teóricas de Marx, mesmo suas previsões inacabadas ou notas pessoais, que não foram escritas com o propósito de serem publicadas, tornaram-se credos e verdades absolutas. Tudo isso transformou uma teoria viva em esclerosada. Uma teoria guia que tornou-se uma força que impediu qualquer pesquisa criativa.

De acordo com Marx, o nascimento do socialismo não era algo que ocorresse fora das leis gerais da humanidade. Não era uma negação metafísica do capitalismo, mas sim uma negação dialética. Ainda assim, isto não significa que os esforços subjetivos dos seres humanos foram apenas jogos do destino. De acordo com V.I. Lênin, os pontos de vista dialéticos revolucionários constituíram a teoria de Marx, e capacitaram a classe operária e trabalhadora, assim como as nações oprimidas, a preparar-se para um caminho de desenvolvimento mais breve e menos doloroso que aquele do capitalismo.

A interpretação simplista desta lei geral levou a um modelo socialista com muitos desvios na teoria, e muitos defeitos em realidade, logo depois dos êxitos da Revolução de Outubro.

Lênin cedo revelou estas falhas e desvios, e estabeleceu a Nova Política Econômica na tentativa de solucioná-los. Infelizmente seus herdeiros não souberam manter e desenvolver as valiosas idéias na Nova Política Econômica; ao contrário, forçaram a construção do socialismo com o modelo de um governo socialista. Não puseram em prática as instruções de Marx sobre a existência paralela de duas estruturas econômicas, o papel da jurisdição burguesa no período de transição ao comunismo - e experiências valiosas sobre a utilização do capitalismo de Estado, e também sobre a restauração e desenvolvimento da economia mercantil. Os erros cometidos na percepção do modelo socialista resultaram em um sistema de decisões e políticas subjetivas e voluntárias sobre; por exemplo, abolição da economia mercantil e do mecanismo de mercado a imposição de apenas duas formas de propriedades: a propriedade do Estado e as coletivas. Tudo isso fez com que o socialismo decaísse gradualmente até atingir a estagnação, e crescentes e graves crises se sucederam.

3. No momento, é necessário que comunistas e marxistas esforcem-se mais para defender os frutos da revolução e os resultados da luta dos trabalhadores, afim de que a teoria de Marx possa ser desenvolvida de acordo com as novas condições desta era.

A era histórica em que os clássicos criaram suas teorias era bem diferente de nossa época com relação

ao conteúdo e natureza dos problemas enfrentados pela humanidade. As lutas para libertar a classe trabalhadora, as massas laboriosas e nações oprimidas transformaram-se, assumindo novas formas. Mais do que nunca, os ensinamentos de Marx e Lênin sobre a diversificação das formas de luta revolucionária que o povo pode utilizar, e sobre a possibilidade de escolher caminhos diferentes para alcançar os objetivos comunistas para as nações, tornaram-se muito valiosos para nós. Marx havia mencionado "o modo de produção asiático" como um modo de produção típico; também, V.I. Lênin referia-se a traços distintivos, uma vez que a revolução de proletária futura poderia ser diferente da Revolução de Outubro. Essas sugestões devem ser estudadas de maneira profunda.

A moderna revolução científica e tecnológica promoveu mudanças radicais em nosso planeta, que vão das relações sociais às questões ambientais. O surgimento de problemas globais, como o perigo de uma guerra nuclear de extermínio, a deterioração ambiental, o crescimento populacional, doenças perigosas, são fenômenos que exigem esforços conjun-

tos da humanidade para lidar com eles. Entretanto, os marxistas não deveriam esquecer-se que a opressão das classes e nações ainda é uma realidade nos diferentes continentes; com respeito a isso, devemos entender claramente que não existe uma solução geral para as questões específicas.

4. O companheiro Ho Chi Minh, filho proeminente de nossa nação, descobriu no marxismo leninismo o caminho para libertar nossa nação e o povo trabalhador. Ele fundou o Partido Comunista do Vietnã e lançou os fundamentos da plataforma de nosso partido. Depois de um terço de século de desenvolvimento da revolução pela libertação nacional, o povo vietnamita conseguiu alcançar muitas vitórias, e iniciar sua construção socialista. Assim como muitos outros países socialistas, e por razões diferentes, o Vietnã também foi influenciado pelo antigo modelo socialista, e se encontrou em meio a uma crise.

Nosso partido reconheceu rapidamente os erros e desvios do modelo socialista de velho estilo e tentou encontrar formas de superá-los gradualmente. O VI

A situação mundial e a atualidade do marxismo

Realizou-se em Calcutá, na Índia, no mês de maio, o Seminário internacional sobre a situação contemporânea mundial e a atualidade do marxismo, organizado por iniciativa do Partido Comunista da Índia (marxista). Com base nos critérios de manutenção da identidade comunista e existência de expressão política em seus respectivos países foram convidados 31 partidos, dos quais 21 participaram do seminário apresentando trabalhos e os outros enviaram suas contribuições e mensagens por escrito.

O objetivo do seminário foi criar a oportunidade para uma troca de idéias entre os partidos convidados, sem nenhuma pretensão de já chegar a documentos conclusivos ou resoluções. No desenrolar do evento destacou-se o debate em torno do quadro mundial atual e de suas tendências bem como a análise da experiência do socialismo na URSS e no Leste europeu e as causas da derrota do socialismo, a problemática da transição do capitalismo ao socialismo, a validade do marxismo-leninismo para os dias atuais, as formas de rearticulação do movimento comunista mundial e a fase atual do desenvolvimento capitalista e suas peculiaridades.

As polêmicas surgidas giraram em torno das seguintes questões: período em que começa o retrocesso ao capitalismo na experiência da URSS, o pluripartidarismo nas condições do socialismo, papel das estatais e do planejamento econômico na transição do capitalismo ao socialismo, relação entre dogmatismo e revisionismo e formas atuais de organização do movimento comunista. Houve, por outro lado, uma convergência de opiniões em relação a diversas questões importantes e atuais como: a Nova Ordem Mundial com o fim da bipolaridade, o

agravamento da situação econômica mundial e a crise atual do capitalismo, a política neoliberal para o terceiro mundo, a transição do capitalismo para o socialismo como um processo mais prolongado, a idéia de que não existem modelos únicos de socialismo e a necessidade de levar em conta a situação de cada país, o marxismo-leninismo como a única referência teórica para a ação política revolucionária e o partido comunista como instrumento de direção da classe operária e seus aliados. Considero portanto este seminário um passo na reorganização de importantes forças revolucionárias e comunistas, num quadro de conjunto ainda adverso e de acumulação de força.

O Partido Comunista do Brasil esteve representado neste evento por Luís Fernandes e Renato Rabelo, membros de seu Comitê Central, e apresentou a tese sobre o papel do capitalismo de Estado nas condições de regimes populares sob a direção da classe operária. Para o desenvolvimento destas teses parte-se do resgate das idéias de Lênin sobre esta questão. Esta tese já havia sido divulgada no Brasil no artigo de João Amazonas, intitulado Capitalismo de Estado na transição ao socialismo, publicado na PRINCÍPIOS, nº 29.

A revista PRINCÍPIOS publica nesta edição a contribuição do partido do Vietnã e publicará outras nas próximas edições. A tradução é de responsabilidade da revista e o conjunto dos textos foram publicados em Contemporary World Situation And Validity of Marxism - Proceedings of International Seminar of Communist Parties Marking The 175th Birth Anniversary of Karl Marx, Delhi, India, June 1993.

Renato Rabelo

Congresso de nosso partido (dez-1988) mapeou a política de renovação social multilateral. O VII Congresso (jun-1991) adotou oficialmente a Plataforma Política do Partido, determinando os objetivos e o caminho da transição para o socialismo. Esta Plataforma Política refletiu em um novo desenvolvimento no pensamento teórico dos comunistas vietnamitas.

Pode-se dizer que o espírito filosófico do processo de renovação no Vietnã é a restauração e desenvolvimento do pensamento marxista; ou seja, *libertação, criação e desenvolvimento*. Renovação, o aspecto primordial, é a libertação das forças produtivas. Com esta finalidade, há necessidade de promoção de uma economia mercantil multi-setorial, que funcione pelo mecanismo de mercado com o controle do governo socialista. Lênin mostrou que a economia mercantil ainda tem potencialidades a desenvolver na nova sociedade. A questão aqui é de quem regula quem nesta economia? Se para o interesse da maioria ou apenas para um pequeno setor da nossa sociedade?

Nosso processo de renovação coloca o homem no foco das políticas sociais. É o homem - liberto em todas as esferas - que irá gerar recursos para gerar outros recursos. O poder da comunidade, da grande unidade nacional, e o poder de cada vietnamita será a mais poderosa força dirigente e de potencialidade ilimitada para o desenvolvimento do socialismo. Esta idéia nos leva de volta à Declaração do Partido Comunista, esta ressalta que o livre desenvolvimento de cada pessoa é a condição para o livre desenvolvimento de todas as pessoas. O motivo para todas as atividades criativas é a resposta efetiva para os interesses materiais e espirituais do homem. É por isso que em cada estágio da revolução, os comunistas deveriam almejar não apenas os objetivos finais, mas, também, atender aos interesses vitais do povo, para que estes possam continuamente melhorar e elevar suas condições de vida material e cultural.

Depois de ter-se tornado um partido no poder, a responsabilidade dos comunistas aumentou multilateralmente. O Partido passou a ser responsável pelo desenvolvimento geral de toda a nação. A unidade de interesses da nação e das classes exige que o partido transforme-se em uma força que lidere toda a sociedade. O caminho para o socialismo deve ser aquele onde participam todas as classes e todos os estratos da classe trabalhadora, cujo núcleo central é a aliança entre os trabalhadores, lavradores e intelectuais; esta jornada se empenha na abolição de toda forma de opressão, exploração e injustiça, para o bem estar do povo e da nação, por uma sociedade civilizada e para a felicidade do homem.

O presidente HO Chi Minh foi quem aplicou criativamente e desenvolveu a teoria científica e revolucionária utilizada por Marx e Lênin para a libertação dos povos das colônias, unindo a revolução de libertação nacional à revolução socialista, e ligando a independência nacional ao socialismo.

De acordo com Ho Chi Minh, a construção do socialismo deve passar por fases de transição política

e econômica de acordo com as condições históricas de cada nação, cada Estado. Deve-se construir um partido limpo e forte, que possa ser um valoroso líder e servo fiel do povo; e um governo realmente do povo, pelo povo e para o povo. A grande unidade nacional deve ser implementada, o novo homem socialista deve ser construído. É essencial recapitular lições da história, testadas pela vida, para cristalizar os valores de nossa civilização humana para manter nosso caráter nacional.

As conquistas iniciais obtidas pelo povo Vietnamita durante os últimos seis anos afirmaram a correção da política de renovação do nosso partido. A partir de nossas próprias experiências, nosso partido determinou que devem existir princípios no processo de renovação, e o mais importante deles é a manutenção da orientação socialista e o papel de liderança do partido. A estratégia de renovação visa superar os erros cometidos no passado, obtendo conquistas e tirando o país da crise sócio-econômica. Os processos estabelecidos com precisão nesta estratégia são os seguintes: manter a estabilidade política, mudança para uma economia mercantil multi-setorial operada por um mecanismo de mercado administrado pelo governo, democratizar a vida social de maneira geral, construir um governo socialista governado pela lei, e implementar uma estratégia externa onde fique claro que "o Vietnã quer estabelecer uma relação de amizade com todos os Estados pela paz, independência e desenvolvimento". Temos certeza de que seremos vitoriosos construindo um Vietnã próspero, forte e civilizado.

Nossas experiências em todo o movimento revolucionário da classe trabalhadora e massa laboriosa de vários países provou que qualquer empolgação com as vitórias alcançadas pode transformar-se em um perigo para a revolução, pois a humanidade está testemunhando uma disputa histórica entre o socialismo e o capitalismo.

Dentro do atual contexto internacional, mais do que antes, o lema de Marx e Lênin sobre a unidade das forças revolucionárias torna-se imperativo. O Partido Comunista do Vietnã e o povo fiel ao internacionalismo da classe trabalhadora contribuíram e irão certamente contribuir para a causa comum da classe proletária internacional, empenhando-se incansavelmente pelos ideais comunistas.

Marx disse uma vez que sua teoria era uma teoria de desenvolvimento, e tudo que se desenvolve é sempre imperfeito. Certamente, a plataforma e a política de renovação no espírito do marxismo-leninismo e os pensamentos de Ho Chi Minh estão sendo e serão aperfeiçoados com o movimento da vida nacional e internacional do nosso tempo.

Projeto viável de socialismo científico para o Brasil

RENATO RABELO

Levar em consideração as lições da derrota do socialismo e avançar no domínio das peculiaridades do país são premissas básicas para o povo conquistar o poder político

O VIII Congresso do PCdoB, realizado em 1992, elevou o pensamento partidário a um nível superior. A mais importante resolução desse evento se refere a elaboração de um novo Programa de caráter socialista. A partir dessa definição, a Comissão encarregada de produzir o primeiro projeto realizou um trabalho concentrado visando esse objetivo.

Nosso esforço consistiu em apurar aquilo que é essencial no marxismo e no seu desenvolvimento leninista, como guia na elaboração programática, tendo em vista as peculiaridades da sociedade brasileira, nas condições históricas atuais.

A comissão seguiu algum modelo? Não. Procurou levar em conta nossa experiência na evolução do pensamento programático, considerar as lições da derrota do socialismo e avançar no domínio mais acurado das particularidades do nosso País. O esforço da Comissão se estendeu à pesquisa da base teórica marxista-leninista que fornecesse categorias e métodos de análise que orientassem na definição de um projeto viável de socialismo científico para o Brasil. Mereceu atenção o período do século passado, da contribuição de Marx e Engels, desde o Manifesto Comunista de 1864, Crítica ao Programa de Gotha e de Erfurt (1875/1891), o Programa de 1903 na Rússia, o Programa da Internacional Comunista e vários programas revolucionários e socialistas desse século. Porém, o ponto de partida foi encontrado na contribuição multifacética de Lênin, no período de 1917 a 1923, na riqueza dos temas como abordou a transição do capitalismo ao socialismo. Essa importante constatação é expressa por João Amazonas, no seu trabalho, *Capitalismo de Estado na transição ao socialismo*. (PRINCÍPIOS nº 29). O autor demonstra que primeiro Lênin construiu uma teoria completa (evidentemente não acabada), sobre a transição para o socialismo, sobretudo para os países de capitalismo retardatário. É importante notar que esse aporte leninista foi marginalizado e pouco divulgado no seio do movimento operário e comunista.

As revoluções proletárias que principiaram neste século, relevaram várias formas e caminhos para se alcançar o poder político, tomando curso prolongado, ou de decisão rápida, com maior ou menor grau de complexidade conforme as circunstâncias. São muitos os exemplos. Os problemas teóricos fundamentais são conhecidos. No estágio em que chegamos, para o proletariado atingir o poder, depende principalmente da formação de um Partido Comunista influente e forte, que conheça a realidade concreta e domine a arte de explicitar uma política revolucionária, ampla e flexível tendo presente unir a classe operária e ganhar a maioria do povo, nas condições desiguais da sociedade burguesa. Entretanto, o mais difícil mesmo, tem sido consolidar o poder conquistado. A grande questão situa-se ainda na edificação do novo regime, distinto do capitalismo. Ou mais precisamente, na capacidade das novas forças sociais, com a classe operária à frente, para fazer progredir a transição para um sistema superior - o socialismo - tornando-o predominante em escala mundial. Este é o marcante desafio histórico de nossa época.



Consolidar o poder conquistado é a fase mais difícil da transição para o socialismo

Torna-se, assim, primordial resgatar a contribuição de Marx e Lênin sobre a transição do capitalismo ao socialismo, cuja essência, está em que, a construção da nova sociedade é incompatível com o simplismo, o reducionismo filosófico e o voluntarismo. Não existe modelo único de socialismo. Ele se desenvolve a partir da realidade existente da velha sociedade, com base nas leis objetivas e da participação crescente e criativa das massas operárias e populares. A esse respeito o pensamento de Marx é muito claro. Ele afirma que o socialismo não é "(...)um ideal pelo qual a realidade terá de se regular" e "não se desen-

volve sobre sua própria base”. Mas, ao contrário, ele resulta de *premissas* da sociedade capitalista que, por isso, vai se desenvolver com “as marcas da velha sociedade de cujas entranhas procede”. E, neste século, Lênin, diante da etapa do imperialismo, nas condições do desenvolvimento desigual do capitalismo, amplia a visão materialista - histórica do marxismo, quando diz: “Todas as nações chegarão ao socialismo, isto é inevitável, porém não todas o farão exatamente da mesma maneira, cada uma contribuirá com algo próprio, a tal ou qual forma de democracia, a tal ou qual variedade de ditadura do proletariado, a tal ou qual variação no ritmo dos transformações socialistas nos diferentes aspectos da vida social.” Essa profunda compreensão do marxismo-leninismo sobre a transição para o socialismo, leva em consideração o lugar e o tempo - as condições históricas determinadas e o nível do desenvolvimento capitalista encontrado - definindo com base nisso, os componentes, a dinâmica e o ritmo transformador para a nova sociedade.

Entretanto, quanto ao tema que perseguimos, a contribuição mais notável vamos encontrar com a primeira experiência de poder socialista deste século, vivida e aprofundada magistralmente por Lênin. Da visão leninista podemos destacar nas suas partes constitutivas mais importantes o seguinte:

- Relação entre poder popular e crescimento econômico. Em primeiro lugar, podemos dizer que, a questão fundamental demonstrada a partir de Marx, é que o início e prevalência da tendência da transição a favor do socialismo só é possível com a existência do poder dominante da classe operária e seus aliados, o qual pode assumir formas variadas conforme a situação concreta. Encontra-se na mudança do poder político o ponto de viragem entre a velha e a nova sociedade que vai surgindo. Contudo, não basta o poder estar nas mãos das novas forças sociais. Nas condições históricas em que o capitalismo predomina mundialmente e sendo ainda necessário economicamente em muitos países, as novas classes vão estar diante do grande desafio de manter, ampliar e desenvolver as forças produtivas e a produtividade do trabalho a *partir* do sistema herdado. Assim o trânsito à construção socialista não acontece de maneira direta ou simples. Torna-se necessário e vantajoso para o poder popular utilizar ainda o capitalismo, tendo presente a necessidade premente do crescimento econômico. Desse modo, vai despontar um sistema heterogêneo com componentes de socialismo e capitalismo, que pode perdurar por longo período, segundo o quadro da realidade.

- Justa teoria econômica para o período de transição. Como pode ser esse sistema econômico heterogêneo? A correta solução desse problema não passa por dogmas ou fórmulas prontas. Deve obedecer a leis objetivas e compreender a singularidade de cada sociedade. Sobre esse importante tema, Lênin nos transmite uma compreensão avançada, de valor universal, uma nova teoria econômica para enfrentar a realidade

de da transição para o socialismo, sintetizada na idéia: capitalismo de Estado, cuja noção essencial está no “(...)desenvolvimento do capitalismo controlado e regulado pelo Estado proletário”, distinto portanto, do capitalismo de Estado onde a classe dominante é a burguesia. As formas exatas que esse tipo de capitalismo vai adquirir e seu período de duração, depende de cada caso, ou seja, do nível de desenvolvimento encontrado, do grau de dependência econômica ao imperialismo, do tipo de questão agrária, da extensão do capitalismo pequeno-burguês.



No período de transição ao socialismo, a luta de classes não acaba. Ela assume outras formas

- A evolução da transição visa a predominância do socialismo. No período de transição ao socialismo, constituído de um sistema heterogêneo, o capitalismo ainda pode liquidar o sistema nascente, retrocedendo o processo de edificação da nova sociedade. Não está resolvido *à priori* “quem ganha de quem”. A luta de classe não deixa de existir, assumindo novas formas. É imprescindível que o proletariado como classe assuma o processo da construção em todos os seus domínios e ganhe a maioria para o seu projeto. Para isso, as formas políticas e institucionais adequadas à nova democracia devem ser procuradas criativamente, tendo como objetivo a estabilidade política. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das forças produtivas, o crescimento econômico, necessários para a transição ao socialismo tem um objetivo determinado: dar base de sustentação ao novo poder e fazer prevalecer o sistema socialista.

Como consequência disso, os componentes e formas socialistas têm que ser apropriados à situação objetiva, com a finalidade de superar a parte capitalista. Esta, por conseguinte, tem limites e prazos situados no lugar e no tempo.

Essas são as pilastras que assentam nossa base teórica programática, as quais procurou-se aplicar à realidade brasileira. Podemos dizer que a linha fundamental, o novo perfil do programa se resume em: 1) O novo Poder - República de trabalhadores e de amplas massas do povo - tem caráter democrático, não liberal, para isso busca formas adequadas do Estado de direito para a mais ativa participação popular na transição ao socialismo; 2) O Poder popular utiliza o capitalismo sempre que possibilite o desenvolvimento das forças produtivas; 3) O conjunto dos componentes capitalistas no período de transição, são regulados pelo poder socialista; 4) A parte socialista erguida, é fortalecida e desenvolvida, como dirigente da economia; 5) O tempo de vigência das concessões ao capitalismo tem limite.

Projeto de Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil

Elaborado pela comissão do Comitê Central do PCdoB e aprovado na VI Reunião Plenária do Comitê Central, em São Paulo, durante os dias 4, 5, 6 de setembro de 1993

APRESENTAÇÃO

O Brasil encontra-se em profunda crise de natureza estrutural. Fracassaram os projetos políticos e econômicos das classes dominantes. O país enfrenta graves problemas. Milhões de brasileiros vivem o drama da fome, do desemprego crônico, da falta de assistência e de moradia decente. A soberania nacional degrada-se com a política de submissão e de venda do patrimônio público aos monopolistas e aos banqueiros internacionais.

Prementemente, o Brasil necessita de novo Projeto Nacional, expressando o interesse da maioria da nação, orientado para a construção de uma nova sociedade, de liberdade, progresso e justiça social.

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que defende o socialismo científico, apresenta aos trabalhadores e ao povo um programa de transformações radicais, possível de ser realizado com sucesso, capaz de promover o bem-estar da população e o desenvolvimento progressista da nação.

Indicando esse caminho, o PCdoB reafirma suas convicções inabaláveis na superioridade do sistema socialista sobre o capitalismo decadente. Embora temporariamente derrotado na ex-União Soviética e no Leste europeu, o socialismo vive e continua sendo a esperança dos explorados e oprimidos, de todos os que almejam a liberdade e o progresso social. A experiência vem demonstrando que onde o socialismo é eliminado, voltam a aparecer, com o capitalismo, os terríveis males da velha sociedade - desemprego, fome, injustiças sociais, drogas, insegurança geral. Ao mesmo tempo em que ocupam a cena os políticos reacionários e fascistas, juntamente com espe-

culadores, ladrões do dinheiro público, os que somente se interessam pelos lucros de toda a espécie.

O socialismo é o futuro radioso dos povos. Triunfará inevitavelmente com a luta decidida dos trabalhadores e das massas populares sob a liderança do Partido Comunista.

- I -

A CRISE MUNDIAL DO CAPITALISMO

1. A crise estrutural que atinge o Brasil, embora com características próprias, não é fenômeno apenas brasileiro. Faz parte da crise mundial do capitalismo-imperialismo, parasitário e em decomposição. Baseado no monopólio, esse sistema conduziu - como previram os clássicos do marxismo - à gigantesca concentração da produção e da renda nas mãos de um punhado de monopolistas que domina e explora o mundo inteiro. A concentração toma forma mais precisa no aparecimento dos oligopólios de feição multinacional. Uns poucos oligopólios controlam ramos inteiros de indústrias fundamentais instaladas em diferentes regiões do Globo. E a partir desse controle, submetem a economia de inúmeros países. Tal concentração manifesta-se igualmente no capital financeiro, no reforçamento da oligarquia financeira internacional que promove a espoliação e submissão, econômica e política, de grande parte das nações.

2. A decomposição do capitalismo expressa-se claramente no aumento do parasitismo, uma das

marcas salientes da crise mundial do capitalismo. Grandes recursos já não são aplicados em empreendimentos produtivos, mas na especulação financeira. Desviam-se somas consideráveis para operações nas bolsas de valores ou em meras transações lucrativas. Dinheiro ganha dinheiro sem passar pelos processos da produção, da criação de riquezas e bens materiais destinados ao consumo das populações em crescimento constante. Esse parasitismo acarreta inevitavelmente o afastamento de grandes massas do trabalho socialmente útil. A burguesia já não participa da atividade produtiva. A direção das empresas é exercida pelos executivos, pessoas contratadas a soldo elevado, o que demonstra que a sociedade pode prescindir dos capitalistas na direção e administração da economia. Os ricos burgueses levam uma vida parasitária, são rentistas, ou seja, gente que vive do rendimento de fabulosas fortunas alcançadas pela violenta exploração dos trabalhadores e dos povos. Em nada contribuem para o progresso e o bem-estar da sociedade.

3. O sistema capitalista revela elementos reais de estagnação, fator aceleratório da crise. Um desses elementos consiste em que o capitalismo já não consegue envolver o conjunto da sociedade no processo da produção. Cada vez é maior o número de pessoas marginalizadas, carentes de trabalho. A estagnação reflete-se também no fato de que o capitalismo se atrasa sempre mais em relação às imensas possibilidades que o avanço da ciência e da técnica abre ao progresso da humanidade. Suas contradições internas freiam a utilização ampla dessas possibilidades. Com o nível alcançado no terreno científico e tecnológico, o conjunto da população mundial poderia usufruir, no presente, uma vida tranqüila e feliz.

4. Contudo, o capitalismo ainda se desenvolve apesar do parasitismo e da decomposição. Tenta um novo padrão de crescimento baseado no advento da microeletrônica, da biotecnologia e da revelação da estrutura do núcleo do átomo, que permite o surgimento de novos e modernos inventos tecnológicos aplicados em diversos domínios. Mas esse progresso no campo da tecnologia circunscreve-se a poucos países, os mais altamente industrializados, que dele se servem para impor sua hegemonia em âmbito mundial. É monopólio de pequeno grupo. A chamada tecnologia de ponta, um dos principais instrumentos para a obtenção de lucros extraordinários, visa assegurar a supremacia de diminuto número de países imperialistas sobre o mundo inteiro.

5. A crise do sistema capitalista-imperialista, decorrente das contradições que encerra, aprofunda-se incessantemente. Revela-se na recessão prolongada, nos tremendos desajustes sociais, na inflação persistente, no desemprego estrutural, na corrupção

generalizada, na fome e miséria que se estendem por toda a parte, no abismo que separa os países ricos da imensa maioria das nações, na degradação da sociedade capitalista.

6. O capitalismo é regime obsoleto, historicamente superado. Não tem condições de resolver os graves problemas por ele mesmo criados. Enquanto perdure, prosseguirá a decomposição do regime, acentuar-se-á a degenerescência em todos os aspectos da vida da sociedade humana.

- II -

A CLASSE OPERÁRIA EXPLORADA E OPRIMIDA EM TODO O MUNDO

7. Decorrência da crise estrutural do capitalismo, a classe operária se torna sempre mais explorada e oprimida. Ao passo que a burguesia acumula imensos recursos financeiros, a classe operária que produz a riqueza passa grandes dificuldades. Em contraste com o enriquecimento gigantesco dos capitalistas, aumenta aceleradamente o empobrecimento relativo e absoluto do proletariado. Este é o resultado da feroz exploração, hoje maior que nunca, dos trabalhadores, com o crescimento continuado da cota de mais-valia roubada aos produtores. Apoiada na nova revolução industrial, a burguesia modifica radicalmente os métodos de produção que lhe permitem sugar ao máximo a força de trabalho. Com reduzido número de operários qualificados, submetidos a um sistema flexível de gestão e organização do trabalho, obtém maior e melhor produção, consegue lucros fabulosos. O avanço da tecnologia, que deveria facilitar as condições de trabalho e de vida do proletariado, é utilizado pela burguesia para intensificar a exploração da classe operária.

8. Aprofunda-se a crise social que atinge os trabalhadores em todo o mundo. O capitalismo cria forçosamente a superpopulação relativa, em aumento contínuo, gente que não acha trabalho e vive como pária, sem dispor de meios para satisfazer suas mínimas necessidades. O número de desempregados alcança nível altíssimo. São centenas de milhões de trabalhadores inativos sem nenhuma possibilidade de engajar-se na atividade produtiva. Cresce incessantemente o mercado de trabalho informal. Muitos outros milhões só conseguem ocupação temporária. O processo de terceirização da produção agrava a situação e acresce a atividade precária. Essa grande massa marginalizada subsiste num ambiente de miséria e indigência. Boa parte não consegue abrigo permanente, mora na rua. A degradação física e moral da população laboriosa, abandonada à própria sorte, é cada vez maior.

9. Além do desemprego e da pobreza, a classe operária tem seus direitos sociais e políticos violentados pelo Estado burguês. Embora a produtividade do trabalho venha aumentando incessantemente, a jornada de trabalho mantém-se elevada. Os salários, a não ser para o pequeno número de trabalhadores qualificados, não atendem à elevação do custo de vida. As greves são reprimidas, quando não pela força, com a demissão em massa de grevistas. No terreno político, os operários são discriminados e alienados com a intensa campanha anticomunista e nacional-fascista realizada pela reação. Os partidos proletários revolucionários, perseguidos, enfrentam muitos obstáculos para desenvolver sua atividade sócio-política e ideológica.

10. A luta de classe do proletariado prosseguirá, ainda que refreada pela ofensiva anticomunista da burguesia. Abrange não apenas os que trabalham, mas também a massa de desempregados e marginalizados. O proletariado não tem outra alternativa: ou luta por sua emancipação ou se afunda na degradação crescente gerada pelo capitalismo em decomposição. Motor do desenvolvimento histórico, a luta de classes acabará sobrepondo o proletariado à burguesia.

- III -

O SOCIALISMO SUCESSOR NATURAL DO CAPITALISMO

•56•

11. O futuro grandioso de todos os povos está ligado à substituição do sistema capitalista pelo socialismo científico. É uma exigência do desenvolvimento histórico, consequência inevitável da luta de classes. A humanidade já passou por vários estágios em sua evolução - comunidade primitiva, escravismo, feudalismo e o capitalismo que ainda sobrevive em sua última etapa. Do sistema capitalista, passar-se-á à outra formação econômico-social, o socialismo em marcha para o comunismo. Em 1917 ocorreu a primeira grande revolução socialista na Rússia, experiência que durou quatro décadas e demonstrou, apesar de certos erros e incompreensões na edificação da nova vida, a exequibilidade do socialismo e suas enormes vantagens sobre o capitalismo.

12. O socialismo científico se caracteriza pela abolição do sistema de propriedade privada e pelo estabelecimento da propriedade social dos meios de produção. Põe em harmonia as relações de produção com o caráter social das forças produtivas. Extingue, assim, a contradição básica do capitalismo (socialização da produção e apropriação privada dos bens produzidos) que determina a sua própria existência. O socialismo apóia-se no trabalho livre e no amplo desenvolvimento da técnica para assegurar ritmos de

crescimento e de produtividade capazes de impulsionar o progresso ininterrupto da sociedade e garantir o aumento constante do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores e do povo. É um sistema destinado a liquidar a exploração do homem pelo homem.

13. O socialismo surge com a revolução que põe termo à dominação capitalista. Cria novo tipo de Estado, representando interesses de classes distintos dos da época anterior. O proletariado industrial, em aliança com o campesinato e as massas pobres da população, constitui o elemento principal da construção socialista. O Estado socialista baseia-se em instituições de caráter democrático, com a mais ampla participação dos trabalhadores. Garante a liberdade para o povo, desenvolve a cultura. Assegura o respeito às leis e aos direitos dos cidadãos. Defende as conquistas revolucionárias face às tentativas de retrocesso da contra-revolução burguesa.

O objetivo superior do socialismo é o comunismo. Gradualmente, o socialismo deve transformar-se na sociedade comunista onde já não existirá o Estado, que se terá extinguido, e na qual prevalecerá o lema: "De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade".

14. O socialismo inspira-se nas teorias científicas de Marx e Engels, desenvolvidas por Lênin e outros revolucionários proletários. A teoria ilumina o caminho da prática que abre clareira ao avanço da civilização. Dá força de convicção à realização das grandes idéias de transformação profunda da sociedade, impulsiona a atividade dos homens e das mulheres na conquista de estágios mais altos do progresso humano.

- IV -

O BRASIL EM CRISE ESTRUTURAL

15. O Brasil vive uma fase de encruzilhada histórica no seu desenvolvimento sócio-econômico e político. A superação dos obstáculos que dificultam o seu progresso é uma exigência incontestável.

a) *Atraso secular*

16. Em 1822 o Brasil conseguiu sua independência, livrando-se do colonizador português, várias décadas depois da Revolução Francesa e da Norte-Americana que abriram caminho ao capitalismo, então florescente. A proclamação da independência não alterou substancialmente o regime econômico-social existente. A escravidão prevaleceu até 1888. O capitalismo embrionário aparecia mesclado com o escravismo. Até quase a metade do século XX, o Brasil era um país essencialmente agrícola, onde

predominava o monopólio da terra. Exportava produtos primários e importava os bens de consumo de que necessitava. Esse sistema mantinha o atraso do país e o tornava dependente das nações industrializadas.

17. Com a independência, o Brasil adotou o regime político monárquico, tipicamente de elite, carente de democracia, a serviço dos grandes proprietários de terra. Instaurada a República (1889), instituiu-se a forma de governo presidencialista, também elitista. As Forças Armadas, decisivas na implantação da República, exerceram durante longo período certa tutela sobre a nação. A classe operária, ainda incipiente, e o campesinato sem terra não gozavam de nenhum direito. O eixo principal da economia centrava-se na monocultura do café e, em parte, do cacau.

18. Em 1930, iniciava-se nova fase na vida do país. Um movimento armado, principalmente de militares, derruba a velha República. Desfraldando bandeira liberal, esse movimento representa em certa medida interesses da burguesia, que crescera na década anterior, e refletia também contradições imperialistas em relação à espoliação do país. Os novos governantes, com Getúlio Vargas à frente, propõem democratizar o regime político, estabelecer condutos para as lutas sociais dos trabalhadores, quebrar o exclusivismo do poder em mãos dos latifundiários de São Paulo e de Minas Gerais. Incentivam a industrialização, mantendo, no entanto, intacto o sistema do latifúndio e a condição de país exportador de produtos primários. O regime político, nas décadas seguintes, sofre largos períodos de arbítrio, com a supressão de liberdades democráticas.

b) A Industrialização

19. O processo de industrialização do Brasil toma impulso a partir do decênio de 40. O fator fundamental foi a criação da siderurgia nacional (CSN), seguido da exploração e do monopólio estatal do petróleo. Posteriormente, construíram-se potentes hidrelétricas. A produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, setor estratégico do desenvolvimento econômico, progrediu aceleradamente com a criação da Eletrobrás. Cresceu o setor siderúrgico, surgiram empresas modernas, como a Usiminas, a Cosipa e outras fabricantes de laminados planos e aços especiais. Instalaram-se indústrias básicas de caráter estratégico - material ferroviário, produtos químicos e petroquímicos, elaboração de minérios, fábrica de armamentos. Iniciou-se a construção de aviões e ampliou-se a indústria naval. Expandiram-se outros ramos industriais.

20. A partir do final anos 50, intensificou-se a abertura do país ao capital estrangeiro. Implantaram-

se empresas multinacionais em setores fundamentais - automobilístico, eletroeletrônico, petroquímico, farmacêutico, mineração, máquinas e equipamentos, fibras artificiais e sintéticas, informática, material de comunicações. Também na indústria química e na área de distribuição de derivados de petróleo. As empresas estrangeiras beneficiaram-se de isenções de tributos e contaram com subsídios do Estado, em particular na compra de materiais destinados à sua produção, bem como no fornecimento de energia elétrica por preços abaixo do custo, provenientes de empresas estatais, o que afetava gravemente a rentabilidade dessas empresas.

21. Apesar de imensas dificuldades, o Brasil chegou a criar uma base mínima industrial diversificada para o seu desenvolvimento econômico. Essa base refletia inúmeras contradições que a tornavam extremamente vulnerável. Construiu-se com capital estatal, capital privado e o de origem estrangeira. O elemento principal foi o capital estatal (propriedade coletiva sob controle da burguesia), dada a debilidade dos recursos privados e a oposição durante muito tempo do capital forâneo. Mais adiante, tanto o capital privado como o estrangeiro trataram de pôr a seu serviço a economia estatal, causando-lhes sérios danos.

22. A par desse processo de desenvolvimento econômico, desdobrou-se um programa de empréstimos externos estimulado pelos banqueiros internacionais com amplo apoio das classes dominantes, em particular durante o período da ditadura militar. O país endividou-se pesadamente, envolvendo as empresas estatais. Com o abusivo aumento, no exterior, das taxas de juros estendidas genericamente a todos os empréstimos já concedidos, a dívida externa alcançou cifras elevadíssimas. O pagamento dos juros acarretou pesado ônus à economia nacional, impossibilitando o seu ulterior crescimento. A dívida transformou-se num dos elementos principais da crise estrutural que vive o país.

23. A base mínima industrial construída com grandes sacrifícios está ameaçada de destruição. Faltam meios financeiros para investimentos produtivos. O pagamento de juros dos empréstimos internacionais impossibilita a acumulação de recursos internos para tais investimentos. As empresas estatais são privatizadas em prejuízo dos interesses da nação. Passam às mãos de grupos estrangeiros, direta ou indiretamente. Boa parte da indústria nacional arruína-se, desaparece sob pressão da nova ordem internacional imperialista, ou tenta adaptar-se, em condições de inferioridade, às imposições da oligarquia financeira mundial.

c) Capitalismo Dependente

24. O desenvolvimento capitalista adotado pelo

Brasil é essencialmente dependente e deformado. Assenta-se numa estrutura atrasada que tem por base o monopólio da terra e a subordinação aos interesses do capital monopolista, em especial o dos Estados Unidos. Considerável parcela das classes dominantes compactua com a espoliação estrangeira, torna-se sócia menor dos imperialistas, em detrimento do progresso e da soberania nacional. O avanço do capitalismo no campo orienta a produção agrícola para o mercado exterior, controlado pelos monopolistas estrangeiros. Isso se relaciona, em certa medida, com o esquema de acumulação de divisas para pagar juros da dívida externa. O sistema financeiro do país submete-se às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos bancos estrangeiros. Grande parte da mais-valia aqui produzida é transferida para fora, seja na forma de lucros das multinacionais e de pagamento de juros, seja como subsídios e vantagens cambiais concedidas às empresas estrangeiras e aos exportadores. Esse procedimento entorpece a acumulação interna, dificulta os investimentos produtivos. O país demanda permanentemente o ingresso de capital estrangeiro, sempre mais oneroso e exigente, sem o qual não pode passar. A interferência no campo econômico e financeiro acarreta imposições de ordem política que abalam a soberania nacional. Acentua-se, assim, a dependência econômica e política do Brasil aos magnatas da finança internacional.

•58•

25. O desenvolvimento capitalista dependente agrava-se ainda mais na fase atual de mundialização da economia. A concentração do capital e da grande produção nas mãos de uns poucos miliardários que dominam e ditam as regras do mercado e dos investimentos financeiros cria uma situação de maior dependência dos países débeis ou medianamente desenvolvidos. Visando o completo domínio do mundo, a oligarquia procura liquidar as barreiras nacionais impondo sistemas econômicos prejudiciais às nações que tentam progredir de maneira independente. O neoliberalismo é uma expressão dessa política geral que, no Brasil, leva à privatização das empresas estatais produtivas, à desproteção do mercado interno sujeito à concorrência desigual dos monopólios estrangeiros, à destruição de ramos importantes da indústria brasileira. O país se vê coagido a priorizar uma forma de produção atrasada, complementar da economia dos países ricos.

d) Superadas as Classes Dominantes

26. O desenvolvimento deformado da economia nacional, o atraso e a subordinação aos monopolistas estrangeiros e, em consequência, a crise econômica, política e social cada vez mais profunda é o resultado inevitável da direção e do comando do país pelas classes conservadoras. Constituídas pelos grandes proprietários de terra, pelos grupos monopolistas da

burguesia, pelos banqueiros e especuladores financeiros, pelos que dominam os meios de comunicação de massa, todos eles, em conjunto, são os responsáveis diretos pela grave situação que vive o país. Gradativamente, separam-se da nação e juntam-se aos opressores e espoliadores estrangeiros. As instituições que os representam tornaram-se obsoletas e inservíveis à condução normal da vida política. Elitizam sempre mais o poder, restringindo a atividade democrática das correntes progressistas. A modernização que apregoam não exclui, mas pressupõe, a manutenção do sistema dependente sobre o qual foi construído todo o arcabouço do seu domínio.

27. Tais classes não podem mudar o quadro da situação de capitalismo dependente e deformado. Sob a direção da burguesia e de seus parceiros, o Brasil não tem possibilidade de construir sua economia própria, de alcançar o progresso político, social e cultural característicos de um país verdadeiramente independente.

e) Um Novo Caminho

28. Na encruzilhada histórica em que se encontra o Brasil, somente o socialismo científico, tendo por base a classe operária, os trabalhadores da cidade e do campo, os setores progressistas da sociedade, pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem-estar para o povo, um futuro promissor à nossa Pátria.

29. É atendendo a essa exigência objetiva da situação do país que o Partido Comunista do Brasil, PC do B, apresenta à nação um Programa de caráter socialista, condizente com a realidade e com as aspirações nacionais, plenamente realizável.

- V -

PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL

30. Ao apresentar o Programa socialista, o Partido Comunista do Brasil baseia-se na teoria científica do marxismo-leninismo e na experiência histórica tanto do nosso país e do nosso povo como do movimento revolucionário mundial. Tem uma compreensão nova dos problemas que envolvem as transformações radicais da sociedade, tirando ensinamentos dos sucessos e insucessos da luta pela edificação do socialismo na ex-URSS e em outros países.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

31. O Programa do PCdoB deve levar em conta as peculiaridades do país, sua formação histórica, seu desenvolvimento contido, suas tradições de lutas

populares, seu proletariado industrial recente - um país atrasado e submetido ao imperialismo no qual o fator nacional e democrático tem sido elemento motivador e dinamizador dos movimentos progressistas. O Programa deve considerar também o estágio do desenvolvimento econômico e a correlação de forças estratégicas no plano mundial. Embora em suas linhas mestras o socialismo científico seja idêntico em todos os países, sua concretização em cada lugar exige ponderar as particularidades locais, nacionais. Essas particularidades dão feição própria ao regime avançado que substitui o capitalismo. O modelo único de socialismo é anticientífico.

32. A construção do socialismo, visando a meta do comunismo, é processo complexo que engloba várias etapas. Possivelmente, no Brasil haverá três etapas fundamentais: a da transição do capitalismo ao socialismo; a da construção plena do socialismo; a da transição para o comunismo. São fases, ou etapas interligadas e sem limites rígidos, de duração relativamente larga, que comportam também fases intermediárias. A primeira etapa é indispensável para alcançar as premissas econômicas que favoreça a implantação integral do socialismo, tendo presente que o Brasil é ainda pouco desenvolvido.

33. A etapa da transição do capitalismo ao socialismo realizará gradativamente as transformações necessárias. Nessa primeira fase não haverá confiscação geral, socialização total, expropriação generalizada. Em qualquer circunstância, será respeitada a propriedade pessoal conseguida com esforço próprio, honesto.

34. O Partido Comunista do Brasil, vanguarda da classe operária, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação, constitui a força dirigente da luta pela implantação e construção do socialismo. Sua liderança é fundamental na direção do Estado e no processo da formação da consciência social socialista. Apoiado na teoria revolucionária, é o portador e o intérprete mais autorizado do projeto de transformação progressista da sociedade. O Partido, no entanto, não se sobrepõe ao Estado e as organizações criadas pelo povo, não impõe arbitrariamente ou mecanicamente suas decisões. Nem substitui no poder as classes e as forças sociais que lhe deram origem. Dirige o sistema político como parte integrante desse sistema, utilizando, tanto no governo quanto na atividade social, o método da persuasão para viabilizar suas opiniões.

35. O presente Programa não aborda a construção geral do socialismo, mas os problemas relacionados com a primeira fase da transição do capitalismo para o socialismo. Traça o caminho da luta para alcançar o poder na situação atual, pressuposto básico para a execução do Programa.

36. O PCdoB considera fundamental a instauração no Brasil de uma República de trabalhadores e de amplas massas do povo, unindo a população que habita o país, integrando as diversas regiões do Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. O princípio fundamental da República é a valorização do trabalho físico e intelectual, aliada à solidariedade humana e ao esforço comum de edificação da vida socialista.

37. A questão essencial para atingir esse objetivo é a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados - o campesinato, as massas populares urbanas, as camadas médias e a intelectualidade progressista, sob a liderança do Partido Comunista. Sem o poder político nas mãos das forças sociais com interesses distintos dos agrupamentos que sustentam a ordem capitalista vigente, torna-se impossível proceder às mudanças que se fazem necessárias.

38. A República de trabalhadores e de amplas massas do povo é um Estado de cunho democrático, mas não liberal, Estado de direito no sentido de que se regirá por leis estabelecidas pelos órgãos eletivos e manterá a legalidade socialista. A base da organização estatal será constituída por assembleias populares, livremente eleitas, com ampla participação de trabalhadores da cidade e do campo. O órgão supremo do poder estatal é a Assembléia Nacional formada por mandatários populares eleitos em todo o país. O Governo Central será indicado pela Assembléia Nacional. O Executivo e o Legislativo harmonizam-se na execução e elaboração da atividade estatal. O Judiciário, composto por tribunais e juizes eleitos pelo povo, assegura justiça rápida e gratuita. Adotam-se normas gerais de descentralização administrativa. O poder local obedece em linhas gerais à organização do poder central. Quanto às Forças Armadas, sob direção do poder central, serão constituídas por corpo militar estável e de alta qualificação profissional. Suas bases mais numerosas são os Comitês Populares de Defesa Civil.

39. O regime político garante amplas liberdades para o povo - de reunião, de associação, de manifestação do pensamento, de demonstração pública, de culto religioso, de movimento e de profissão. O exercício de greve é assegurado aos trabalhadores na defesa de seus direitos. Resguardado o interesse coletivo e os objetivos fundamentais do movimento transformador da sociedade, são admitidas divergências e contestações às diretivas do Governo e do Partido. Serão abolidas todas as discriminações de raça, nacionalidade, religião, em especial as que têm por objeto o negro. Será admitida a diversidade de organizações e partidos políticos democráticos e progressistas, desde que respeitem a legalidade

socialista. É garantido o direito de cidadania a todos os brasileiros e aos estrangeiros radicados no país. Às mulheres será garantida a igualdade de gênero. Os indígenas contarão com proteção especial, defesa de suas terras e ajuda ao seu desenvolvimento étnico. O Estado assegurará condições materiais para o funcionamento das entidades populares, culturais e científicas.

40. A fim de possibilitar melhor distribuição de renda e de elevar o status social da classe operária e do proletariado em geral, as conquistas sociais dos trabalhadores e sua ampliação merecerão destaque na aplicação do Programa socialista. Os sindicatos de molde classista, desempenharão importante papel na defesa das reivindicações do proletariado, enquanto força produtora, e na organização das massas, visando o aperfeiçoamento da produção e sua participação ativa na edificação socialista.

A CONSTRUÇÃO ECONÔMICA

41. Na primeira fase da transição, além de uma economia coletiva, propriedade do povo, haverá espaço limitado e controlado para o desenvolvimento do capitalismo, em especial sob a forma de capitalismo de Estado, com o objetivo de acelerar o crescimento das forças produtivas e consolidar o novo regime.

42. A economia será centralizada e planejada para impedir a dispersão e a anarquia da produção. Mas a planificação atingirá somente os setores fundamentais. Manter-se-ão os mecanismos de funcionamento do mercado, operando particularmente na área de distribuição de bens de consumo e de serviços e sinalizando as exigências da sociedade. Não terá caráter de regulador da produção. O Estado supervisionará as atividades do mercado.

43. Haverá diferentes tipos de retribuição do trabalho, tendo como critério a retribuição segundo a quantidade e a qualidade dos bens e serviços produzidos. A contribuição tecnológica ou científica destinada a promover maior e mais rápido desenvolvimento das forças produtivas ou aperfeiçoamento de serviços sociais contará com retribuição especial.

44. Serão nacionalizados os bancos, tendo em vista o controle do sistema financeiro, bem como o comércio exterior, os portos e os meios de transporte essenciais.

45. São objeto de exclusiva exploração do Estado as riquezas do solo e do subsolo, o sistema de telecomunicação, correios e telégrafos, a utilização e lançamento de veículos espaciais.

46. A economia socialista será constituída inicialmente pelas empresas estatais de caráter es-

tratégico que passarão à condição de propriedade coletiva de todo o povo (as empresas importantes privatizadas voltarão a integrar a economia estatal); pelas usinas fundamentais geradoras de energia elétrica; pelas empresas monopolistas que, na atualidade, impedem o livre desenvolvimento do país; por outras empresas e serviços de interesse público. Inclui-se na economia socialista o sistema bancário e o comércio exterior nacionalizados, os portos e meios de transporte e o Fundo Agrário Nacional.

47. O sistema de direção estatal da economia combinará a administração individual das empresas com o controle do coletivo de trabalhadores. Incentiva, no âmbito da orientação geral, a autonomia das empresas no que se refere à introdução de melhorias técnicas tendentes a elevar a produtividade e reduzir os custos, bem como para expandir as atividades das empresas.

48. A economia capitalista de Estado compreende as concessões a empresários particulares, nacionais e estrangeiros para incrementar indústrias e serviços necessários ao progresso do país, o sistema de consociação de empreendimentos estatais com produtores isolados; a associação de capital estatal com o capital privado na construção e ativação de empresas fundamentais; e outros tipos de economia, todos sob o controle do Estado. Dar-se-á prioridade às empresas que adotem processos de desenvolvimento científico e tecnológico avançado.

49. A propriedade privada compreende o livre funcionamento das pequenas e médias indústrias; as empresas industriais e de serviços que contribuam para o desenvolvimento nacional; o comércio privado em setores circunscritos; os proprietários rurais admitidos pela reforma agrária.

50. A propriedade cooperativa terá duplo caráter: socialista, reunindo principalmente camponeses pequenos e médios; privada, agrupando produtores capitalistas, ou artesãos e pessoas de profissões rudimentares.

51. A economia socialista, de todo o povo, é a base principal do desenvolvimento. Deve aumentar continuamente seu peso específico no conjunto da economia. Regula e dirige o processo de crescimento e de melhor aproveitamento dos bens de produção e de consumo.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E A ORGANIZAÇÃO RURAL

52. O mapa agrário do Brasil apresenta forte predomínio do monopólio da terra, os latifúndios, sobre o qual se desenvolveu o capitalismo no campo.

Há variados tipos de cultura agrária: sistema de plantações (café, cacau, cana, etc); agricultura de amplo consumo; criação de animais (gado de corte, porco, etc); produção de aves para o abate (frango, peru, etc); matéria-prima de combustível (álcool-motor); plantas oleaginosas; árvores frutíferas, etc. A exploração do solo é feita, em grande parte, pela burguesia agrária e pelos latifundiários aburguesados. O peso da pequena produção na economia rural é relativamente diminuto.

53. Ligados ao campo, existem empreendimentos industriais de vulto que, combinados com a produção agrícola, formam unidades econômicas produtivas. É o caso da indústria açucareira e da produção de álcool-motor; da criação e industrialização de aves; da produção de celulose; de preparação de sucos cítricos e bebidas alcoólicas, etc.

54. Baseado na realidade do campo brasileiro e visando a construção do socialismo, o PCdoB estabelece a sua orientação geral nesse setor de atividade. Considera que a nacionalização da terra - meio de produção fundamental - é indispensável à construção da nova sociedade. Entretanto, nesta primeira etapa de transição do capitalismo para o socialismo, o PCdoB adota posição intermediária e transitória. Não haverá nacionalização da terra. Fazer-se-á reforma agrária antilatifundiária que consistirá basicamente em:

- fixação de teto máximo para as propriedades rurais, segundo as diferentes regiões do país. Isso permitirá a exploração da propriedade do solo por capitalistas de médio e grande porte;

- o excedente do teto máximo e as terras devolutas, considerados de interesse social, constituirão o Fundo Agrário Nacional, utilizado pelo Estado para suprir as necessidades do amplo desenvolvimento das áreas rurais;

- apoiado no Fundo Agrário, o Estado garantirá o acesso à terra a todos os que nela queiram viver e trabalhar. Dará proteção e ajuda aos pequenos e médios produtores agrícolas.

55. A produção do campo estará subordinada ao plano geral de desenvolvimento da economia do país tanto no que se refere ao mercado interno como às exportações.

56. Não será permitida a formação de cartéis ou de monopólios.

57. As empresas e setores produtivos da área rural que inviabilizarem, por meios fraudulentos, o abastecimento da população, ou sabotarem e desorganizarem a economia nacional serão expropriados e passarão a integrar o patrimônio público.

58. Somente o Estado, apoiado no Fundo Agrário,

poderá promover o arrendamento de terras. O arrendamento objetiva incrementar a produção em larga escala por investidores capitalistas. Os proprietários que não desejem cultivar o solo deverão vender a propriedade.

59. Os pequenos e médios produtores que alimentam de matéria-prima as indústrias agrárias receberão, além do valor do produto entregue, uma parte proporcional do lucro dessas indústrias.

60. Os assalariados agrícolas que constituem a parte principal da força de trabalho do campo serão obrigatoriamente organizados em cooperativas de prestação de serviços. Contarão com pleno apoio do Estado para negociar condições de trabalho e salário com os produtores capitalistas. Onde existirem cooperativas desse tipo não será permitida a contratação de trabalhadores rurais avulsos.

61. O Estado incentivará a criação de cooperativas de pequenos e médios camponeses que integrarão a economia socialista no campo. Essas cooperativas contarão com a ajuda e apoio do Estado.

62. O Estado organizará a economia socialista no campo, criando empreendimentos que possibilitem a produção em ampla escala, utilizando métodos modernos, técnicas especializadas e de alta produtividade.

63. Serão criados Centros Experimentais de culturas agrícolas e Estabelecimentos de sementes selecionadas e de mudas.

64. Criar-se-ão em todo o território agrário escolas e cursos de qualificação de mão-de-obra e de aprendizagem de técnicas modernas.

URBANISMO E QUESTÃO HABITACIONAL

65. O socialismo procurará resolver, gradativamente, os problemas das grandes cidades que apresentam sérias deformações, bem como a questão habitacional em crise, que atinge o proletariado e a classe média em geral. Milhões de pessoas, particularmente nas cidades metropolitanas, não dispõem de residência decente e boa parte nem sequer consegue abrigo seguro.

66. As deformações existentes nas grandes cidades são originadas do capitalismo. De modo geral, as cidades foram construídas segundo os interesses dos capitalistas, à revelia das aspirações dos que nelas habitam. Incentivando a valorização do solo urbano, eles promoveram um tipo desordenado de edificações que afeta a estética urbanística e prejudica o ambiente sadio indispensável à vida da população. Monopolizaram os terrenos urbanos, o que repercute no

encarecimento cada vez maior dos aluguéis.

67. A situação dos grandes centros urbanos agravou-se com o afluxo populacional vindo de diversas regiões do país. Esse afluxo é provocado pela precariedade de meios de existência em inúmeras localidades. Os fatores determinantes são o êxodo rural e a carência de atividades econômicas na maior parte do território nacional.

68. O Partido Comunista do Brasil defende o princípio de que todo trabalhador tem direito a uma habitação decente, em ambiente saudável e a baixo custo. Com esse objetivo, e em relação a situação atual, propõe:

- A nacionalização do solo urbano, que não poderá ser objeto de especulação capitalista. Cabe à sociedade dele dispor conforme às necessidades da população e ao crescimento das cidades.

- A incorporação ao patrimônio público dos imóveis pertencentes aos grandes proprietários ou consórcios capitalistas de modo a atender à demanda de residências para o povo e de locais para serviços públicos.

- Os pequenos e médios proprietários de imóveis terão assegurado seu direito de propriedade; será garantida igualmente a propriedade coletiva dos edifícios residenciais.

• 62. - As cidades obedecerão a planejamento adequado à sua expansão e modernização. Prevalecerá o interesse social sobre o interesse privado.

69. A fim de evitar o afluxo populacional às grandes cidades, impõe-se realizar melhor distribuição territorial da população, firmada numa profunda reforma agrária que ajude a fixação do homem no campo e num desenvolvimento econômico equilibrado das distintas regiões do país.

BEM-ESTAR SOCIAL E DEFESA AMBIENTAL

70. O Programa do PCdoB aponta as realizações sociais e a defesa ambiental como elementos primordiais à obra de construção socialista, cujo objetivo, em última instância, é a elevação permanente do nível das condições de vida, material e espiritual, do povo trabalhador. Constituem, portanto, tarefas que devem acompanhar, passo a passo, a edificação econômica e política.

71. O Estado garantirá a todos os cidadãos condições dignas de vida, o acesso universal à assistência médico-hospitalar e à Previdência Social. Dedicará

especial atenção à proteção à infância e à maternidade, ao saneamento e à qualidade do meio ambiente, bem como à higiene e segurança do trabalho.

72. O complexo da construção social e defesa ambiental abrange:

- a edificação de residências para o povo, na cidade e no campo;
- a criação de parques e locais de recreação pública;
- a construção de estádios, ginásios e pistas esportivas;
- a organização de creches e escolas infantis;
- a instalação de serviços comunitários, tais como restaurantes, lavanderias e outros serviços de interesse coletivo;
- a defesa do meio ambiente e do ecossistema; medidas para evitar a poluição do ar, dos rios, dos lagos e do mar;
- a proibição da destruição de florestas e manguezais;
- a proteção contra radiações nucleares.

73. A participação das grandes massas, de maneira independente, nessas tarefas, contribui para forjar o espírito de comunidade socialista que desempenha importante papel na transformação da mentalidade individualista e na afirmação do esforço coletivo.

74. Serão estabelecidas taxas mínimas para aluguéis de imóveis e utilização de serviços comunitários.

75. Conceder-se-á permissão para a construção de casa própria, propriedade individual ou de grupo.

76. Com o fim de descentralizar a administração pública e possibilitar maior iniciativa das massas trabalhadoras e populares, serão criados órgãos que supervisionarão as construções sociais e a defesa do meio ambiente, com a participação majoritária de membros eleitos pelo povo.

DESENVOLVIMENTO CULTURAL

77. A transição para o socialismo exige amplo desenvolvimento de múltiplas atividades culturais destinadas a elevar o nível de conhecimento do povo, impulsionar a construção socialista, a ajudar a formação da consciência social progressista. Diferentemente da cultura da época burguesa, reservada à minoria, a nova cultura, em luta contra o obscurantismo e as idéias retrógradas, orienta-se no sentido de alcançar a maioria da população.

78. Proceder-se-á à elevação do nível cultural com a liquidação do analfabetismo e a disseminação do ensino laico, de boa qualidade, que assegure a todos conhecimento técnico-científico universal. Far-se-á a reforma universitária de conteúdo democrático e progressista, garantida a liberdade de cátedra e de pesquisa universitária.

79. Será estimulado e apoiado o desenvolvimento das artes em todas as modalidades: plástica, literária, musical, coreográfica, teatral, cinematográfica, artesã-popular, sendo garantida, como instrumento de progresso artístico, a liberdade de expressão e de criação.

80. Com a finalidade de disseminar a cultura entre o povo, construir-se-ão bibliotecas, museus, teatros, centros de exposições artísticas, institutos de divulgação e pesquisa da memória histórica, em especial das lutas populares.

81. A fim de impedir a difusão em massa de idéias e concepções decadentes e reacionárias e assegurar o acesso dos trabalhadores e do povo aos meios de ampla comunicação social, os canais de televisão e as estações de rádio serão convertidos em propriedade educativa estatal, ou de Fundações ligadas a entidades sociais e culturais, ou de centros de Estudos e Pesquisas científicas, ou, ainda, das Universidades.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

82. A passagem do capitalismo ao socialismo reclama atenção particular ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Uma e outra, interligadas, constituem elementos essenciais à edificação de uma sociedade moderna. A atividade tecno-científica deverá estender-se a todos os setores que necessitam de conhecimentos mais profundos para avançar. Em especial, a ciência e a tecnologia devem impulsionar a construção econômica que, por sua vez, nelas se apoiará para progredir.

83. O Estado investirá recursos suficientes para a formação, em larga escala, de pessoal técnico-científico de alta qualificação. Criará bases sólidas de educação e investigação científica. Propiciará também locais adequados à experimentação e prova de tecnologia de ponta.

84. Em diferentes regiões do país criar-se-ão Institutos e Centros de pesquisas especializados, que abarquem desde a biotecnologia ao setor espacial.

85. Sem menosprezar as aquisições tecnológicas estrangeiras, será indispensável desenvolver tecnologia própria ligada às características do país que contribuam para o seu desenvolvimento independente.

86. No campo da ciência, dar-se-á importância ao estudo da filosofia, do materialismo dialético e histórico e das ciências em geral, notadamente da ciência social visando promover e preservar as grandes conquistas do marxismo. A teoria será posta a serviço da prática, e a prática considerada como fonte do conhecimento científico.

87. Será garantida a difusão de opiniões diferenciadas

da natureza técnica ou científica e também do materialismo e do idealismo.

88. Estimular-se-á a formação de quadros capacitados teoricamente, capazes de generalizar a experiência do movimento revolucionário e da luta de classes, estribados na teoria do progresso ininterrupto da sociedade.

89. Far-se-á intensa difusão da teoria socialista firmada no materialismo dialético, a fim de enraizar a cultura avançada entre as massas e consolidar o sistema do socialismo científico. A luta constante contra a ideologia burguesa, individualista e mesquinha, é fundamental para forjar culturalmente o novo homem e tornar definitivamente vitoriosos os ideais do proletariado revolucionário.

INTERNACIONALISMO E SOBERANIA NACIONAL

90. Os comunistas defendem o internacionalismo proletário. Apóiam a luta de todos os povos por sua emancipação nacional e social. São solidários com as nações e povos socialistas que sustentam firmemente a grande bandeira do progresso social, da construção da nova sociedade, mais humana, justa, culta e civilizada. A luta contra o capitalismo é tarefa estratégica de todas as nações. Enquanto existir o imperialismo haverá guerra, fascismo, injustiças sociais, feroz exploração do homem pelo homem. Somente o socialismo libertará a Humanidade de séculos de opressão, humilhações e sofrimentos.

91. O Programa do Partido Comunista do Brasil põe, igualmente, em relevo a luta intransigente em defesa da soberania e da independência do nosso país, luta que envolve não somente os inimigos externos, cada vez mais agressivos, como também os inimigos internos - boa parte da grande burguesia e seus comparsas acumpliciados com os monopolistas estrangeiros. Essa luta constitui uma das grandes tarefas da época que vivemos. A conquista do socialismo é inseparável do combate firme e decidido por uma pátria livre, soberana e independente. Em última instância, o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional de todos os países.

- VI -

O CAMINHO PARA ALCANÇAR O SOCIALISMO

92. O Programa socialista do Partido Comunista do Brasil é uma grande bandeira de combate em prol da transformação radical da sociedade brasileira em crise permanente. A única e correta proposta para eliminar a dependência do país aos monopolistas

estrangeiros e acabar com o domínio das forças reacionárias sobre a nação, o meio eficaz de liquidar as injustiças sociais, terminar com a fome e a miséria que crescem aceleradamente no pólo oposto ao do enriquecimento fácil de uma minoria de privilegiados e corruptos.

93. Mas a conquista do socialismo é um caminho de árdua disputa com as classes retrógradas que dominam o país. São forças poderosas que não cederão facilmente as posições que detêm. A máquina do Estado está em suas mãos. Utilizarão o engodo e as promessas jamais cumpridas, o monopólio da mídia, recorrerão ao arbítrio, apelarão para o fascismo, não vacilarão em juntar-se aos intervencionistas estrangeiros a fim de tentar conter e esmagar o movimento progressista. Todos os que almejam uma pátria livre e soberana, que desejam avanços contínuos nos terrenos político, econômico, social e cultural terão de enfrentar decidida e persistentemente as forças inimigas.

94. O caminho para o socialismo passa pela realização de inúmeras batalhas em diferentes níveis com a ampla participação do povo. Não pode ficar restrito à esfera da propaganda revolucionária. É indispensável atuar no curso dos acontecimentos políticos cotidianos. Defendendo as idéias socialistas, para esclarecer e educar os trabalhadores e as massas populares, os comunistas estarão presentes nos pequenos e nos grandes combates que envolvam o povo, sejam por motivos políticos, sejam por reivindicações econômicas e sociais.

95. O proletariado revolucionário, defensor dos ideais renovadores da sociedade, precisa lutar por sua hegemonia no processo político em curso, fortalecendo o seu partido, o PCdoB, estabelecendo alianças e desenvolvendo-se politicamente. Deve ser capaz de atrair, em cada fase do grande combate que dirige, aliados políticos ainda que vacilantes e temporários. As alianças políticas bem conduzidas ajudam a derrotar a reação. E facilitam o agrupamento de forças com projeções estratégicas.

96. Importância particular na mobilização das massas, buscando isolar ou neutralizar os inimigos, tem a fixação de objetivos concretos de nível mais elevado. Nesse sentido, adquire significado primordial a defesa da soberania e da independência nacional; a exigência de democratização ampla e profunda da vida do país; os reclamos da questão social em constante agravamento. São objetivos relacionados com a questão do poder, visando tirar o Brasil do atraso e da pobreza, garantir a liberdade para o povo, afirmar a identidade nacional. Essa luta apresenta não apenas aspecto tático. Perdurará por longo período e somente terminará com a vitória definitiva das forças progressistas. As classes dominantes não têm

alternativa. Insistirão até o fim na política entreguista, antinacional, persistirão na via antidemocrática e anti-social.

97. Significado importante tem igualmente a atuação no campo eleitoral e parlamentar. Se bem que o Parlamento, tal como existe presentemente, seja uma instituição burguesa elitista e conservadora, constitui, entretanto, uma tribuna de luta política que permite às correntes democráticas e progressistas denunciar as mazelas do regime, reclamar direitos para o povo, defender a soberania nacional e a ampliação da democracia. A disputa eleitoral, ainda que viciada e desigual devido à força do poder econômico e aos privilégios dos grandes partidos, possibilita, em certa medida, o esclarecimento do eleitorado e contribui para o fortalecimento das organizações políticas que representam interesses fundamentais da nação.

98. As formas de luta, variadas e de múltiplos aspectos, devem corresponder à situação de cada momento e ao nível de aceitação e compreensão das grandes massas. Seria errôneo artificializar métodos de luta restritivos que entorpecem o movimento de massas e isolam a vanguarda.

99. Todo o procedimento político e organizativo, relacionado com o caminho para o socialismo, objetiva acumular forças, ganhar prestígio e influência no seio do povo. A conquista do socialismo é obra das amplas massas, dos trabalhadores em geral, sob a liderança indeclinável do Partido Comunista. Exige, na atualidade, a criação de uma sólida frente nacional, democrática e popular, reunindo partidos, personalidades políticas democráticas, organizações de massas, defensores da soberania nacional, agrupamento decidido a derrocar as classes reacionárias e a realizar as transformações de que o Brasil necessita.

100. Tarefa de primeiro plano para alcançar o socialismo é a construção de um forte Partido Comunista, ligado às massas, em particular à classe operária. A fim de cumprir sua missão histórica, o PCdoB precisa multiplicar sua força militante, ampliar sua influência política em todos os setores de atividade, aprofundar os conhecimentos teóricos, aprender da experiência positiva e negativa do socialismo na ex-URSS e em outros países. O Partido deve colocar-se à altura do Programa socialista que apresenta aos trabalhadores e ao povo.

101. O socialismo científico não é uma perspectiva longínqua, inacessível. É uma exigência do desenvolvimento histórico. Sua realização vitoriosa depende da justa direção dos comunistas do Brasil e do mundo inteiro, resulta da luta tenaz e consciente das massas ansiosas de liberdade e justiça social.

A clandestinidade, uma opção de resistência

MARIA AUXILIADORA ARANTES

*Estudo pioneiro explora um campo
ainda intocado,
a vida dos clandestinos políticos,
personagens
chave na luta contra a ditadura.*

Há uma área de sombra na história política brasileira das últimas décadas: pouco sabemos a respeito dos clandestinos políticos. Daqueles brasileiros e brasileiras, engajados decididamente na luta contra a ditadura militar e que, devido à sua atividade política intensa e permanente, foram o alvo preferencial da repressão policial. E que, por isso mesmo, tiveram que trocar nomes, afastar-se de famílias e amigos, abandonar profissões e carreiras promissoras, para driblar a polícia e exercer sua função de vanguarda democrática do povo brasileiro.

Muitos lutadores pela democracia deixaram o Brasil, naqueles anos de trevas, e continuaram sua luta no exílio. E uma peça essencial para essa luta era a presença ativa dos clandestinos políticos no interior do País, sem o clandestino, aquela luta não se ligaria ao povo, seria praticamente impossível dar expressão política ao protesto popular que não se extinguia, apesar de todo o aparato repressivo da ditadura.

A história desses militantes exilados é relativamente bem conhecida, até mesmo porque sua volta simbolizou sua reincorporação à vida normal do País e foram, por isso, recebidos com grandes festas. A história dos clandestinos, por sua vez, continuou clandestina. Pouco se fala nela, poucos são os relatos de vida e de experiências, poucos são os estudos de sua trajetória.

Nesse sentido, a dissertação de mestrado Pacto Revelado - abordagem psicanalítica de fragmentos de vida militante clandestina, de Maria Auxiliadora (Dodora) de Almeida Cunha Arantes, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1993, levanta a ponta desse véu.

Apesar de não ser, a rigor, um trabalho de história política ou social (foi apresentada como exigência para obtenção do título de mestre em psicologia clínica), ela tem o valor inestimável de enfrentar esse tema e começar a refletir sobre ele. A seguir, PRINCÍPIOS transcreve, em primeira leitura, um trecho do trabalho de Dodora.

José Carlos Ruy

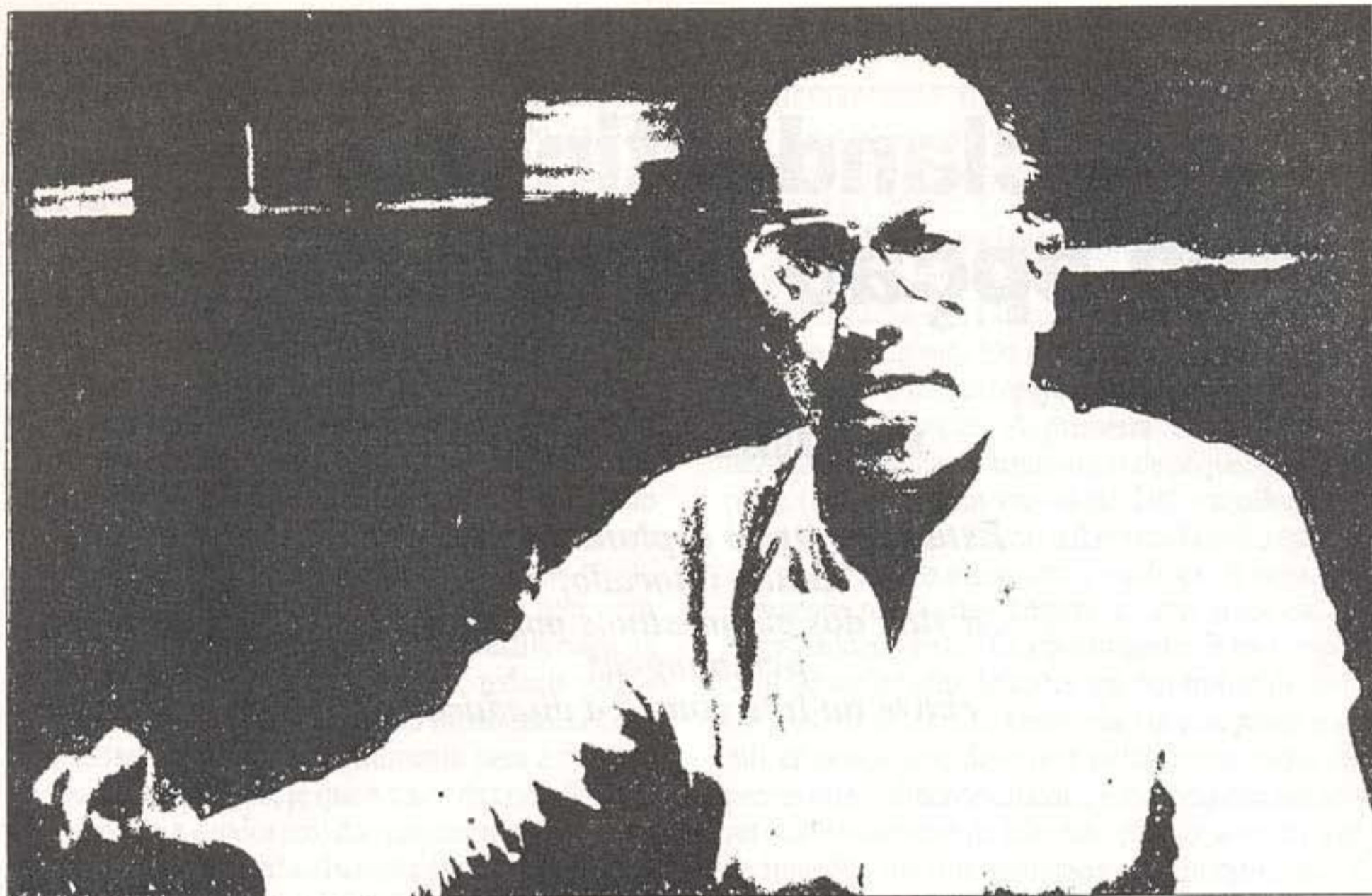
•65•

A clandestinidade política foi a alternativa que muitos militantes de esquerda encontraram para continuar no País, combatendo o regime militar, entre 1964 e 1979. Todas as organizações políticas, colocadas na ilegalidade e proibidas, tiveram muitos de seus militantes presos, torturados e assassinados.

Muitos foram banidos, muitos se exilaram. Mais de uma centena de brasileiros continuam desaparecidos. Muitos abandonaram a luta, durante a vigência do Regime Militar.

Um contingente significativo permaneceu dentro do Brasil. Muitos tornaram-se clandestinos. Seu objetivo: combater os militares, resistir em luta contra os avanços de um governo discricionário e facista. Denunciar as violências cometidas, chegar mais perto do coração da ditadura e feri-la de morte.

Tornaram-se clandestinos. Nos nomes, nos rostos, nos documentos pessoais. Afastaram-se de seu grupo familiar, de amigos e de suas profissões. Deixaram suas casas, seus bens, suas roupas. Formaram a coluna vertebral de resistência aos militares. Reuniram-se febrilmente, fizeram planos estratégicos e de ação. Brigaram entre si e se abraçaram como nunca. Cada despedida, talvez fosse a última.



Haroldo Lima

O amanhã era absolutamente hipotético. A certeza do futuro terminava a cada pôr-do-sol. Tinham sido alijados das fileiras dos cidadãos brasileiros, cassados como profissionais, jubilados como estudantes, demitidos por decreto de seu trabalho.

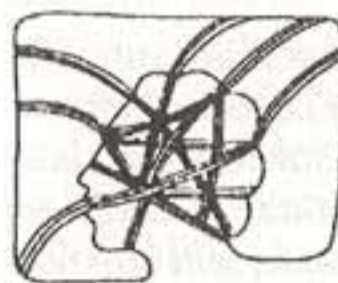
Foram incorporando ao seu jeito, o anonimato. Faziam-se iguais aos homens comuns. Jovens mulheres precocemente taciturnas, sonhos de vida familiar preteridos. Sonhos de maternidade interrompidos. Nenhuma certeza de construir com tranquilidade um futuro.

O militante político que fez a escolha da clandestinidade, provavelmente estava capturado pelas condições sociais e políticas prevaletentes no País. Estas condições próprias a uma situação dada de um determinado País, em uma época precisa, não seriam exclusivas.

Elas também se dão em outros países, em seus diferentes momentos históricos. No Brasil, o golpe militar de 1964 restringiu a liberdade de ação dos militantes das organizações políticas. As restrições impostas pelo golpe militar e pelas sucessivas Juntas Militares foram diminuindo o espaço de atuação política legal. Partidos políticos dissolvidos, organizações políticas declaradas ilegais, sindicatos, universidades, associações de classe e entidades estudantis proibidos e invadidos. Restou à militância poucas alternativas: sair do País ou permanecer nele. E é esta decisão que se apresentava a todos os que estavam implicados na luta política.

Os militantes políticos pertencentes às organizações declaradas ilegais, por isso perseguidas pela polícia política e militar, tinham poucas alternativas se quisessem continuar a ser militantes políticos

organizados. Neste aspecto, a escolha da clandestinidade era uma questão de sobrevivência, decorrente de sua condição de militante perseguido e considerado inimigo pelas forças militares e policiais. A outra alternativa de sobrevivência seria sair do País, exilar-se. Para alguns, restava a hipótese de permanecer na legalidade em seu local de trabalho ou de estudo, sobretudo na universidade, desde que pudessem manter preservada sua condição de militante, ainda não localizado pela repressão.



**Para os militantes,
a escolha da
clandestinidade era
uma questão
de sobrevivência**

Na legalidade *permitida*, permaneceram os brasileiros, que aos poucos foram se tornando muitos, indignados com o regime militar. Eram profissionais liberais, artistas, músicos, escritores, estudantes, professores, reitores, religiosos, bispos, padres e freiras, empresários, sindicalistas etc. Foram se constituindo na legião dos brasileiros que mantinham bolsões de luta política dentro da legalidade.

Eram ainda refúgio para os perseguidos, espaços para reuniões políticas, sobretudo na universidade, em colégio e instituições democráticas. A estes foram se juntando os familiares dos perseguidos, vasculhados na sua privacidade, remexidos e revistados nas suas casas à busca de livros, documentos, fotos dos seus familiares militantes. Telefones *grampeados*, casas vigiadas, à espreita de visitas de amigos, de colegas, familiares. Ameaças, tentando obter in-

formações, detalhes sobre o militante procurado. Muitas vezes, o clandestino ficou sabendo, tempos depois, das revistas feitas à sua procura, de situações de constrangimento de seus parentes queridos, de suas dificuldades, de suas doenças e mesmo de sua morte.

“Meu pai morreu e pouco antes de morrer, ele sabendo dos riscos de segurança que eu enfrentava, pediu à minha mãe aos prantos que não me avisasse da morte dele.

E eu só fiquei sabendo da morte de meu pai um mês depois dele ter sido enterrado.

É claro que isso foi um choque muito grande para mim. Eu tinha uma relação muito profunda com meu pai.” (Aldo Arantes).

“Meu pai respeitava muito a mim, e eu a ele, sobretudo porque ele era uma pessoa séria, honesta, abnegada. Depois de mais velho começou a ter doenças e eu tinha uma dificuldade muito grande de ir visitá-lo(...) Sou o único filho homem dele, e toda a visita que eu fazia a Salvador era uma visita delicada, porque era um lugar onde eu era mais conhecido e já tinha nessa época sido condenado à revelia, era perseguido, se eu aparecesse ia ser preso de imediato. Por diversas vezes eu lá estive escondido, para visitar meu pai, entrava à noite, saía horas estranhas ou muito cedo, ou passava o dia lá dentro de casa, sem que ninguém soubesse. Tinha assim um certo grau de relação com meu pai - minha mãe já era morta - quando ele adoeceu com a doença que o levou à morte. Eu não tive facilidade de voltar a visitá-lo, mas acompanhava por telefone o estado de saúde dele. E estava sabendo que pela idade e com a doença, ele não mais resistiria. Eu estava numa reunião em Recife quando, no intervalo, eu é que estava expondo, em uma reunião da direção política local de Ação Popular, então no intervalo, fui à telefônica pedir informações sobre meu pai. Um empregado da casa informou que meu pai tinha sido enterrado há alguns dias” (Haroldo Lima).

Os brasileiros, militantes políticos legais, amigos e familiares de militantes, simpatizantes da causa revolucionária, foram fazendo da sua profissão, do seu local de estudo e de trabalho um terreno sobre o qual foi sendo recuperada a dignidade de um País militarizado. Na primeira hora estavam religiosos, advogados, médicos que, nos primeiros socorros aos militantes ainda perseguidos ou então presos, se dispuseram a colocar sua profissão e seu conhecimento para a salvaguarda de vidas perseguidas pela repressão, arriscando-se também a constrangimentos e ameaças. Os artistas, os músicos, os escritores, os jornalistas, os autores teatrais, os cineastas, foram usando seus espaços para denúncias muitas vezes, metáforas, tentando driblar a férrea censura à liberdade de expressão.

No avesso do Brasil, pulsava a clandestinidade. Às vezes armada na cidade, às vezes armada no

campo. Às vezes não-armada. Convicta de sua condição de combate, sabendo-se perseguida pelas armas militares. Muitas vezes espreitada pela violência militar e sistematicamente aviltada quando presa. A polícia e os militares não se constrangeram em prender militantes com seus filhos, mulheres grávidas, e, em torturar até à morte.

A clandestinidade tornou-se uma contingência num primeiro momento, única possibilidade de defesa e de sobrevivência do militante localizado pela repressão.

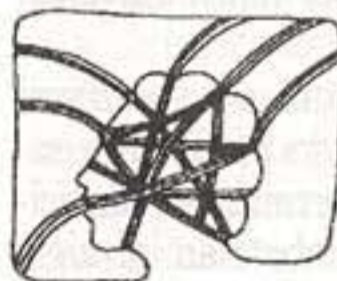
Cair na clandestinidade, de início era sair de cena legal. Era uma defesa da própria vida e da própria Organização.

Tornar-se clandestino e permanecer clandestino, durante 5 anos, 10 anos ou mais, foi mais do que uma alternativa de sobrevivência, envolveu uma escolha, uma escolha que não era livre, porque era uma escolha dentro de uma situação de catástrofe política. Não é necessário ser clandestino político, na vigência de um regime democrático. Esta alternativa, a da clandestinidade, ocorre dentro de um colapso democrático. Logo, não é uma escolha feita em condições favoráveis de luta política. É feita exatamente em condições desfavoráveis, e por isso não é uma livre-escolha e nem uma escolha livre. É uma escolha, no sentido político, determinada pela situação de excepcionalidade do País, e de perseguição declarada pelo poder militar.

Aqui é que se *instaura* a escolha. Em alguns casos esses militantes poderiam sair do País, se exilar. Esta alternativa existiu para alguns. Houve casos em que o militante saiu do País, se exilou, e depois, voltou para ficar clandestino.

A escolha, se dá nessa circunstância. Passada a necessidade imperiosa de defesa da vida e de sobrevivência, houve quem permanecesse clandestino. É dessas experiências que falo.

O que constitui do ponto de vista psíquico, a escolha, é o investimento que será feito sobre ela. O que caracteriza a escolha é a condição de sujeito de sua escolha, mesmo que haja a lucidez para reconhecê-la relativa e limitada, é a capacidade de interpretar a situação que é dada e a capacidade de recorrer a reservas psíquicas para dar conta da situação de clandestinidade.



“A clandestinidade foi consequência inevitável da escolha que eu fiz: lutar pela liberdade”

“Os motivos que me levaram a escolher a vida clandestina, no meu entender, foram consequência inevitável da escolha de vida que eu fiz, cujo objetivo era lutar e participar ativamente da luta de liberdade de nosso povo. É uma consequência prática da consciência da necessidade da luta organizada e da decisão de pertencer a um partido político (...) Em

qualquer regime ditatorial, pertencer a uma organização revolucionária implica necessariamente em cuidar, de todas as formas, de garantir a própria sobrevivência bem como preservar a organização partidária. Uma e outra longe das garras da repressão policial (...) Passar à clandestinidade mesmo, foi uma imposição da ditadura. Ser clandestino dentro do País foi uma opção minha, pois tive mais de uma oportunidade de sair para o exterior. Não conseguia nem me imaginar saindo do Brasil apenas para garantir minha vida pessoal. No começo dos anos 70, aceitei assumir tarefas partidárias em outro Estado, em substituição a companheiros já identificados pelos órgãos de repressão ou na iminência de sê-lo. Em pouco tempo, perseguida também nestes Estados, não me restou outra opção, à medida em que prosseguia com os objetivos de militância, já citada. Em pouco mais de um ano, tive que interromper as relações familiares, passando 5 anos sem que pudessemos entrar em contato diretamente” (Maria Luísa de Barros Carvalho).

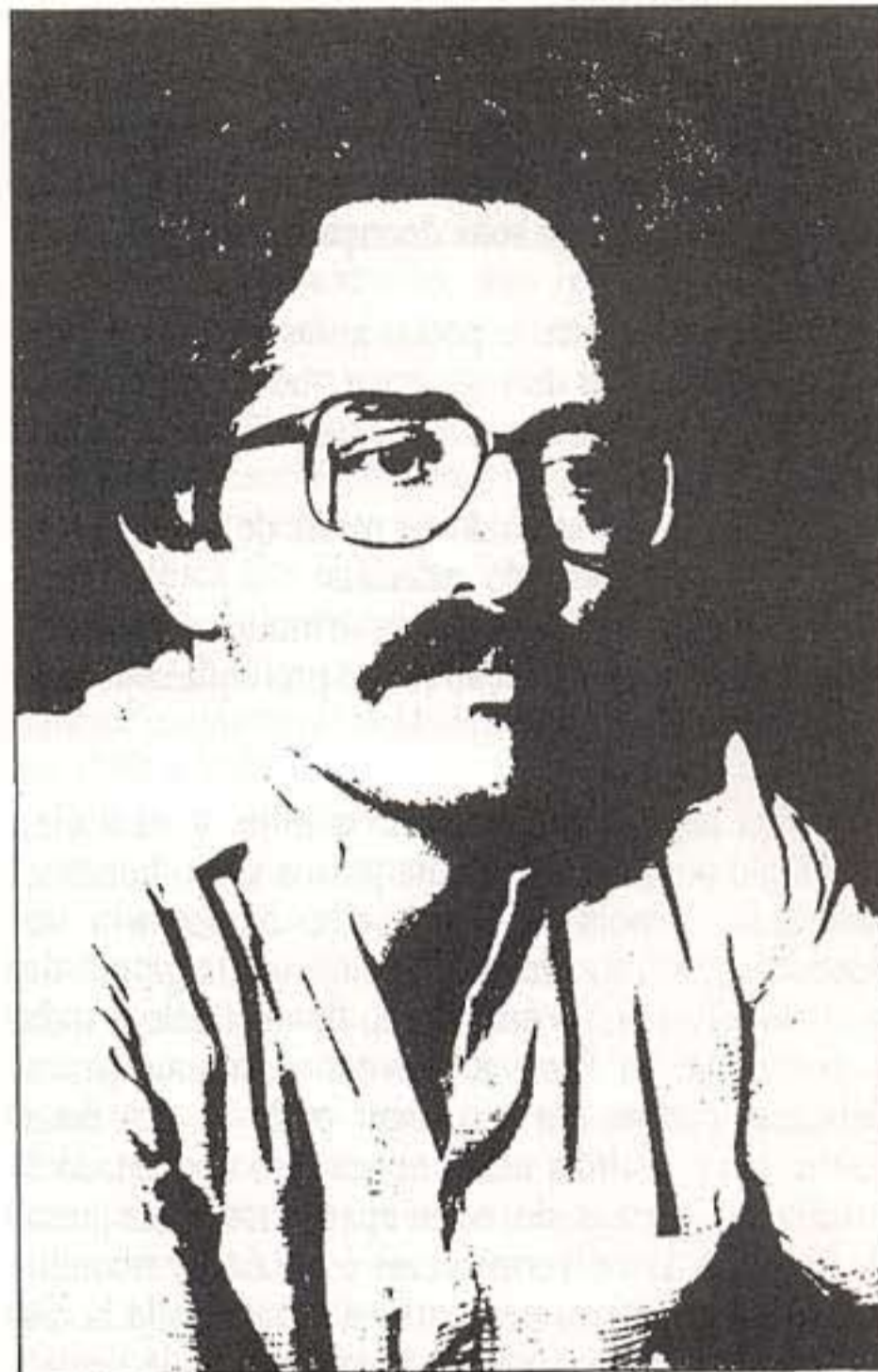
A decisão da clandestinidade envolveu a escolha de um destino. Muito mais complexa do que supôs qualquer um que se viu frente a ela em 1964. Aos 20 anos de idade, um pouco mais ou um pouco menos, comprometer-se com a luta de resistência, abandoná-la, ou sair do País, não era simples ou fácil. A distância entre a decisão tomada e suas implicações, foi muitas vezes maior do que supuseram os militantes e suas teorias revolucionárias.

Algumas vezes era uma decisão discutida em reuniões políticas clandestinas, algumas vezes resolvida entre companheiros e casais. A própria adesão à alternativa colocava cara-a-cara o militante com seu destino, não sabia ele, coberto por uma longa e nebulosa noite. Ele teria que firmar e reafirmar, assinar e subscrever a escolha que fez. O sujeito substantivo da decisão estava no fim e nos confins de cada um.

A escolha de uma decisão que envolveu um destino não é um ato solitário, lúcido e consciente. Marcelo Vinar diz que “(...)o sujeito substantivo da decisão, encontra-se nos confins do próprio ser - onde algo próprio e alheio, familiar e estranho nos impele em uma direção e nos puxa para outra. Este processo deixa uma inscrição, um traço, uma marca universal e necessária (...)”¹.

A clandestinidade contava com uma variável conhecida: permanecer em território pátrio. Em segundo lugar, tinha um objetivo determinado: participar da luta de resistência e de combate ao inimigo. Logo, a liberdade de ir e vir, conviver com os amigos e familiares é substituída pela liberdade de continuar a defender as mesmas idéias, porém, de um outro lugar, agora tornado escondido dentro do próprio país.

“E a vida clandestina na verdade, é um mecanismo de cerceamento da liberdade da convivência dentro do próprio país. Isso é claro, trazia problemas



Aldo Arantes

extremamente sérios e que só se justificaram exatamente pelo significado político que esta opção tinha (...)” (Aldo Arantes).

O clandestino lida o tempo todo com a contradição entre desejar fazer e não poder, desejar ir e não poder ir. O que em última instância o contém é a certeza do perigo de ser descoberto pela polícia política e militar e o que o mantém clandestino é a reiterada tentativa de aceitar a escolha que fez, permeada pelo sentido *político iluminado e a crença pia* de que um dia, *aquilo* ia desaparecer.

“Nós todos estávamos orgulhosos, de certa maneira estávamos participando de um processo político no qual nos julgávamos assim, os arautos da causa da liberdade.

A causa da liberdade hoje está exigindo sacrifício e nós estamos agarrando esta bandeira (...) Acho que o fato de alguns clandestinos terem vivido dez anos e na época do Estado Novo houve quem vivesse mais do que isso, 10, 12, 13, era mais ou menos a média, eu pessoalmente vivi dez anos, houve quem vivesse mais tempo eu acho que o fato disso ter sido possível foi muito relacionado a nós termos a convicção de que isso era uma necessidade em função de uma causa luminosa e, por outro lado, de nós termos criado as condições humanas de se sobreviver nessa situação.

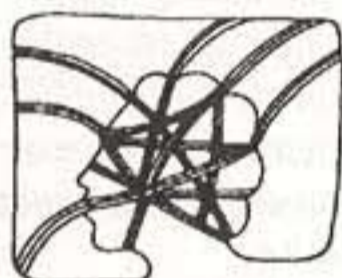
Por outro lado, tudo isso era alicerçado por essa atitude que era a formação de uma consciência de que

a coisa ia desaparecer algum dia. Nós nunca pensamos que aquilo ia ser definitivo, aquilo seguramente era passageiro e esse passageiro não implicava necessariamente em nós estarmos perguntando se era demorado ou rápido, custasse o tempo que custasse, mas era passageiro. Isso não era definitivo, isso era em função de uma outra causa (...)" (Haroldo Lima).

Esta crença de que era passageiro remete ao caráter de decisão tomada. Se escolhi posso até descolher não é uma escolha irreversível. São motivos internos aliados ao motivos políticos, que determinam para o militante o rumo da escolha. É como se o clandestino estivesse mergulhado na ambivalência da situação à qual está submetido. Não precisa de um passaporte para atravessar a fronteira.

As fronteiras dentro do próprio país são como a maioria das fronteiras políticas, apenas investidas de realidade. Como um muro que pode demarcar nacionalidades, ou um tratado diplomático que pode criar ou desmembrar nações.

**Cheio de ambigüidades,
o clandestino
busca em experiências
anteriores
meios para sobreviver**



O clandestino não está submetido a espaços materiais inacessíveis. Ele não está preso. Ele não está fora do país. Ele poderia bater à porta de sua família. Abraçar os seus pais, carregar no colo os novos membros da casa, mas ele não pode porque escolheu, porque decidiu, porque assinou a passagem a clandestinidade e sobretudo porque se o fizesse estaria arriscando-se a ser preso, a ser morto, a ser localizado pela polícia, vulnerando sua Organização.

Impregnado de ambigüidade, o clandestino tentará buscar em recordações arcaicas e familiares o repertório que lhe permitirá viver dentro desta desterritorialização em solo pátrio. Exemplo disto são os relatos testemunhos que falam da vida clandestina em família, da experiência de ser mãe e ser pai, das novas amizades que se fazem. É estar buscando em experiências anteriores e tornadas interiores os novos recursos para viver em terreno desconhecido e internamente ainda estrangeiro.

Busca-se *fundo da alma* o que há de já esquecido, para aquecer essa nova vida. É nesta acepção que o clandestino consegue reinvestir sua vida de afetos guardados, e talvez esquecidos, talvez recalçados. Muitas vezes na sua busca, a representação que lhe é consciente condensa energias que permanecerão não-sabidas. O pacto com o escondido, com o clandestino, com o não revelado, provavelmente teve para muitos clandestinos significação própria diferente da que viveu outro clandestino (...). O clandestino vai percebendo aos poucos que não é mais dono do seu tempo, vai se sentindo isolado (...)

"No isolamento o clandestino passa a ver e a

sentir o mundo de forma distinta e com o passar do tempo sair do isolamento passa a ser uma necessidade vital. Nestes momentos é que o clandestino enfrenta opções difíceis entre a sua necessidade subjetiva de romper o isolamento e a conveniência ou possibilidade real de fazê-lo.

O clandestino enfrenta ainda a prova da fidelidade à causa que abraçou, a confiança no partido a que pertence, a confiança no próprio processo da luta e nos seus destinos.

Neste momento o revolucionário clandestino se vê, como individualidade, colocado diante de perguntas que nos momentos da ação, de luta aberta, na companhia da massa, jamais se fizera: por que vivo esta situação? Quero vivê-la, acredito realmente na validade e na necessidade de viver pessoalmente, estas situações? Valerá a pena todo este sacrifício? Estou realmente convencido de que quero vivê-las?" (Herbert José de Souza - Betinho).

É para estas perguntas que o militante clandestino terá que dar novas respostas. Uma delas consiste em subscrever seu compromisso de adesão. O clandestino discute com seus companheiros a sua situação, faz revisão-de-vida, faz relato de militância, é como se estivesse em permanente *supervisão horizontal*. Talvez, este processo que na época se chamava *revisão de militância*, é que tenha sido responsável pela irmandade que foi se criando entre os militantes e os longos laços de amizade que ainda hoje permanecem. Confissões de debilidades, então ditas ideológicas e de classe, e por outro lado, o exercício do autoritarismo e da rigidez nas avaliações destas debilidades. Neste processo, como objetivo de preservação e segurança, eram decididos deslocamentos, casamentos, ter ou não ter filhos, doação de bens pessoais, sair ou não sair do país, visitar ou não visitar familiares queridos doentes.

MARIA AUXILIADORA ARANTES é Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP

NOTA

(1) Marcelo Viñar, in *Era de Nieblas - Derechos Humanos, Terrorismo de Estado y Salud Psicosocial en America Latina*, Vários Autores, Caracas, Nueva Sociedad, 1990, p. 160. O livro reúne 15 textos de profissionais latino-americanos e europeus produzidos para a sessão Anual de 1989 - do Simpósio sobre *Cultura e situação psicossocial na América Latina*, organizado pela Universidade de Hamburgo, na Alemanha, sob a coordenação de Horácio U. Riquelme. Entre os autores há cinco psicólogas, três psicanalistas, um sociólogo, seis psiquiatras, um escritor e um terapeuta corporal. O trecho citado é de Marcelo Viñar, uruguaio, médico-psicanalista, co-diretor adjunto do Departamento de Educação Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Montevideu. O autor tem várias publicações sobre a violência social e terror político e seus efeitos sobre a estrutura psíquica dos indivíduos e grupos. O texto fala de sua experiência pessoal e familiar, durante o exílio, na França e a decisão de retomar ao Uruguai.

Mário de Andrade: “Marchem com as multidões!”

Em outubro, Mário completaria cem anos.

*Alma do movimento
modernista de 1922, foi também
seu crítico severo.*

É difícil encontrar um lugar na cultura brasileira moderna que não tenha sido palmilhado por Mário de Andrade, cujo centenário se comemorou no dia 9 de outubro. Poeta, romancista, folclorista, etnólogo, musicista, jornalista, criador de bibliotecas (a Biblioteca Municipal de S. Paulo, leva seu nome justamente devido ao empenho de Mário de Andrade em sua modernização, isso lá pelos anos 40), de conservatórios musicais, um batalhador pela democratização da cultura, ousado, que chegou mesmo a planejar (em 1929) uma Enciclopédia Brasileira, alheio às dificuldades editoriais que fatalmente tal projeto enfrentaria, Mário de Andrade foi, fundamentalmente, um lutador pela independência e autonomia da cultura brasileira.

Considerado por muitos como alma do movimento modernista de 1922, Mário de Andrade mais tarde foi um crítico das tendências cristalizadas naquele evento. Crítica que ficou registrada numa conferência pronunciada em 1942, em comemoração aos vinte anos da Semana. Ali, fala do modernismo no Brasil como “uma ruptura”, “uma revolta contra o que era a Inteligência nacional”, mas diz que “o espírito modernista e suas modas foram diretamente importados da Europa”. Lembra a origem do grupo de intelectuais e artistas, que reuniam-se na casa da rua Lopes Chaves, em São Paulo (onde hoje funciona o Museu de Literatura), “onde se comia doces tradicionais brasileiros e se bebia um alcolzinho econômico”. Dali saiu a Semana, financiada pela aristocracia paulista mobilizada por Paulo Prado, ele próprio membro de uma tradicional família de São Paulo. As reuniões ganharam então os salões da elite - Paulo Prado em Higienópolis, D. Olívia Guedes Penteado na rua Duque de Caxias, a casa de Tarsila do Amaral na rua Barão de Piracicaba. “E foi da proteção destes salões que se alastrou pelo Brasil o espírito destruidor do movimento modernista”, diz ele. Um movimento que via o povo de longe, como objeto de pesquisa e inspiração, um movimento que tinha entre seus gurus o futurista italiano Marinetti, um escritor fascista.

Essa festa, como Mário de Andrade caracterizou o movimento modernista, durou todo o restante da década de 1920. Depois da revolução de 1930, tudo mudou - as tendências ideológicas entre os intelectuais se radicalizaram. Uns tornaram-se abertamente fascistas, outros aderiram ao comunismo, outros juntaram-se ao governo de Getúlio Vargas - no esforço de ajudar a desenvolver a cultura brasileira.

Mário de Andrade foi um desses, tornou-se destacado funcionário na área cultural, tendo dirigido o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em 1935; foi um dos criadores do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, em 1936; criou em 1937 a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo, da qual foi seu primeiro presidente, entidade que fez, pela primeira vez na América, estudos de cartografia folclórica; organizou o Congresso da Língua Nacional Cantada, que fixou a pronúncia padrão usada pelo teatro dramático e pelo canto no Brasil; foi diretor do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, em 1938; foi diretor do Instituto do Livro, em 1939, e sócio fundador da Sociedade dos Escritores Brasileiros.

A defesa da cultura nacional e de sua democratização foi a principal marca da atividade de Mário de Andrade nesses cargos. Foi por sua iniciativa, por exemplo, que se construíram em São Paulo as primeiras casas de Cultura Proletária.

O texto que publicamos a seguir revela essa inquietação e registra a crítica de Mário de Andrade ao movimento modernista de 1922. Trata-se de alguns trechos da conferência de 1942, publicada originalmente na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, janeiro de 1946, volume VI (edição em homenagem a Mário de Andrade), e republicada em Mário de Andrade Hoje, organizado por Carlos E. O. Berriel, editora Ensaio, São Paulo, 1990. Ele revela preocupações extremamente atuais.



Mário de Andrade

“O espírito modernista reconheceu que si vivíamos já de nossa realidade brasileira, carecia reverificar nosso instrumento de trabalho para que nos expressássemos com identidade. Inventou-se do dia prá noite a fabulosíssima “língua brasileira”. Mas ainda era cedo; e a força dos elementos contrários, principalmente a ausência de órgãos científicos adequados, reduziu tudo a manifestações individuais. E hoje, como normalidade de língua culta e escrita, estamos em situação inferior à de cem anos atrás. A ignorância pessoal de vários fez com que se anunciassem em suas primeiras obras, como padrões excelentes de brasileirismo estilístico. Era ainda o mesmo caso dos românticos: não se tratava duma superação da lei portuguesa, mas duma ignorância dela. Mas assim que alguns desses prosadores se firmaram pelo valor pessoal admirável que possuíam (me refiro à geração de 30), principiaram as veleidades de escrever certinho. E é cômico observar que, hoje, em alguns dos nossos mais fortes estilistas surgem a cada passo, dentro duma expressão já intensamente brasileira, lusitanismos sintáxicos ridículos. Tão ridículos que se tornam verdadeiros erros de gramática! Noutros, esse reaportuguesamento expressional ainda é mais precário: querem ser lidos além-mar, e surgiu o problema econômico de serem comprados em Portugal: enquanto isso, a melhor intelectualidade lusa, numa liberdade esplêndida, aceitava abertamente os mais exagerados de nós, compreensiva, sadia, mão na mão.

Teve também os que, desaconselhados pela preguiça, resolveram se despreocupar do problema... São os que empregam anglicismos e galicismos dos mais abusivos, mas repudiam qualquer 'me parece' por artificial! Outros, mais cômicos ainda, dividiram o problema em dois: nos seus textos escrevem gramaticalmente, mas permitem que seus personagens, falando, 'errem' o português. Assim, a... culpa não é

do escritor, é dos personagens! Ora, não há solução mais incongruente em sua aparência conciliatória. Não só põe em foco o problema do erro de português, como estabelece um divórcio inapelável entre a língua falada e a língua escrita - bobagem bêbada pra quem souber um naco de filologia. E tem ainda as garças brancas do individualismo que, embora reconhecendo a legitimidade da língua nacional, se recusam a colocar brasileiroamente um pronome, pra não ficarem parecendo com Fulano! Estes ensimesmados esquecem que o problema é coletivo e que, si adotado por muitos, muitos ficavam se parecendo com o Brasil! (...)

Não tenho a mínima reserva em afirmar que toda a minha obra representa uma dedicação feliz a problemas do meu tempo e minha terra. Ajudei coisas, maquinei coisas, fiz coisas, muita coisa! E no entanto me sobra agora a sentença de que fiz muito pouco, porque todos os meus feitos derivaram duma ilusão vasta. E eu que sempre me pensei, me senti mesmo, sadiamente banhado de amor humano, chego no declínio da vida à convicção de que faltou humanidade em mim. Meu aristocracismo me puniu. Minhas intenções me enganaram.



“Quando muito, fiz de longe umas caretas para a máscara do tempo, o que não me satisfaz”

Vítima do meu individualismo, procuro em vão nas minhas obras, e também nas de muitos companheiros, uma paixão mais temporânea, uma dôr mais viril da vida. Não tem. Tem mais é uma antiquada ausência de realidade em muitos de nós. Estou repisando o que já disse a um moço... E outra coisa sinão o respeito que tenho pelo destino dos mais novos se fazendo, não me levaria a esta confissão bastante cruel, de perceber em quase toda a minha obra a insuficiência do abstencionismo. Francos, dirigidos, muitos de nós demos às nossas obras uma caducidade de combate. Estava certo, em princípio. O engano é que nos pusemos combatendo lençóis superficiais de fantasmas. Deveríamos ter inundado a caducidade utilitária do nosso discurso, de maior angústia do tempo, de maior revolta contra a vida como está. Em vez: fomos quebrar vidros de janelas, discutir modas de passeio, ou cutucar os valores eternos, ou saciar nossa curiosidade na cultura. E si agora percorro a minha obra já numerosa e que representa uma vida trabalhada, não me vejo uma só vez pegar a máscara do tempo e esbofeteá-la como ela merece. Quando muito lhe fiz de longe umas caretas. Mas isto, a mim, não me satisfaz.

Não me imagino político de ação. Mas nós estamos vivendo uma idade política do homem, e a isso eu tinha que servir. Mas em síntese, eu só me percebo,

feito um Amador Bueno qualquer, falando 'não quero' e me isentando da atualidade por detrás das portas contemplativas de um convento. Também não me desejaria escrevendo páginas explosivas, brigando a pau por ideologias e ganhando os louros faceis de um xilindró. Tudo isso não sou eu nem é pra mim. Mas estou convencido de que devíamos ter nos transformado de especulativos em especuladores. Há sempre jeito de escorregar num ângulo de visão, numa escolha de valores, no embaçado duma lágrima que avolumem ainda mais o insuportável das condições atuais do mundo. Não. Virâmos abstencionistas abstêmios e transcendente¹. Mas por isso mesmo que fui sinceríssimo, que desejei ser fecundo e joguei lealmente com todas as minhas cartas à vista, alcanço agora esta consciência de que fomos bastante inatuais. Vaidade, tudo vaidade...

Tudo o que fizemos... Tudo o que eu fiz foi especialmente uma cilada da minha felicidade pessoal e da festa em que vivemos. É aliás o que, com decepção açucarada, nos explica historicamente. Nós éramos os filhos finais de uma civilização que se acabou, e é sabido que o cultivo delirante do prazer individual represa as forças dos homens sempre que uma idade morre. E já mostrei que o movimento modernista foi destruidor. Muitos porém ultrapassâmos essa fase destruidora, não nos deixamos ficar no seu espírito e igualâmos nosso passo, embora um bocado turtuveante, ao das gerações mais novas. Mas apesar das sinceras intenções boas que dirigiram a minha obra e a deformaram muito, na verdade, será que não terei passeado apenas, me iludindo de existir?... É certo que eu me sentia responsabilizado pelas fraquezas e as desgraças dos homens. É certo que pretendi regar minha obra de orvalhos mais generosos, suja-la nas impurezas da dôr, sair do limbo 'netrista ne lieta' da minha felicidade pessoal. Mas pelo próprio exercício da felicidade, mas pela própria altivez sensualíssima do individualismo, não me era mais possível renegá-los como um erro, embora eu chegue um pouco tarde à convicção da sua mesquinhez.

**"Abandonei, traição
consciente,
a ficção em favor de
estudo
que não sou"**



A única observação que pode trazer alguma complacência para o que eu fui, é que eu estava enganado. Julgava sinceramente cuidar mais da vida que de mim. Deformei, ninguém não imagina quanto; a minha obra - o que não dizer que si não fizesse isso, ela fosse melhor... Abandonei, traição consciente, a ficção em favor de um homem-de-estudo que fundamentalmente não sou. Mas é que eu decidira impregnar tudo quanto fazia de um valor utilitário, um valor prático de vida, que fosse alguma coisa mais terrestre que ficção, prazer estético, a beleza divina.

Mas eis que chego a êste paradoxo irrespirável: Tendo deformado toda a minha obra por um anti-individualismo dirigido e voluntarioso, toda a minha obra não é mais que um hiperindividualismo implacável! E é melancólico chegar assim no crepúsculo, sem contar com a solidariedade de si mesmo. Eu não posso estar satisfeito de mim. O meu passado não é mais meu companheiro. Eu desconfio do meu passado.

Mudar? Acrescentar? Mas como esquecer que estou na rampa dos cinquenta anos e que os meus gestos agora já são todos... memórias musculares?... *Ex omnibus bonis quae homini tribuit natura, nullum melius esse tempestiva morte...* O terrível é que talvez ainda nos seja mais acertada a discreção, a virarmos por ai cacoeteiros de atualidade, macaqueando as atuais aparências do mundo. Aparências que levarão o homem por certo a maior perfeição de sua vida. Me recuso a imaginar na inutilidade das tragédias contemporâneas. O *Homo Imbecilis* acabará entregando os pontos à grandeza do seu destino.

Eu creio que os modernistas da Semana de Arte Moderna não devemos servir de exemplo a ninguém. Mas podemos servir de lição. O homem atravessa uma fase integralmente política da humanidade. Nunca jamais êle foi tão 'momentâneo' como agora. Os abstencionismos e os valores eternos podem ficar pra depois². E apesar da nossa atualidade, da nossa nacionalidade, da nossa universalidade, uma coisa não ajudâmos verdadeiramente, duma coisa não participâmos: o amilhoramento político-social do homem. E esta é a essência mesma da nossa idade.

Si de alguma coisa pode valer o meu desgosto, a insatisfação que eu me causo, que os outros não sentem assim na beira do caminho, espiando a multidão passar. Façam ou se recusem a fazer arte, ciência, ofícios. Mas não fiquem apenas nisto, espionês da vida, camuflados em técnicos de vida, espianando a multidão passar. Marchem com as multidões.

Aos espionês nunca foi necessária essa 'liberdade' pela qual tanto se grita. Nos períodos de maior escravização do indivíduo, Grécia, Egito, artes e ciências não deixaram de florescer. Será que a liberdade é uma bobagem?... Será que o direito é uma bobagem!... A vida humana é que é alguma coisa a mais que ciências, artes e profissões. E é nessa vida que a liberdade tem um sentido, e o direito dos homens. A liberdade não é um prêmio, é uma sanção. Que ha-de vir."

Mário de Andrade

Notas do Autor

(1) "Uns verdadeiros inconscientes", como já falei uma vez...

(2) Sei que é impossível ao homem, nem ele deve abandonar os valores eternos, amor, amizade, Deus, a natureza. Quero exatamente dizer que numa idade humana como a que vivemos, cuidar dêsses valores apenas e se refugiar neles em livros de ficção e mesmo de técnica, é um abstencionismo deshonesto e deshonoroso como qualquer outro. Uma covardia como qualquer outra. De resto, a forma política da sociedade é um valor eterno também.

Canudos: Do elogio dos vencidos à denúncia do genocídio

HAROLDO LIMA

*Faz cem anos que o Arraial de Canudos
foi fundado. Pode ter sido
o último quilombo; resistiu a quatro
investida do
Exército, até ser destruído, em 1897*

O centenário de Canudos, há pouco comemorado nos meados de 1993, refere-se à fundação do arraial do Belo Monte, conhecido como Canudos. A guerra, que destruiu e notabilizou Canudos, começou em 1896. Seu centenário aproxima-se. As comemorações, recém efetuadas, podem ser vistas como um ensaio do centenário que virá.

Sobretudo em Salvador e em São Paulo, os eventos realizados em homenagem aos cem anos do Belo Monte envolveram *centenas de publicações, mais de 30 palestras e debates* só em Salvador, mesa redonda no Museu de Arte de São Paulo, produção de filmes-documentários, peças de teatro, edição de livros, encartes de jornais como *A Tarde*, da Bahia, e *O Estado de São Paulo*, de São Paulo. No nível plástico, merece realce as 350 extraordinárias gravuras da exposição *Canudos Rediviva*, onde o artista baiano T. Gaudenzi reconta a história de Canudos, podendo ainda elencar-se, como fatos ocorridos quando já lá se vão cem anos de Canudos, a edição toda versificada de *Os Sertões*, do poeta J. Guilherme, a primeira tradução para o francês de *Os Sertões*, (somente agora, em 1993), e - por que não? - a 17ª edição em português do livro de Vargas Llosa, *A Guerra do Fim do Mundo*, sobre a saga de Canudos, editado pela primeira vez em 1981 e já traduzido em 15 idiomas¹.

O sentido geral que tomou essas comemorações acentuou uma tendência em curso na historiografia brasileira, a de tratar de forma mais analítica e crítica, os acontecimentos de Canudos.

A primeira linha de abordagem do tema Canudos, além de descritiva, investigava, discutia, analisava e ressaltava exageradamente aspectos procedentes

mas não centrais, da grande luta sertaneja, como o misticismo do Antonio Conselheiro, por exemplo, que supostamente excluiria o aspecto social e político da contenda camponesa. Esta linha de tratamento não discernia com nitidez e ênfase, em meio ao extenso envoltório das formas ideológicas de uma época anterior, de uma região isolada e de uma comunidade atrasada, o traço essencial do qual Canudos foi expressão - o de movimento por libertação social. Esse traço era por vezes até negado, ou reduzido no seu significado e importância².

Essa maneira de tratar Canudos foi, e é, de qualquer sorte, condicionada pela força comovedora e dramática dos fatos, e terminou se caracterizando como uma descrição empolgada de uma resistência heróica, sem nítida marca de conflito social. Uma exaltação dos vencidos³. A própria obra clássica de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, situa-se dentro desse parâmetro geral. Aliás, é o seu ponto culminante, já pelo extenso e minucioso registro histórico que faz, já pelo realce que dá à coragem e heroísmo dos camponeses, já pelo brilhantismo literário.

Entretanto, esses camponeses corajosos e heróicos foram aniquilados, trucidados! Contra eles, desarmados até certa altura da luta, mobilizou-se a República, montaram-se operações de guerra, com armas modernas, metralhadoras e canhões. Nas barrancas do Vasa Barris, crestadas pelo sol inclemente do semi-árido nordestino, ali, onde estava Canudos, foi escrita a página mais violenta e pavorosa da história brasileira. Foi uma *pugna imensa*, para usar a força expressionista de Castro Alves⁴.

Os números da contabilidade bélica dão a idéia da magnitude do desigual conflito. Foram quatro cam-

panhas de cerco e aniquilamento, a última das quais sob o comando de três generais do Exército e com a participação final, no próprio campo de batalha, da maior autoridade militar do País, o ministro da Guerra da República. Este último esforço do Exército começou com 5 mil homens, depois reforçados por outros 4 mil. Canudos era, à época, o maior aglomerado humano do interior da Bahia. Tinha mais de 30 mil habitantes! O seu momento final, descrito por Euclides, é lancinante: "Canudos não se rendeu (...) resistiu até o esmagamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5 ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, à frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados."

Assim, a *pugna imensa* massacróu 30 mil camponeses. Não há dúvida. Foi um genocídio! O maior da História do Brasil!

No momento em que surge Canudos estão em presença no sertão importantes componentes econômicos e políticos. Acabara a Guerra de Secessão nos Estados Unidos e o mercado europeu, que durante toda a guerra, fora abastecido pela produção nordestina de algodão, voltou a normalizar suas relações com os Estados Unidos. A economia sertaneja sofreu rude golpe. Cresceu a massa de desempregados. No mesmo período, dois outros fatores repercutem na região, no mesmo sentido: o surto do café, em São Paulo, e da borracha, no Amazonas. Levas de retirantes buscam essas alternativas, carregando consigo boa parte da força de trabalho do Nordeste. A região é atingida, ademais, por uma longa estiagem, um ciclo de seca que, entre altos e baixos, durou 38 anos. A estrutura social nordestina, fundada no latifúndio exportador e no coronelismo, que explorava e mantinha sua *clientela*, desorganizou-se.

As *clientelas* rompidas, e a queda geral da produção, fizeram surgir grandes movimentos migratórios, para a borracha do Norte e para o café do Sul. Cerca de 300 mil pessoas deixaram o Ceará nesse período, quando a população da antiga província era de um milhão de habitantes⁵. Também em torno de líderes carismáticos, os *beatos*, agrupavam-se numerosas pessoas, na expectativa das melhorias prometidas por aqueles homens iluminados. No quadro nordestino das alternativas viáveis de busca de uma vida melhor também existia a saída para o cangaço, para a existência aventureira daqueles que, corajosos, e sem desprezar a *proteção de Deus*, preferiam fazer a justiça e cavar o futuro com suas próprias mãos, em armas.

Antonio Conselheiro já fazia suas andanças e suas pregações, tidas como subversivas, desde pelo menos 1874, 15 anos antes da proclamação da República. Fora preso duas vezes, em plena Monarquia. O advento da República trouxe-lhe, entretanto, algumas novidades.

Em consequência da separação entre a Igreja e o

Estado, medida corretamente tomada pela República, sobreveio o primado do casamento civil sobre o religioso e jurisdição também civil sobre os cemitérios. Conselheiro, como de resto o clero da época, reagiu a essas posições, entendidas como afrontosas à religião. Acertos entre a República e a cúpula da Igreja levaram o clero a moderar suas reações, mas Conselheiro não moderou as suas.



Protesto contra os impostos dá a Antônio Conselheiro o estigma de anti-republicano

Em 1896, o governo republicano permite a cobrança de impostos no interior. Táboas com os editais dos novos tributos são afixadas nas paredes das Câmaras. Na localidade de Bom Conselho, em um dia de feira, o Conselheiro faz quebrar as táboas e queimá-las em uma fogueira. E então, após escapar a uma tentativa de prisão, localiza-se definitivamente em Canudos, ao tempo em que espalha-se a notícia de seu gesto contrário aos impostos. Foi provavelmente este fato, o principal motivo para o estigma de anti-republicano e monarquista que Conselheiro passou a ter daí por diante, alardeado pelo governo central.

Canudos surge assim, e se desenvolve, na esteira de problemas econômicos, políticos e sociais que levam o povo a buscar, no seu universo político, cultural e organizativo, uma saída para os seus tormentos.

A saída era a organização da comunidade na atividade produtiva, religiosa e de auto-defesa, dentro dos parâmetros e das concepções que uniam aquela gente à liderança messiânica e moralista do seu chefe, Antonio Conselheiro. O pessoal que chegava, às levas, *entregava metade do que possuía* ao Conselheiro, que também recebia esmolas até de outros Estados⁶. O crescimento do lugar levou ao aparecimento de funções como *comandante de rua*, encarregado da segurança e da guerra, responsável por assuntos civis, administrador de patrimônio etc. Antes da guerra, chegou a ser intensa a atividade comercial de Canudos com os municípios vizinhos. Não há notícias de pretensão de igualitarismo absoluto. Havia casas melhores e ranchos, comerciantes prósperos e povo em geral. Sobretudo depois de começada a guerra estruturou-se o que Rui Facó observou ser uma espécie de *comunismo primitivo* que, pelo menos na fase de luta armada foi assim descrito por Euclides da Cunha: "(...) apropriação pessoal de objetos, móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos produtos das culturas (...)"⁷.

Existe um fator a mais a explicar "(...) o aluvião de famílias que subiram para Canudos (...)", como escreveu o Barão de Geremoabo⁸. É que a Lei Áurea, libertando os escravos, havia sido assinada há cerca



de cinco anos. E o ex-escravo, desprotegido e vítima de preconceitos, em um mercado de trabalho esvaziado, inacessível sobretudo para ele, preferia abandonar o lugar onde fora escravo para tentar a sorte por aí. Muitos foram para o Sul, mas, também Canudos foi uma alternativa procurada pelos negros recém libertos. E o significado da presença negra em Canudos, em geral mitigado na historiografia estabelecida, pode ser avaliado pela seguinte referência feita em carta ao Barão de Geremoabo por José Américo Camello de Sousa Velho, proprietário de terras em Massacará: "(...) quase tudo ali é gente do 13 de maio (...)"⁹. A gente do 13 de maio era a população negra, ex-escrava. Sua presença era tão expressiva no meio da gente de Antonio Conselheiro que o Prof. José Calasans, especialista na matéria, considera Canudos o último quilombo.

Por tudo isso, a simples existência de Canudos, já era um fator perturbador do precário equilíbrio político e econômico daquela região em crise. A liderança de Antonio Conselheiro crescia sem parar. Sua influência repercutia em paragens remotas, atraindo muita gente em busca de proteção, paz, trabalho, comida. Mas Antonio Conselheiro já fora preso duas vezes, uma em 1876, em Itapicurú, na Bahia, e a outra, após 1878, no Recife. As razões de suas prisões, nos dois casos, foram falsas, mas o homem era um ex-presidiário...

A Igreja Católica via com desgosto a força crescente das pregações do beato. Sua segunda prisão decorreu de providências requeridas pelo arcebispo da Bahia contra aquele que estava no sertão pregando doutrinas subversivas no dizer do bispo¹⁰.

Conselheiro também, em Canudos, parecia já não

estar disposto a se deixar prender novamente, sem resistência. Assim, entende-se a existência em Canudos, de corpo especial armado, com 800 homens e 200 mulheres. "Conselheiro justificava os homens armados que mantinha à sua volta por necessidade de sua defesa"¹¹.

Finalmente, Canudos, enquanto centro de atração de massas em busca de uma alternativa de vida, terminava contribuindo para o agravamento da crise de mão-de-obra que assolava a região. Só que, enquanto o norte e o sul, que levavam mão-de-obra, pairavam como coisas distantes do horizonte do latifúndio nordestino, Canudos estava ali próximo, com mão-de-obra farta e barata, como que num desafio às estruturas de poder locais.

O desenvolvimento de Canudos, nessas condições, era o desenvolvimento de uma contestação, o prevailecimento de uma insubmissão: ao governo, à Igreja, às estruturas locais. Não era uma contestação teoricamente formulada, não se traduzia em programas explícitos, mas era objetiva. O relatório dos dois frades capuchinhos, que foram para lá, depois da República, investigar o que estava acontecendo afirmava: "(...) pode-se dizer que aquilo é um estado no Estado (...)"¹².



**Guerra começa em 1896.
O Exército
mobiliza 12 mil homens
contra os
sertanejos de Canudos**

Estabelecida a contradição, o mais era esperar um pretexto para a repressão. E este apareceu no

episódio da compra de um lote de madeira em Juazeiro da Bahia, feita pelo Conselheiro, e cuja entrega foi embargada por um Juiz que houvera sido expulso de Bom Conselho pelos canudenses, quando lá também esteve à frente do Juizado. Divulgou-se que Canudos iria atacar Juazeiro. Reforços foram pedidos ao governo estadual de Luis Viana, que resistiu de início e depois cedeu¹³.

Em novembro de 1896 começa a guerra de Canudos. Guerra? Sim. Afora a primeira campanha formada por tropas estaduais - cerca de 100 homens desbaratados em Uauá - as demais três campanhas foram feitas com mobilização nacional do Exército, de suas forças de infantaria, artilharia e cavalaria, além de polícia, com tropas oriundas de quase todos os Estados, do Amazonas a São Paulo, "(...) em um total superior a 12 mil homens"¹⁴, com navios de guerra fundeados em Salvador, com metralhadoras e canhões, os mais modernos do Brasil da época.

Contra quem essa guerra? Contra um grupo numeroso de brasileiros pobres, camponeses, atribulados na dura luta pela vida, sem qualquer apoio; sofrendo as consequências dramáticas de fenômenos econômicos, políticos e climáticos que transcendiam em muito a sua compreensão; com suas crenças, ecléticas e primitivas; com sua moral, exacerbada sob alguns aspectos, mas que não coibia eventuais saques em fazendas de latifundiários em ocasiões de fome; com seus líderes, toscos, embora pujantes; com suas opiniões políticas sobre sistemas de governo - Monarquia ou República - inteiramente desprovidas de conteúdo, formadas a partir das impressões que se constituíam sobre as primeiras ações de um governo republicano em comparação com as ações do governo anterior. E é bom ver que a organização social dessa comunidade estava dando certo - nos marcos de suas expectativas - e não só do ponto de vista da produção e do comércio. Cesar Zama, político e intelectual baiano, contemporâneo dos fatos, assim retratou o quadro de Canudos: "Nesse vasto recinto de sertanejos ignorantes e rudes não havia uma só casa de mulher pública. Em nosso clima e com os nossos costumes é um fato quase inacreditável. Havia ali escola pública e tal ou qual policiamento. Os delitos correccionais Antonio Conselheiro os punia lá a seu modo. Os crimes graves ele os entregava às autoridades da comarca."¹⁵

E por que essa guerra? Não há resposta plausível. Canudos não representava, nem podia, qualquer ameaça ao Estado brasileiro, ou à República, ainda que Conselheiro fosse um monarquista convicto e militante, que não era. Inexistia qualquer questão nacional. A entrada do Exército para fazer a Guerra de Canudos não tem justificativa alguma, foi um erro político claro, e grave. Decorre dessa nefanda compreensão que as elites brasileiras professam há tempos sobre o papel das Forças Armadas, segundo a qual, a força de guerra, montada pela Nação e pelo Estado para enfrentar eventual inimigo externo do País, também pode ser usada contra os brasileiros

que, de uma forma ou de outra, estejam em desacordo com as classes dominantes do País. Canudos deveria ser tratada para ser incorporada à sociedade em geral, respeitando sua organização, seus costumes e seus líderes, através de paciente relacionamento e investimento político, cultural e econômico, pelo qual os canudenses iriam sendo ajudados e não perseguidos. E, na hipótese de Canudos estar abrigando desordeiros, criminosos ou saqueadores, caberia à força estadual capturá-los e julgá-los, com a polícia e a justiça, nunca com o Exército.

Ao entrar o Exército, nesse conflito social, lamentavelmente interpretou o capítulo de guerra civil mais cruel e repelente da História do Brasil. O espírito que norteou sua postura pode ser sintetizada na orientação que o Presidente da República Prudente de Moraes deu quando se despedia, no Rio de Janeiro, do corpo expedicionário que embarcava para a Bahia: "(...) não fique pedra sobre pedra!"¹⁶.

E, de fato, tratou-se com desumanidade absoluta, premeditada e demorada, os sertanejos em luta. Não que se imaginasse ingenuamente possível tratamento cordial entre dois lados em guerra. Mas instituiu-se a *gravata vermelha*, degola repugnante de todos aqueles em que se conseguia por as mãos, numa extensão tal que não se encontra paralelo em outra luta civil no Brasil.

O episódio do *Beatinho* é doloroso. Na última campanha, já antevendo a derrota total, saiu sozinho e propôs um entendimento com o general Artur Oscar. Tinha um grupo que propunha se entregar em troca da vida. O general deu-lhe a palavra: a vida será garantida. E deixemos Cesar Zama contar o resto: "Beatinho voltou ao arraial; reuniu um grupo superior a mil indivíduos, composto de mulheres, crianças, velhos, feridos, enfermos e, horas depois, com toda essa gente, que até às pedras inspirava compaixão, foi ter ao quartel general. Estavam todos profundamente convencidos de que o compromisso de honra de um general brasileiro seria satisfeito. O que se passou depois não se qualifica(...) Beatinho e todos os infelizes que o acompanharam, sem exceção de um só, foram friamente degolados. Atrocidades tais não se descrevem, nem se comentam"¹⁷.



Resistência revelou camponeses com capacidade tática e sentido estratégico incomuns

A contenda brutal, prolongada, que demonstrou uma capacidade extraordinária da resistência camponesa produziu comandantes guerrilheiros de grande expressão tática e sentido estratégico e temperou o povo em luta para enfrentar com heroísmo a dureza da guerra.

Figura admirável que despontou nessa convulsão social como o homem acima dos prognósticos foi Pajeú. Pajeú era negro. E mostrou ser a pessoa afeita



às façanhas que requeriam inteligência fulminante, audácia acima da coragem, liderança incontestada e golpe de vista tático instantâneo. Quando a quarta expedição aproximava-se de Canudos num cerco mortal, Pajeú, que aprendera a guerrear guerreando e vencendo as três primeiras expedições, procura levar as forças do governo para um lugar mais favorável ao ataque guerrilheiro, para uma armadilha. Tinha que dar a entender que estava sendo perseguido e fazer com que o Exército o perseguisse até onde ele queria. Euclides descreve esse episódio em cores vivas: “O inimigo (os homens de Canudos) aparece outra vez. Mas célere, fugitivo (...) Dirigia-o Pajeú. O guerrilheiro famoso visava, à primeira vista, um reconhecimento. Mas de fato (...) tinha objetivo mais inteligente: provoca um delírio de descargas e um marche-marche doido (...) Desapareceu. Surgiu logo depois, adiante (...) Passou, num relance, acompanhado de poucos atiradores, por diante, na estrada. Não foi possível distingui-los bem. Trocadas algumas balas desapareceram (...) Duas horas depois, ao transpor o general o têsso de uma colina, o ataque recrudesciu de súbito (...) O tiroteio frouxo (...) transmudou-se numa fuzilaria furiosa (...) Não se via o inimigo (...) metido dentro das trincheiras-abrigos (...) e encoberto nas primeiras sombras da noite que descia. A situação era desesperadora. Triunfara-lhes o artil. Os expedicionários (...) haviam imprudentemente enveredado (...) pela paragem desconhecida, acompanhando, sem o saberem, um guia artiloso e terrível, com que não contavam - Pajeú”¹⁸.

Pajeú é inquestionavelmente o grande vulto da guerra de Canudos, tendo suplantado, no curso da guerra, e no talento revelado, o seu chefe inicial, Antonio Conselheiro. Morreu como morrem os heróis, em meio a uma empreitada intrépida. A última expedição fechava o cerco sobre Canudos. Pajeú, que sempre emboscara o adversário bem antes de Canu-

dos, agora estava ali, vendo seu reduto ser emboscado. De pronto localizou o ponto mais fraco do seu inimigo e lançou sobre ele fulminante ataque. A surpresa e impetuosidade foram tais que o cerco ficou em perigo e, em decorrência, a própria quarta expedição. Os três generais tiveram que fazer grande concentração de forças para repelir o golpe de Pajeú. Conseguiram. Era 24 de julho de 1897. Pajeú morreu. Um herói. Foram precisos três generais para abatê-lo...

Fora do teatro das operações a repercussão e a reação que Canudos despertou merece análise melhor. Especialmente dois aspectos despertam atenção: a divulgação das notícias do que ocorria e a posição da intelectualidade da época.

A opinião pública em nosso País sempre foi, e até hoje o é, formada a partir das versões noticiadas dos fatos, que muitas vezes nada tem a ver com os fatos mais importantes, ou com a realidade sucedida. É a chamada *imprensa livre*, sobretudo quando em conluio com o poder imperante, quem se incumbiu de deformar totalmente os acontecimentos para amoldar a opinião do povo.

Foi espantoso como se criou no Brasil uma opinião pública, às vezes aguerridamente contrária a Canudos. As notas de oficiais do Exército, a propaganda republicana e militarista não tinham o menor escrúpulo na veiculação das notícias mais absurdas, como a caracterização de ser Canudos uma ponta de lança para a restauração monarquista, que estava articulada com o exterior recebendo armas e dinheiro e que era uma ameaça à Pátria e à República! Notadamente quando chegaram no Rio de Janeiro, capital e centro político do País, as notícias da fragorosa derrota da terceira campanha, comandada pelo coronel Moreira Cesar, que carregava a fama de *grande debelador de revoltas*¹⁹, foi uma comoção muito grande. A massa depredou e empastelou as redações e as tipografias dos jornais monarquistas

*Gazeta da Tarde, Liberdade e Apóstolo*²⁰. Gentil de Castro, um monarquista, foi assassinado, em meio a um clima frenético de artificial patriotada. Escreve Euclides: "(...) um ditado único, monótono (...) persistiu, como aspiração exclusiva, o esmagamento dos inimigos da República, armados pela caudilhagem monárquica." A manipulação da opinião pública através dos meios de comunicação - a imprensa escrita, na época - já era muito grande...

**Intelectuais tomam,
aos poucos,
consciência do massacre
do Exército contra
o povo de Canudos**



Ressalta nesse quadro o papel da intelectualidade. Precisaria ser melhor pesquisado, na diversidade das opiniões de seus porta-vozes e no desenvolvimento do tempo da luta. Grosso modo, entretanto, a intelectualidade ficou quase toda contra Canudos, durante a guerra, observa José Calasans²¹. Ou omissa. Vargas Llosa, a propósito, faz um comentário cáustico. No caso de Canudos, diz ele, "(...) os intelectuais tiveram uma grande responsabilidade, pois os jagunços eram gente muito primitiva (...) e, ao menos explica que confundissem a República com o diabo. Mas, que os republicanos, gente que representava o Brasil mais ocidentalizado, confundissem um movimento campestre de tipo religioso com uma conspiração anti-republicana dos monárquicos, dos latifundiários, ou da Inglaterra, foi muito mais grave (...)”²².

Indicações parecem mostrar que antes da guerra propriamente dita houve espaço, na intelectualidade, para a defesa do não engajamento nela. No curso da guerra, e até a terceira campanha, predominou a posição contrária a Canudos. E, depois que foi revelada a prática sanguinária das *gravatas vermelhas*, a crítica passou a ser ao Exército.

Na Bahia o poeta Pithion de Villar escreveu belo soneto homenageando o governador Rodrigues Lima por ter resistido a pressões e não ter enviado tropas contra Canudos. Foi em maio de 1896, antes do início da guerra²³. Depois da guerra, e mesmo ainda no curso da quarta campanha, reveladas as atrocidades cometidas pelas forças regulares, as manifestações da intelectualidade aparecem. Machado de Assis, a guerra ainda em curso, fez uma defesa, moderada sem dúvida, de Antonio Conselheiro, na *Gazeta de Notícias* do Rio²⁴. José Calasans comenta que não foi uma valorização à altura do fenômeno. Afonso Arinos de Melo Franco, o que vivia em São Paulo no tempo da guerra, defendeu os sertanejos, depois da guerra²⁵. Cesar Zama fez, dois anos após a guerra, talvez a primeira denúncia vigorosa do absurdo da contenda e das atrocidades cometidas. Com seu estilo apaixonado e vibrante, nega razão para se ter feito a guerra e assevera: “A Guerra de Canudos foi o requinte da perversidade humana”²⁶. Quando Rui

Barbosa faleceu, descobriu-se junto a seus papéis um texto de defesa de Canudos e de crítica à guerra²⁷. Luis Viana Filho, biógrafo de Rui, não conseguiu explicar por que Rui não pronunciou esse discurso.

Finalmente dois registros importantes: alunos da Escola Militar do Rio recusaram-se a entregar munições para a quarta campanha, sendo reprimidos então por numerosa tropa. Isto mostrava que no próprio meio militar havia ressentimento contra a atuação do Exército na frente de combate. E, quando o general Artur Oscar, comandante supremo da quarta expedição, recém-chegado da frente de batalha logo após a guerra, passou por Salvador, na predisposição de receber as homenagens do vencedor, foi surpreendido com um Manifesto que lhe foi entregue pelos estudantes da Faculdade de Direito da Bahia, verberando forte contra o *cruel massacre* que acabara de acontecer no sertão baiano. A mocidade estudantil, que houvera ficado anestesiada e confundida durante a guerra, com a propaganda do governo e da imprensa, agora despertava e se indignava com o massacre cometido em nome da Pátria e da República.

HAROLDO LIMA é deputado federal pelo PCdoB-BA.

NOTAS

- 1) Registros feitos nos encartes de *O Estado de S. Paulo* (25/5/93) e de *A Tarde* (5/10/91 e 26/6/93).
- 2) No penúltimo número da revista PRINCÍPIOS Clovis Moura trata desta questão em artigo sobre Canudos.
- 3) Expressão empregada por Júlio Cesar Lobo, em art. *Vencidos*, *A Tarde* 26/5/93
- 4) Expressão usada por Castro Alves referindo-se às lutas do 2 de julho, na Bahia.
- 5) *Brasil História*, vol. 3, ed. Brasiliense, 1979, p 168, Antonio Jr. e Ricardo Maranhão.
- 6) Cit. em *Brasil História*, p 172.
- 7) *Os Sertões*, Euclides da Cunha, 13ª edição, p 191, citado por Rui Facó, em *Cangaceiros e Fanáticos*, 2ª edição, editora Civilização, p 97.
- 8) *Cangaceiros e Fanáticos*, Rui Facó, p 172.
- 9) Depoimento anotado por mim de conversa havida com o Prof. José Calasans em 19/9/93, em Salvador.
- 10) *Brasil História*, op. cit., p 171
- 11) idem, p 173
- 12) idem, p 173
- 13) idem, p 173
- 14) *Cangaceiros e Fanáticos*, op cit., p 121
- 15) *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários Sobre a Guerra de Canudos*, publicação da UFBA, número 139, p 53
- 16) idem, p 31
- 17) idem, p 38
- 18) *Os Sertões*, op cit., p 396/7
- 19) *Brasil História*, op cit., p 175
- 20) Idem, p 176
- 21) Conversa referida com o Prof. José Calasans.
- 22) *O Estado de São Paulo*, caderno especial, 23/5/93, p 8.
- 23) O original do dito soneto encontra-se em poder do autor deste artigo.
- 24) *A Tarde*, 26/6/93, p 9
- 25) Da conversa citada com o Prof. Calasans.
- 26) Zama, Cesar, op cit., p 22.
- 27) A revista PRINCÍPIOS, penúltimo número, traz trechos desse escrito de Rui Barbosa, em artigo de Clovis Moura.

Xambioá, a denúncia inesperada

CABRAL, Pedro Corrêa; *Xambioá - Guerrilha do Araguaia*. Editora Record.

Há duas décadas esperava-se, no Brasil, a possibilidade de montar um quadro real do que foi o Araguaia. Já se escreveu muita coisa a respeito do episódio conhecido como *A guerrilha do Araguaia*, o movimento armado ocorrido no Sul do Pará, no início da década de 70. Mas as atrocidades cometidas pelos órgãos de repressão só agora deixam de ter a pecha de ressentimento da esquerda, de mágoa de derrotados ou outras classificações do gênero.

O livro *Xambioá - Guerrilha do Araguaia*, de Pedro Corrêa Cabral, surgiu como um torpedo aos olhos de quem se empenha em desvendar a história recente do Brasil. A começar pelo curriculum do autor, que é coronel reformado da Aeronáutica e participou da terceira etapa - ou *campanha*, no linguajar militar - do embate entre as forças do governo militar e a guerrilha. Um feito que suplanta qualquer esforço de jornalistas ou pesquisadores de universidades para relatar os desmantelos cometidos pela repressão.

Ao escolher uma mistura de realidade com ficção, Pedro Cabral compromete um pouco sua obra. Sua "Novela Baseada em Fatos Reais", como o livro é apresentado pela editora Record, entretanto, revela episódios conhecidos mas de difícil comprovação, até agora. A manchete de capa da revista *Veja* sobre o assunto, revela tudo na frase "eu vi corpos queimando", dita pelo coronel. Seu livro não deixa dúvidas de que ele viu mesmo corpos queimando, torturas aos vivos, enterros e desenterros aos mortos, ao bel-prazer do comandante.

Uma evidência de que Cabral bateu forte foi uma carta publicada pela mesma revista na semana seguinte. O autor é o coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o conhecido *major* Curió, uma peça fundamental na história da guerrilha do Araguaia. Na carta, ele diz ter adotado medidas legais para "apurar as mentiras e insanidades" de Cabral. No livro, Curió é o Dr. Zeca, apenas um codinome a mais em sua trajetória de vida.

Xambioá não é um libelo contra as mesmas Forças Armadas a que seu autor pertenceu e ainda pertence como aposentado. Sua crítica dirige-se aos comandantes que, respaldados por um regime sem lei, acharam por bem fazer exercícios de guerra contra seu próprio povo. E perdoa os próprios autores, como indivíduos, ao afirmar, na apresentação que escreveu, que "o tempo se encarregou de prescrever tais crimes".

O livro é bem realista ao deixar transparecer o verdadeiro papel de Cabral no combate à guerrilha. Como piloto de helicóptero, o então capitão-aviador Cabral viu os acontecimentos sempre de cima, descendo ao solo para tarefas em locais específicos, especialmente na *operação limpeza*, destinada a não deixar vestígios da guerra. Ele não teve, portanto, muito contato com as populações locais, militantes ou não, e muito menos fez parte de ações de combate propriamente dito.

Por conta disso, o livro tem mesmo o jeito de ficção ao narrar diálogos entre guerrilheiros ou episódios envolvendo pessoas das comunidades da região. E escorrega por algumas incorreções ao tratar de datas, nomes e ocorrências, que recebem desde logo o perdão pelo caráter ficcional que dá à sua obra. Isso, porém, em nada ofusca o contundente relato que faz daquilo que ele vivenciou e agora denuncia, recebendo desde logo uma certidão de confiabilidade pelo caráter documental de sua obra.

Não há dúvidas de que essa dubiedade prejudica a obra. Sempre haverá a desculpa para os criminosos e a incerteza sobre os verdadeiros heróis da contenda, caso a obra de Pedro Cabral seja tomada como definitiva, o que não parece ser seu provável destino. *Xambioá* tem, no entanto, o grande mérito de abrir uma enorme vereda para que se desvende o real sentido, a verdade dos fatos e o verdadeiro papel histórico deste importante episódio da nossa história mais próxima.

É indiscutível que o laborioso trabalho de levantamento de episódios que comprovassem a crueldade e flagrante desrespeito aos mais fundamentais direitos humanos fica muitíssimo mais fácil a partir deste livro. As intenções da Record ao publicá-lo ou de *Veja* ao repercuti-lo de maneira tão estrondosa, quaisquer que sejam, não desviam a obra dessa trilha.

A denúncia ajuda, também, na empreitada dos que lutam para saber dos desaparecidos. Não se trata apenas de se buscar a reposição aos seus devidos lugares de fatos históricos. São famílias que padecem de saber de seus parentes por sentimentos profundos do bem-querer ou até mesmo por razões comezinhas do viver, como a partilha de bens em heranças, por exemplo.

O coronel Pedro Cabral é criterioso em algumas observações que faz a respeito da realidade que ele presenciou. Ele destaca o papel fundamental que tiveram os órgãos de *inteligência* no combate ao movimento guerrilheiro. Muito mais do que as forças regulares, esses setores foram os que contrariando as próprias regras do Exército, assassinaram prisioneiros entre os combatentes organizados pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) junto às comunidades locais.

Com isso, ele revela o papel que órgãos insuspeitos do Governo, como o DNER, o Incra e a Sucam funcionaram, entre 1970 e 75, como instrumentos da repressão. São fatos conhecidos, mas que ganham destaque na voz de um militar, já que oficialmente as Forças Armadas insistem em negá-los. Esse fato, aliás, serve apenas para colocar todos os militares como cúmplices das atrocidades cometidas naquele episódio. Cabral deixa claro, em seu livro, que entre seus objetivos está o de evitar que seja essa a visão que se tenha das Forças Armadas brasileiras.

Como obra puramente literária, embora desenvolva, essa certamente não seria uma prioridade máxima dos que se dão ao saudável hábito da leitura *Xambioá* é, porém, imprescindível como documento histórico, como depoimento, como testemunho. E como tal, por paradoxal que pareça, adquire valor literário.

Jayme Sautchuk

Anísio Teixeira: uma vida em defesa da escola pública

ROCHA, João Augusto de Lima (org.); *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. Salvador, Fundação Anísio Teixeira, 1992.

Coletânea organizada com os objetivos de desencadear, através da Fundação Anísio Teixeira, o processo de retomada das contribuições daquele que é considerado um incansável batalhador pela universalização da escola pública brasileira; torná-lo conhecido como "(...) um homem de seu tempo, mas com os olhos sempre voltados para o futuro" (p. 17) e chamar atenção para a necessidade de se recuperar a totalidade de seus trabalhos. Lançada em 1991, quando se completavam vinte anos de sua morte, tem também o sentido de uma homenagem ao intelectual brasileiro, desaparecido no auge da ditadura militar, da qual também foi vítima direta.

Ao todo, são 31 textos, nove dos quais de autoria do próprio Anísio Teixeira. Os demais, assinados por destacadas figuras ligadas à educação e à cultura e incluindo matérias jornalísticas, tratam de suas idéias e de sua ação, de sua vida pública e de aspectos de sua intimidade. A obra traz também (em apêndice) dispositivos legais que absorveram propostas do pensador, revelando sua preocupação com a escola pública, a autonomia para a educação, o fomento à ciência e à tecnologia no Brasil.

Os textos estão organizados em três partes. Na primeira - *Permanente atualidade: a luta pela escola pública* - que começa com um discurso do próprio Anísio sobre a autonomia para a educação, são reunidos artigos e depoimentos enaltecendo tanto sua vida e obra quanto a importância da fundação que leva seu nome, no sentido de divulgar, pesquisar e atualizar mais contribuições. Têm a palavra, aí, figuras como Florestan Fernandes, Antonio Houaiss, Darcy Ribeiro, Hildérico Pinheiro de Oliveira, Jorge Hage, Luís Felipe P. Serpa, Maria José R. Lima, Afrânio Coutinho e João Augusto L. Rocha, o organizador.

A segunda parte - *Esboço cubista de retrato* - procura formar um retrato múltiplo de Anísio Teixeira, com fatos e detalhes (alguns curiosos) de sua vida, segundo as diferentes maneiras de ver dos autores, a partir da convivência que com ele tiveram. Destaque, nesta parte, para o depoimento de Haroldo Lima, sobrinho de Anísio, ao lado dos de Carlos Eduardo da Rocha, Thales de Azevedo, Iva W. Bonow, Diógenes Rebouças, Luís Henrique D. Tavares, Iracy Picanço e Artur da Távola.

A terceira parte - *Tempos e contratempos* - apresenta amostras da trajetória de Anísio, numa espécie de autobiografia ou auto-retrato, trazendo situações em que ele fala de si mesmo, e ilustrando diferentes momentos de sua produção, numa disposição cronológica de textos "(...) não muito conhecidos do grande público" (p. 185). Constam dessa parte: a entrevista concedida a Odorico Tavares, falando dos ciclos de sua vida; o discurso proferido na abertura do 12º Congresso da UNE (em Salvador, 1949), seguido da polêmica por ele provocada, expressa em edito-

riais do jornal *A Tarde*, com a réplica de Anísio e a tréplica dos editores; além de textos em que ele fala, ora de suas decisões e convicções pessoais, ora dos valores que deseja ver preservados, ora sobre suas preocupações com os destinos da Pátria brasileira, em meio a reflexões sobre educação, cultura, ciência, tecnologia, necessidades de escola pública, importância e papel da universidade etc.

A obra interessa, em geral, a todos os que pretendem ter uma idéia de quem foi Anísio Teixeira e quais as suas principais contribuições, e em particular, aos diretamente preocupados com questões educacionais. Tanto nas palavras dos diversos autores quanto nas amostras dos textos selecionados do próprio Anísio, o livro situa o caráter progressista de sua obra, expresso não só nos pensamentos mas também na ação concreta voltada para viabilizá-los. E o faz num sentido histórico: ao destacar sua marcante "(...) presença na renovação da educação brasileira", não deixa de evidenciar que sua visão de sociedade, de democracia, de escola, atém-se aos limites de uma *concepção liberal*, reconhecida, no entanto, como *avançada para a época*, a ponto de alguns chegarem a chamá-lo de *comunista*. (Florestan Fernandes, p. 96).

Mostra, enfim, que "Anísio Teixeira viveu a seu tempo, sustentando *as posições progressistas da época* e constituindo-se o *polarizador principal na luta educacional*, na luta dos estudantes, na luta pela escola pública e pela democratização da escola no Brasil". (Haroldo Lima, p. 170).

A partir dessa coletânea, é possível que, o leitor sinta-se estimulado a estudar outras obras do autor - bem como de outros autores ligados ao movimento da Escola Nova - recomendável aliás, aos que se ocupam em investigar prováveis relações entre a concepção liberal de escola e as propostas pedagógicas das experiências socialistas.

Nereide Saviani

Em tempo: Esta resenha estava pautada já para o nº 29. Sua publicação apenas neste número se deveu a problemas de disponibilidade da resenhista. Portanto, é apenas coincidência o fato de ela sair imediatamente após o anúncio da homenagem a Anísio Teixeira, figurando-o na próxima cédula de mil cruzeiros reais.

A formação da classe operária - o bairro de São Miguel Paulista

ROCHA, Antonia Sarah Azis. *O bairro à sombra da chaminé*. Tese de mestrado apresentada à PUC-SP, 1992.

"E foi mais ou menos assim moça, que esta fábrica cresceu e inundou São Miguel, com sua negra fumaça, seu ácido, seu asco". Depoimento de Severino Barbosa de Sousa, ex-operário da Nitro Química.

Explicitando que seu estudo "(...) é fruto de uma postura política científica partindo de um olhar marxista", a autora apresenta na tese *O bairro à sombra da chaminé* a história "(...) da formação da classe trabalhadora da Companhia Nitro Química Brasileira (1935 a 1960)". História esta que se confunde com o próprio desenvolvimento do bairro de São Miguel

Paulista, na Zona Leste de São Paulo - um dos mais populosos e ricos em tradição da capital.

Neste trabalho a autora mostra a trajetória da empresa, de origem americana e associada com os grupos brasileiros *Klabin* e *Votorantim*, produtora de fios, seda artificial e outros produtos químicos e têxteis.

Num primeiro momento, devido à demanda de mão-de-obra, a indústria incentiva a migração de nordestinos e, em menor contingente, de mineiros. Através de empreiteiros contratados, seus caminhões transportam como gado centenas de retirantes famintos. A exemplo da experiência de outras fábricas, esta é a saga de milhões de trabalhadores brasileiros.

A empresa teve momentos de altos e baixos na economia. Sempre gozando das benesses do Estado, inclusive com a isenção de impostos quando da transferência das máquinas dos Estados Unidos, a fábrica ficou conhecida pela péssima qualidade dos produtos fabricados e, principalmente, pela violenta exploração dos trabalhadores. Era a *fábrica da morte*.

A Nitro Química também ficou conhecida pela rigidez de seus regulamentos internos. Mesmo as idas ao banheiro têm seu tempo controlado. O trabalhador é proibido de ler jornais e livros nos momentos de folga. As conversas em rodinhas de operários são dissolvidas pelos supervisores. Citando Michel Foucault, a autora fala da "(...) micropenalidade do tempo, que reprime atrasos, ausências, interrupções das atividades e tudo aquilo que signifique redução do ritmo de exploração do capital".

O relato da resistência dos trabalhadores à situação de explorados na fábrica e marginalizados no bairro da periferia é um dos pontos altos da pesquisa. A autora demonstra que "(...) os habitantes de São Miguel Paulista sempre se mantiveram na oposição política", mesmo sem maior consistência ideológica. Já no espaço fabril a luta será hegemônica pelos militantes do Partido Comunista, que têm atuação intensa e criativa no interior da empresa.

A primeira greve dos operários da Nitro Química ocorreu em 1946. Arrancou algumas conquistas, mas foi seguida de implacável repressão. A indústria, dirigida por José Ermírio de Moraes demite os líderes, fecha o restaurante interno e discrimina os filhos de alguns grevistas na creche da empresa. Começa a vigorar a *lista negra*. Os comunistas desencadearam então, no bairro, a *campanha da fome*.

Repressão intensa mais ação paternalista foi a receita seguida pela Nitro. Núcleo residencial, restaurante interno, berçário, clube de regatas. "A fábrica mascarada foi aos poucos descaracterizada como o *locus* da opressão e exploração, ao contrário, mostrou-se para muitos como uma grande família, um segundo lar muito feliz" - comenta a autora.

A leitura desta pesquisa revela a formação de classe dos operários da Nitro Química. Ela estuda todas as contradições deste processo. De um lado, a empresa e seus eficazes instrumentos de manutenção da hegemonia, procurando criar "(...) um operário dócil, submisso e economicamente produtivo". Do outro, o trabalhador - tanto no espaço fabril como no local de moradia - questionando o sistema de exploração capitalista.

Altamiro Borges

Einstein, cientista e filósofo

PATY, Michel; *Einstein Philosophe - La physique comme pratique philosophique*. PUF, Paris.

Livros sobre Einstein existem vários, a maior parte deles dedicados às contribuições de seus trabalhos nos vários campos de conhecimento científico. O livro do professor Michel Paty é interessante justamente por revelar um aspecto do trabalho do físico pouco considerado pela maioria dos pesquisadores, ou seja aquele de analisar sua obra científica não apenas como fonte *a posteriori* para reflexões de fundo filosófico, mas como uma prática filosófica em si mesma.

Como o autor menciona no capítulo inicial de seu livro, a época dos grandes filósofos naturais, onde a prática do que hoje se define como ciência não podia ser separada da filosofia, parece terminada. Leibniz e Descartes, no século XVII, foram talvez os últimos representantes dessa categoria, produzindo contribuições importantes nesses dois domínios. A separação que iria se instaurar nos tempos posteriores distancia as duas atividades e mesmo a obra de Newton pendeu para o lado da prática científica, legando no entanto, uma massa considerável de resultados que alimentaram as preocupações dos filósofos de várias gerações.

Michel Paty, em seu trabalho, procura justamente resgatar não as implicações filosóficas do trabalho de Einstein, aspecto já bastante analisado em especial naquilo que diz respeito às modificações dos conceitos de espaço e tempo, mas a unidade e profundidade de seu pensamento, desnudando todo seu alcance epistemológico e sustentando, como uma de suas teses, que sua maneira de fazer ciência é de natureza filosófica, onde os problemas físicos são objetos de reflexão sobre o conhecimento em geral.

Nessa direção, o autor promove um estudo extremamente rigoroso, tecendo considerações epistemológicas sempre vinculadas a análises históricas precisas da produção científica de Einstein, obtendo uma complementaridade importante entre esses dois aspectos de sua obra, que justamente revela a unidade e profundidade de seu pensamento. O livro destina-se, pela natureza de seu conteúdo, a pesquisadores e estudiosos das áreas de ciências e filosofia. Ao limitar os aspectos do formalismo matemático ao mínimo necessário, valendo-se de notas explicativas suplementares, e procurando tornar as análises filosóficas o mais claras possíveis sem contudo perder o rigor, o livro torna-se acessível a um público mais amplo, não exigindo uma formação sólida nas duas áreas de conhecimento consideradas, científica e filosófica. Entretanto, não se pode dizer que o livro seja de fácil leitura, exigindo do leitor muita atenção, um conhecimento ao menos superficial das grandes questões científicas do início do século e um pouco de sensibilidade para com as problemáticas de ordem filosófica.

A análise, desenvolvida no livro sobre o pensamento de Einstein, estende-se aos trabalhos em física molecular, radiação, eletrodinâmicas, relatividade restrita e geral, cosmologia e teoria do campo unificado, deixando para um segundo volume aqueles

referentes aos quanta e a realidade. O estudo desses trabalhos se faz em torno de três temas sobre a física.

a) contribuições e descobertas, englobando estilo de pesquisa e características filosóficas;

b) conceitos e preposições, abrangendo a questão da significação e da epistemologia;

c) filosofia do conhecimento em geral e sua relação com a física.

Segundo as palavras do próprio autor, "*Einstein Philosophe* não se refere somente ao pensador, criador e crítico da física na sua realidade profunda, mas também à epistemologia e à filosofia das ciências, formulando, em correlação com seu trabalho sobre os objetos de ciência propriamente ditos, considerações mais gerais sobre a natureza e as condições do conhecimento que procuram explicitar as significações mais essenciais". Mergulhar nas profundezas desse pensamento tão rico de significação é o que o

livro do professor Michel Paty, pesquisador do CNRS/equipe Rehsks de Paris, propicia. O interesse despertado por esta obra nos faz esperar com ansiedade seu próximo volume, sobre Einstein e os quanta, que permitirá desvendar um pouco mais o rico pensamento de uma das mentes mais brilhantes de todos os tempos.

Maurício Pietrocola de Oliveira

Erratas

■ No artigo "Palavra, objeto social" o box Mikhail Bakhtin e as notas explicativas foram creditadas a Roseli Figaro, porém a autoria é de Maria Aparecida Baccega.

■ O quadro abaixo foi publicado de forma incompleta na edição nº 30 de PRINCÍPIOS, ilustrando o artigo "O que piorou na década perdida". (M.Gomes)

O Que Piorou Na Década Perdida Para o País e Para os Trabalhadores (a situação em 1980/81 em comparação com a de 1990/91)

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB): diminuiu (na década de 70 a taxa média anual de crescimento do PIB de 6,5%, caindo para 1,9% durante a década de 80).

Taxa de investimento da economia nacional: caiu (esta taxa, medida pela formação bruta de capital fixo, foi de 23% sobre o PIB em 1980, caindo para 15% em 1991).

Produção industrial de setores estratégicos: decresceu (caiu a produção industrial de setores como: bens de capital ou máquinas e equipamentos: queda de 30% entre 1980 e 1990; cimento: 27,2% milhões de toneladas em 1980 para 20,5 milhões em 1990; auto-veículos: 1,2 milhão de unidades em 1980 para 935 mil em 1990).

Dívida externa: aumentou (em 1980 era de 53,8% bilhões e, em 1990, de 100 bilhões, representando mais de 23% do PIB brasileiro).

Transferência aos credores externos por pagamentos de juros da dívida externa aumentou (na década de 70 o Brasil enviou ao exterior 14,3 bilhões por pagamentos dos juros da dívida e, na década de 80, estes pagamentos aumentaram para 93,8 bilhões).

Inflação: aumentou (a taxa anual de desvalorização de moeda nacional, medida pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, foi de 100% em 1980, passando para mais de 1.400% em 1990).

Peso do pagamento dos juros da dívida interna na receita da administração pública (em todos os níveis): aumentou (em 1980, os juros da chamada dívida interna pública representavam 8,2% da receita corrente das administrações públicas, passando, em 1990, a representar 49,6% destas receitas).

Renda per capita: piorou (ao longo da década a renda real per capita dos brasileiros caiu em 5,7% em cruzeiros de 1980, ela baixou de 105 em 1980 para 99 em 1990).

Participação dos 50% mais pobres na renda nacional: piorou (em 1981, os 50% da população mais pobre detinha 13,4% do total da renda nacional, caindo para 10,4% em 1989; neste mesmo ano, o 1% mais rico superou a participação dos 50% mais pobres).

Situação geral da população trabalhadora: piorou (e, 1990, 52,8% da população ocupada ganhava até 2 salários mínimos por mês; apenas 38% da população ocupada trabalhava com carteira assinada: 22% da população ocupada trabalhava mais de 48 horas semanais; na Grande São Paulo, a taxa de desemprego em abril/ 1992 atingiu 16,2% da População Economicamente Ativa, o que representa, só naquela região, um recorde de 1,3 milhão de trabalhadores desempregados; em 1990, 32 milhões de trabalhadores desempregados; em 1990, 32 milhões de crianças e adolescentes viviam em famílias miseráveis, com renda mensal menor do que meio salário mínimo).

CUBA

Cucalambe Editora Cultural e Comércio Ltda.

Programação:

Livros de Cuba para você!

A Cucalambe distribui no Brasil livros editados em Cuba, nas áreas de saúde, educação, técnica, científica e literatura. Além dos preços bastante acessíveis, você estará contribuindo na luta contra o bloqueio econômico do imperialismo a Cuba.

Além de livros a Cucalambe organiza turismo para Cuba.

- OMO AYÉ - Conheça a misteriosa Cuba dos orixas - para o Movimento Negro de 10 a 19 de dezembro/93

- Brigada da Solidariedade Brasil-Cuba - 13 a 28 de janeiro/94

- IV Congresso Latinoamericano e do Caribe pela Solidariedade, a Soberania, a Autodeterminação e a vida de nossos povos - Havana de 25 a 28 de janeiro/94

Lista de preços, catálogos e informações - Cucalambe
Rua Piratininga, 860 - Mooca - CEP 03042-000 - São Paulo - SP

Fone: 277-8450/277-5117 - fax (011) 270-2775

PRINCÍPIOS

A Revista PRINCÍPIOS debate em suas páginas a busca de novos caminhos para os povos, cada dia mais explorados e marginalizados pelo capitalismo.

Nesta edição publica uma importante análise da Luta de Classes na Rússia de 1991 a 1993, desmascarando os rumos impostos pelo imperialismo por meio do golpista Boris Yéltsin, em nome da democracia.

Apresenta análise que o P.C. do Vietnã, partido no poder, faz da atual crise que o movimento

marxista enfrenta, com o fim do socialismo na URSS.

Publica ainda na íntegra o Anteprojeto de Programa Socialista para o Brasil, do PCdoB, por entender que o socialismo interessa a amplos setores da sociedade brasileira e não só aos comunistas.

Se esses assuntos e os demais abordados na Príncípios lhe interessam, faça e presenteie seus amigos com uma assinatura da Revista. Contra os monopólios da propaganda.

Assine PRINCÍPIOS!

Uma Revista Marxista!

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ Cidade _____

CEP _____ Estado _____ Telefone _____

Assinatura Anual (4 edições) a partir do nº 31

novembro 3.200,00 dezembro 4.300,00 janeiro/94 5.500,00

Assinatura de Apoio (9 edições - 5 passadas e 4 próximas)

novembro 4.500,00 dezembro 6.000,00 janeiro/94 7.500,00

Assinatura Anual para o exterior - 50 dólares Assinatura de Apoio: 75 dólares

Copie os dados acima e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Ltda.

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Fone: (011) 35-8150

Números disponíveis para a venda avulsa ou assinatura de apoio: 4, 9, 11, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 - preço CR\$ 500,00



OTÁVIO ROTH (1952 - 1993), artista plástico brasileiro, ganhou notoriedade nos anos 70, quando foi autor do primeiro cartaz para a Campanha da Anistia. A defesa dos direitos humanos foi a marca de seu trabalho, entre os quais se inclui um painel da ONU e outro no saguão do Congresso Nacional, em Brasília.